



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V - MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FELIPE VALENTE RIBEIRO MUNIZ

**A RELIGIÃO COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE PAZ: UM
ESTUDO DA ATUAÇÃO DA COMUNIDADE SANT'EGIDIO NO PROCESSO DE
PAZ MOÇAMBICANO (1988-1994)**

**JOÃO PESSOA
2022**

FELIPE VALENTE RIBEIRO MUNIZ

**A RELIGIÃO COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE PAZ: UM
ESTUDO DA ATUAÇÃO DA COMUNIDADE SANT'EGIDIO NO PROCESSO DE
PAZ MOÇAMBICANO (1988-1994)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anna Carletti.

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Alan S. V. Ferreira.

JOÃO PESSOA

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M966r Muniz, Felipe Valente Ribeiro.

A religião como ferramenta para a construção de paz [manuscrito] : um estudo da atuação da comunidade Sant'Egídio no processo de paz moçambicano (1988-1994) / Felipe Valente Ribeiro Muniz. - 2022.

115 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Anna Carletti, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

"Coorientação: Prof. Dr. Marcos Alan V. S. Ferreira, UFPB - Universidade Federal da Paraíba"

1. Estudos para a paz. 2. Comunidade de Sant'Egídio. 3. Religião. 4. Moçambique. I. Título

21. ed. CDD 303.66

FELIPE VALENTE RIBEIRO MUNIZ

**A RELIGIÃO COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE PAZ:
UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DA COMUNIDADE SANT'EGIDIO NO
PROCESSO DE PAZ MOÇAMBICANO (1988-1994)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Aprovado em: 27 de junho de 2022.

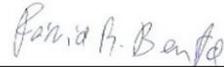
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a. Anna Carletti. (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB)



Prof. Dr. Marcos Alan S. V. Ferreira.
(Coorientador)
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB)



Prof. Dr. Fábio Bento Régio
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB)



Prof.^a Dr.^a. Roberta Holanda Maschietto
Universidade de Coimbra



Prof.^a Dr.^a. Camila de Macedo Braga
Universidade de São Paulo (USP)

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que merecem serem agradecidas e dadas crédito pela conclusão deste trabalho. Sabendo do risco que corro em deixar algumas delas para trás, destacarei aqui indivíduos e grupos que não podem deixar de serem mencionados, meu muitíssimo obrigado,

A meus familiares, por todo o apoio antes e durante o processo do mestrado.

À minha orientadora, Anna Carletti e co-orientador, Marcos Alan Ferreira, que toparam me ajudar a escrever sobre um tema tão complicado e me subsidiaram com seus conhecimentos através de conversas e orientações.

Aos meus professores do PPGRI-UEPB por terem se mantido firmes na missão de passar o conhecimento através de um período tão conturbado que foi a pandemia de Covid-19.

À Catarina Bezerra, que esteve comigo me incentivando nos momentos em que nem mesmo eu acreditava em mim mesmo. Agradeço também à D. Rosa, Socorro e Lucas, que me acolheram como família durante meses e me trataram como filho.

À Sílvia Spagnol, pelo acompanhamento psicológico tão essencial nesses anos de pesquisa.

À Alexandra Elbakyan e todos os militantes da produção acadêmica livre.

Por fim, ao financiamento do Programa de Demanda Social da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que me possibilitou a bolsa de estudo e que permitiu que eu me dedicasse a pesquisa.

A todos, por tudo e pra sempre, obrigado.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo principal analisar a atuação da Comunidade de Santo Egídio no processo de paz que levou ao fim à guerra civil moçambicana. Para tal, se estudará o Processo de Paz em Moçambique entre as décadas de 1960 a 1990, que englobam o período anterior à guerra civil, o período de atuação da Comunidade de Sant'Egídio no processo de paz moçambicano e a implementação do acordo de paz. Pretende-se com isso avaliar a função da religião dentro dos Estudos para a Paz, olhando para essa categoria não só como causadora de violências, mas como possível ferramenta para transformação de conflitos. O trabalho será estruturado em quatro seções principais. No primeiro tópico será apresentado o percurso da religião nos Estudos para a Paz e nas Ciências Sociais, a relação entre Estudos Para a Paz e o pensamento liberal-positivista, além das abordagens de paz, violência, conflito e religião utilizadas nesta produção. Em seguida, no segundo ponto, trataremos acerca do histórico de conflitos em Moçambique, passando pelo período da independência até a guerra civil. No terceiro traz uma descrição histórica das negociações que levaram à assinatura do Acordo Geral de Paz. Por fim, a quarta sessão tratará da atuação da Comunidade Sant'Egídio no processo de paz tentando compreender o peso da mesma na construção de uma paz duradoura na região. O trabalho será concluído com algumas colocações acerca do que foi discutido nos tópicos anteriores.

Palavras-Chave: Religião, Estudos Para a Paz, Moçambique, Comunidade de Sant'Egídio.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the role of the Sant'Egidio Community in the peace process that led to the end of the Mozambican civil war. For that, the Peace Process in Mozambique between the 1960's and 1990's will be studied, which encompasses the period before the civil war, the period of the Sant'Egidio Community's performance in the Mozambican peace process, and the implementation of the peace agreement. It is intended to evaluate the function of religion within Peace Studies, looking at this category not only as a cause of violence, but as a possible tool for conflict transformation. The paper will be structured in four main sections. In the first topic, the path of religion in Peace Studies and the Social Sciences will be presented, the relationship between Peace Studies and liberal-positivist thought, as well as the approaches to peace, violence, conflict and religion used in this production. Then, in the second point, we will deal with the history of conflicts in Mozambique, going through the period of independence until the civil war. The third brings a historical description of the negotiations that led to the signing of the General Peace Agreement. Finally, the fourth section will deal with the role of the Sant'Egidio Community in the peace process, trying to understand its weight in the construction of a lasting peace in the region. The work will conclude with some remarks about what has been discussed in the previous topics.

Key-words: Religion, Peace Studies, Mozambique, Sant'Egidio Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Níveis de Conflito	21
Figura 2 -	Triângulo da Violência de Galtung	22
Figura 3 -	Mapa do território de Moçambique	37
Figura 4 -	Áreas de ocupação das companhias de carta em Moçambique	39
Figura 5 -	Moçambique às vésperas de sua independência (1975)	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGP** – Acordo Geral de Paz
- ANC** – African National Congress
- CCM** – Conselho Cristão de Moçambique
- CIO** – Rhodesian Central Intelligence Organisation
- CVC** – Comitê de Verificação Conjunta
- CONCP** – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
- CSE** – Comunidade de Sant'Egídio
- DPKO** – Department of Peacekeeping Operations
- EPP** – Estudos para a Paz
- EUA** – Estados Unidos da América
- FAM** – Forças Armadas de Moçambique
- Frelimo** – Frente de Libertação de Moçambique
- MANU** – Mozambique African National Union
- MFA** – Movimento Forças Armadas
- MID** – South African Military Intelligence Directorate
- MNR** – Mozambican National Resistance (posteriormente Renamo)
- Renamo** – Resistência Nacional Moçambicana
- ONGs** – Organizações Não Governamentais
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OUA** – Organização da Unidade Africana
- RI** – Relações Internacionais
- TANU** – Tanganyika African National Union
- UDENAMO** – União Democrática Nacional de Moçambique
- UNAMI** – União Africana de Moçambique Independente
- URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- WNLA** – Witwatersrand Native Labour Association
- ZANU** – Zimbabwe African National Union

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIAIS	09
1	RELIGIÃO E ESTUDOS PARA A PAZ	14
1.1	Os Estudos para a Paz: da abordagem liberal ao olhar crítico	14
1.2	Sobre conflito, violência e paz	18
1.3	A Religião nas Ciências Sociais - Secularismo e a dinâmica público-privada	23
1.3.1	Religião, Relações Internacionais e Estudos para Paz	25
1.4	Religião e Conflito	28
1.5	Religião e Paz	31
2	MOÇAMBIQUE E SEU HISTÓRICO DE CONFLITOS	35
2.1	Do período colonial à independência	37
2.2	O conflito civil e seus atores	43
2.2.1	Frelimo	44
2.2.2	Renamo	47
2.2.3	A Guerra Civil e seus diversos aspectos	48
3	O PROCESSO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE	53
3.1	A Comunidade de Sant'Egídio	58
3.2	O início dos diálogos (jul 1990 - dez 1990)	61
3.3	Organizando o processo de paz (jan. 1991 – out. 1991)	64
3.4	Ajudando nas negociações (out. 1991 – mar. 1992)	66
3.5	Expandindo a estrutura (mar. 1992 – ago. 1992)	69
3.6	Conclusão das negociações (ago. 1992 – out.1992)	72
3.7	Implementação dos acordos e a sociedade pós-conflito	75
4	UMA MEDIAÇÃO ROMANA PARA UM CONFLITO AFRICANO	78
4.1	Críticas à atuação da Sant'Egidio e outros atores religiosos	81
4.2	Méritos da “Fórmula Italiana”	86
4.3	Que tipo de paz foi construída em Moçambique?	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	101
	Anexo – Cronologia da guerra e da paz em Moçambique	108

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente dissertação tem como objetivo analisar a atuação da Comunidade Santo Egídio no processo de paz que levou fim à guerra civil moçambicana. Para tal, estuda-se o Processo de Paz em Moçambique entre a década de 1960 a década de 1990, que englobam o período anterior à guerra civil, o período de atuação da Comunidade Sant'Egídio no processo de paz moçambicano e a implementação do acordo de paz. A pergunta que guia a pesquisa, portanto, centra-se na busca de compreender quais elementos favoreceram o sucesso da atuação da Comunidade de Sant'Egídio (CSE) no processo de paz moçambicano.

A paz e a religião são temas intrínsecos à vida das sociedades. Assim, é essencial uma maior compreensão da interação entre tais fenômenos e como a religião pode ser utilizada como ferramenta de construção de paz no sentido de prevenir e transformar conflitos. Mais do que isso, o trabalho propõe trazer à luz a religião enquanto tema a ser considerado como categoria analítica importante, também como vetor para a pacificação social. Com isso, a pesquisa busca preencher lacunas existentes no estudo da temática no campo das Relações Internacionais e dos Estudos para a Paz.

Metodologicamente, a pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa "[...] tende a se concentrar em um ou em um pequeno número de casos, a usar entrevistas intensivas ou análise profunda de materiais históricos, a ser discursivo no método e a se preocupar com um relato completo de algum evento ou unidade" (KING, KEOHANE, VERBA, 1994, p.4). A intenção, portanto, é, a partir de uma quantidade menor de amostras e através de uma análise histórica aprofundada, garantir maior qualidade da análise do caso em questão. Tais análises servem, em última instância, para compreender caminhos a serem percorridos em cenários similares.

Embora tenham um pequeno número de casos, os pesquisadores qualitativos geralmente encontram uma grande quantidade de informações em seus estudos. Às vezes, esse tipo de trabalho nas ciências sociais está vinculado a estudos de caso em que o foco está em um determinado evento, decisão, instituição, local, questão ou legislação. (KING, KEOHANE, VERBA, 1994, p.4)

Dessa maneira, esse trabalho constrói-se, como mencionado no trecho acima, com base na conexão entre a produção de conhecimento segundo o olhar qualitativo

e o modelo de estudo de caso. Essa estratégia é utilizada “a fim de explorar a configuração de cada caso e elucidar características de uma classe maior de fenômenos (semelhantes)” (VANNESSON in PORTA, KEATING, 2008, p.224).

Tal ferramenta é constante nos estudos de temas relacionados à política, relações internacionais, ou outras áreas dentro das ciências sociais. Isso ocorre porque a conjunção das duas ferramentas, a análise histórica juntamente com o estudo de caso, possibilita uma compreensão mais acurada sobre os fenômenos produzidos a partir das relações entre indivíduos e grupos. Dessa forma, "os estudos de caso são [...] fundamentais para as ciências sociais. É inútil tentar explicar o que não descrevemos com um grau razoável de precisão" (KING, KEOHANE, VERBA, 1994, p.44).

No entanto, ao contrário da abordagem liberal da paz, que se alinha ao paradigma positivista, esse trabalho privilegia aspectos que vão além do estudo sobre documentos formais ou dos acordos feitos entre governo e grupos rebeldes. Busca-se colocar em relevo a importância de ir além, de compreender os antecedentes históricos, a violência presente nas estruturas sociais e o emaranhamento das causas para o conflito, rompendo com os aspectos considerados essenciais pela abordagem tradicional da paz. Além disso, o trabalho também busca lançar luz sobre a questão da religião, através da análise da atuação de organizações religiosas em cenários de conflito.

Ao adotar essa postura, a pesquisa aqui realizada, busca contribuir com uma vertente crítica dos Estudos para a Paz. Não que se tenha uma pretensão de inovar ou de reescrever os paradigmas da pesquisa desta área, porém a busca pela produção de conhecimento fora da lógica já estabelecida é positiva para o crescimento e evolução dos Estudos para a Paz e das Relações Internacionais. Como defendido por Jutila, Pehkonen e Väyrynen (2008), é importante uma reconstituição do teor crítico e libertário dos EPP frente ao lado burocrático e positivista assumido pela disciplina em um passado mais recente.

[...] não significa que a disciplina esteja morrendo [...]. Mas a vitalidade original foi perdida. Os artigos continuam a invariância empírica que busca a ciência normal, resolvendo problemas com uma visão muito limitada de suas implicações mais amplas e condições de aplicabilidade. (JUTILA et all, 2008, p. 8)

Dentro dessa lógica que enxerga a necessidade de produzir conhecimento a partir de arranjos alternativos, considera-se grande a importância da aproximação

entre pesquisador e objeto. Portanto, idealmente, realizar o processo de pesquisa a partir do território, realizar entrevistas e compreender a realidade através do olhar local, seria a melhor maneira de desenvolver esse trabalho. No entanto, considerando as dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19, e a impossibilidade de realizar uma pesquisa de campo em Moçambique, opta-se pela análise histórica e pela análise bibliográfica de produções acerca do tema. Adentrando um pouco na temática acima descrita, compreende-se que a religião é, de fato, um tema de extrema notoriedade e que influencia em diversas esferas da sociedade, da identidade cultural à política internacional, uma vez que ela antecede o campo das Relações Internacionais, e é algo inerente à identidade humana (SEIPLE apud HAYNES, 2007, p. 20). Deste modo, “sendo a religião um fenômeno universal, ela tem importância tanto social quanto política para bilhões de pessoas ao redor do mundo. Dentre essas pessoas os principais tomadores de decisão política, incluindo presidentes [...]” (HAYNES, 2007, p 21).

Nesse sentido, a área de Relações Internacionais e seus pensadores não são uma exceção. Existem, na verdade, diversos pesquisadores que nos últimos tempos têm argumentado por uma *virada para a Religião* dentro da disciplina (KRATOCHWIL, 2009; KUBÁLKOVÁ, 2009). Apesar de já tratado anteriormente, após 11 de setembro de 2001 o estudo das religiões assume um papel de maior relevo para as pesquisas relativas aos fenômenos internacionais, especialmente dentro das áreas de Defesa e Segurança Internacional¹.

Além disso, se multiplicaram a partir do início do século XXI os conflitos intra-estatais, contrastando com a realidade do período anterior no qual as disputas aconteciam majoritariamente entre os Estados, como no caso das duas Grandes Guerras. Diante dos desafios crescentes, os estudiosos buscaram desenvolver conceitos e abordagens que fossem capazes de lidar com as dinâmicas violentas no nível doméstico. Partindo de pontos de vista de alguns dos mais importantes acadêmicos da área, é possível identificar algumas das terminologias mais comuns utilizadas para identificar as metodologias para a construção da paz, como prática e teoria (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, MIAL, 2005, p.30).

¹ Vale aqui mencionar alguns dos autores que se dedicam a essa temática como Jeffrey Haynes, Michelle Garred, Mohammed Abu-Nimer, R. Scott Appleby, Atalia Omer, Sara Silvestri e James Mayal. Já no Brasil, é possível citar pesquisadores como Marcos Alan Ferreira, Anna Carletti, Fábio Nobre, Fábio Bento, Patrícia Prado e Joyce K. C. Silva.

Apesar da ausência de consenso sobre como os conflitos devem ser manejados, as instituições internacionais, a começar pela ONU, buscaram criar conceitos e modelos replicáveis decorrentes dessas ideias. À essas tentativas organizadas de lidar com as guerras civis, dá-se o nome de Processos de Paz. Não necessariamente tais tentativas de gerenciamento de conflitos são ou devem ser conduzidas por atores externos, sendo em muitos casos os próprios governos que realizam tais negociações, sem a necessidade de intervenção por meio de Missões de Paz internacionais. Além disso, tanto os conflitos quanto o gerenciamento dos mesmos podem se dar em três níveis diferentes; o nível local, o nível médio e nas instâncias superiores de uma sociedade (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, MIAL, 2005, p.30), sobre isso trataremos de maneira mais elaborada adiante no capítulo 1.

Entretanto, mesmo quando não são coordenadas por organizações externas, os processos seguem mais ou menos uma estrutura similar. Tal modelo tem sido amplamente difundido através da Doutrina Capstone², manual criado pelo *Departamento of Peacekeeping Operations (DPKO)* da ONU que fornece suporte e orientação quanto à preparação, planejamento e execução das missões de paz. Nesse relatório, os processos de construção da paz, ou *peacebuilding* são descritos exatamente como e quando devem ser realizados. Existem algumas prescrições, portanto, que são em grande parte aplicadas nas iniciativas formais de diálogo. Tal paradigma é alvo de constante debate acadêmico (RICHMOND, 2005, 2008; MAC GUINTY, 2010; LEDERACH, 1997, 2011; GALTUNG, 1969), mas também político. Alguns desses questionamentos, por exemplo, apontam para a necessidade de envolvimento maior dos atores locais, ou de líderes, mesmo que externos, que representem de alguma maneira as crenças dos grupos envolvidos. Assim sendo, passariam a ser consideradas questões mais subjetivas relativas aos motivos mais profundos dos conflitos, possibilitando envolver aspectos menos formais e mais conectados à realidade da população, que em última instância podem levar à paz durável.

² Vale salientar que a Doutrina Capstone é o resultado de um processo que visou a reformulação das operações de paz conduzidas pela ONU. Tal processo teve início em 1992, quando o então secretário geral Boutros Boutros-Ghali elaborou o relatório conhecido como Uma Agenda Para a Paz em resposta às solicitações do Conselho de Segurança da ONU por análises e recomendações acerca das operações de *peacemaking* e *peacekeeping*, em 1995 Boutros-Ghali elaborou ainda um suplemento à Uma Agenda Para a Paz. Já nos anos 2000, tem-se a elaboração do Relatório Brahimi que fazia uma revisão completa das atividades de paz e segurança das Nações Unidas e recomendou uma série de melhorias. Juntos, Uma Agenda Para a Paz e o Relatório Brahimi são os principais documentos acerca da reforma das operações de paz da ONU.

Esse trabalho, portanto, chama atenção para a importância de desenvolver e aprofundar, dentro das Relações Internacionais, as abordagens não tradicionais sobre o tema da Religião. Também na área de Resolução de Conflitos e Estudos para a Paz, permanece como um conceito pouco estudado ou colocado na posição de aspecto secundário. Nesse sentido, a pesquisa contribui para o aprofundamento dos debates e preenchimento dos espaços vazios na produção acadêmica acerca da tríade paz-conflitos-religião.

Por outro lado, esse tipo de produção também é essencial para trazer à luz aquilo que já acontece na prática. Em outras palavras, ao longo da história recente é clara a ascensão da religião como fator determinante na área de conflitos e paz, transformando-se em uma temática que tem sido considerada nas práticas internacionais (UN IATF-R, 2020). Partindo disso, a pesquisa busca olhar para o caso do conflito em Moçambique, mais especificamente para o período referente à realização do processo de paz, observando, através da análise da atuação da Comunidade Sant'Egidio, compreender a possibilidade de a religião exercer influência positiva no processo de paz.

O trabalho estrutura-se em três seções principais. No primeiro tópico será apresentado o percurso da religião nos Estudos para a Paz enquanto campo teórico e a relação do mesmo com o pensamento liberal-positivista, além das abordagens de paz, violência e religião utilizadas nesta produção. Em seguida, no segundo ponto, se tratará da Guerra Civil em Moçambique sob um viés histórico, compreendendo suas causas, como o conflito se desenrolou e as consequências para a sociedade moçambicana. Além disso, trata-se ainda do processo de paz formal e a estrutura de mediação adotada. Num terceiro momento, se analisará a atuação da Comunidade Sant'Egidio e o modelo de negociação utilizado no processo que desencadeou o Acordo Geral de Paz (AGP). Também serão observados as consequências positivas e o momento pós-conflito na realidade moçambicana. O trabalho será concluído com reflexões acerca do que foi discutido nos tópicos anteriores.

1 RELIGIÃO E ESTUDOS PARA A PAZ

Compreendendo o fato de que conflito, violência e paz são conceitos essencialmente contestados³ e, portanto, existe uma clara dificuldade para alcançar uma definição consensual, é necessário iniciar esse trabalho especificando a partir de quais bases se parte. Neste capítulo trabalham-se as ideias de conflito, violência e paz, sendo possível também especificar qual é a abordagem dos Estudos para a Paz utilizada como lente de análise teórica. Ademais, é importante adentrar a outra face dessa pesquisa, isto é, tratar dos aspectos relativos ao tema da religião. Nesse sentido, pensa-se o lugar da categoria dentro dos estudos sociais, mais especificamente nas Relações Internacionais e nos Estudos para a Paz. Por fim, trabalha-se a concepção da religião como condutora de violência ou como possível auxiliar e motivadora na construção da paz.

1.1 Os Estudos para a Paz: da abordagem liberal ao olhar crítico

O tema da paz tem despertado ao longo dos séculos diversos estudos e aprofundamentos em praticamente todas as áreas das Ciências Sociais e Humanas (MARTÍNEZ, MUÑOZ, 2000, p.17). Dentro das Relações Internacionais se desenvolveu em um primeiro momento ligado à dicotomia Guerra *versus* Paz, partindo das diferentes lentes apresentadas pelos filósofos clássicos como Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel e Immanuel Kant. A temática, no entanto, ocupava os espaços centrais de discussão dentro da disciplina, estando em seu núcleo basilar. Após experimentar os horrores das duas grandes guerras, o pensamento sobre o fenômeno internacional começou a emergir ao redor do conceito de paz e da busca pela não repetição de eventos violentos nas mesmas proporções.

Enquanto a lógica realista se organizou ao redor da ideia de natureza humana conflituosa e da formação de alianças para busca de equilíbrio de poder, outros pensadores se debruçaram na ideia *kantiana* de uma possível paz duradoura (DOYLE, 2011; HUTH e TODD, 2002; RUSSETT, 1993; OWEN, 1994; DAHL, 2012). Tal corrente de pensamento ficou clara na formação da Liga das Nações, onde

³ "Conceitos essencialmente contestados são conceitos considerados tão carregados de valor que nenhuma quantidade de argumento ou evidência pode levar a um acordo sobre uma única versão como o 'uso correto ou padrão'." (BALDWIN, 1997, p.10)

diversos países, sob forte influência da corrente liberal e dos grupos pacifistas do período, aderiram a uma agenda de cooperação sob uma entidade internacional, fortemente baseada nas ideias propostas por Woodrow Wilson (KRIESBERG, 2009, p.18). Essa visão liberal, por vezes chamada de idealista, era marcada pela crença na interdependência e em instituições supranacionais.

O pensamento idealista das RI se apoiava em várias noções de internacionalismo e interdependência, paz sem guerra, desarmamento, a esperança de que a guerra pudesse ser erradicada eventualmente, o direito de autodeterminação de todos os cidadãos e a possibilidade de um governo mundial ou uma federação mundial. Nesse sentido, ele se via como eminentemente prático e não utópico, refletindo uma ontologia de paz e harmonia. A organização internacional de estados soberanos, neste caso a Liga das Nações, era central para a agenda idealista [...]. (RICHMOND, 2008, p. 22)

Deste modo, a paz seria consequência de uma estrutura supranacional, na qual instituições internacionais resolveriam impasses entre Estados por meio da cooperação e conseqüentemente de modo pacífico. É possível, porém, afirmar que a realidade da paz não foi totalmente apreendida pelo idealismo, tampouco pelo realismo.

O alicerce para o pensamento acerca da paz foi essa visão normativa e institucional estabelecida dentro das Relações Internacionais por meio dos primeiros estudos de Resolução de Conflitos, porém o responsável por definir e criar subdivisões para os conceitos de paz e violência foi o pesquisador Johan Galtung. A partir dos trabalhos de Galtung, Paz ganha autonomia e proeminência e passa a ser considerado um campo analítico próprio (PUREZA, CRAVO, 2005, p.7; MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2011, p.40).

Chega-se então ao segundo período da evolução dos Estudos de Paz. Neste momento, entre os anos de 1946 e 1969, o estudo de Resolução ou Transformação de Conflitos está focado principalmente em questões relativas à violência direta e controle de armamentos, o que viria a ser definido como paz negativa. Um marco desta etapa foi a criação do *Journal of Peace Research* em 1957, além disso, nesta mesma fase, a disciplina de Estudos Para a Paz se estabelece nas Relações Internacionais, principalmente por meio dos trabalhos de autores como Elise Boulding, Kenneth E. Boulding, Anatol Rapoport, Johan Galtung, dentre outros, pensadores essenciais para o aprofundamento teórico e para o estabelecimento dos EPP

enquanto um campo próprio do saber (BARASH, WEBEL, 2009, p.4; MIAL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2011, p.9; KRIESBERG, 2009, p.19).

Após o estabelecimento da disciplina de Estudo para Paz, a terceira fase (1970-1989) marca a consolidação e institucionalização de tal área de pesquisa. Este período foi marcado pelas idas e vindas das tensões entre os EUA e a URSS, além de uma maior participação dos movimentos sociais contra as diversas guerras que ocorreram no período e a favor do desarmamento das potências da Guerra Fria (BEZERRA, 2017, p. 35). Neste momento, a ideia de que conflitos poderiam ser conduzidos de forma construtiva e que a violência poderia ser evitada ganha espaço dentro da disciplina; busca-se então a formulação de uma compreensão teórica mais aprofundada acerca dos conflitos (KRIESBERG, 2009, p.21; MIAL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2011, p.47).

Por fim, a quarta etapa é marcada pelas grandes mudanças no cenário internacional, iniciada após o fim da Guerra Fria e que se mantém até a atualidade. O número de grandes guerras entre Estados cai e a ONU passa a modificar sua atuação nas operações de paz, sob grande influência das ideias recém estabelecidas de Resolução de Conflitos dentro dos Estudos de Paz (BEZERRA, 2017, p. 35). Outro marco foram os atentados de 11 de setembro de 2001, que modificaram o sistema internacional por completo e iniciaram uma nova era de conflito entre países e atores não-estatais violentos, com “profundos antagonismos étnicos e religiosos” (KRIESBERG, 2009, p. 25). A resposta da disciplina de EPP a tais mudanças na conjuntura internacional foram de incluir novos métodos que buscavam a construção da paz, métodos esses mais sensíveis e que requerem um aumento da capacidade de percepção pelo pesquisador, como por exemplo as abordagens etnográficas ou a chamada virada local. Nos dias atuais, a disciplina vive um momento de fortalecimento da área e de maior produção acadêmica. (MIAL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2011, p.54; BEZERRA, 2017, p. 36)

A conceitualização e prática das operações de paz da ONU desde o início dos anos 1990 e o surgimento das práticas associadas à administração transitória ou construção do Estado, projetam uma conceptualização da paz derivada do estabelecimento de processos que culminam na replicação do Estado liberal-democrático. (RICHMOND, 2005, p. 155)

Como observado, a formação da Paz Liberal parte de pressupostos e tem características específicas próprias dentro das Relações Internacionais. Oliver

Richmond apresenta dez particularidades do modo como a Paz é pensada e desenvolvida dentro das RI:

1) A paz é sempre aspirada e fornece um ponto de referência ideal, embora idealista; 2) É vista como um objetivo global alcançável, baseado em normas universais; 3) É vista como uma estrutura geograficamente delimitada definida por território, cultura, identidade e interesses nacionais; 4) É apresentada como uma verdade objetiva, associada a uma legitimidade completa; 5) Está relacionada a uma certa ideologia ou quadro político ou econômico (liberalismo, neoliberalismo, democracia, comunismo ou socialismo, etc.); 6) É vista como uma fase temporal; 7) Baseia-se na segurança estatal ou coletiva; 8) Baseia-se em formas de governança locais, regionais ou globais, talvez definidas por um ator hegemônico ou uma instituição multilateral específica; 9) É vista como uma estrutura institucional de cima para baixo ou uma estrutura de baixo para cima voltada para a sociedade civil; 10) é necessário haver pouca discussão sobre os fundamentos conceituais da paz porque é uma forma liberal ideal. (RICHMOND, 2008, p. 8-9)

A categorização de Richmond expressa alguns dos traços mais característicos do modo de pensar Paz na área das RI, em sua maioria centrada na ideia de resolução de conflitos através de modelos pré-estabelecidos de governo ou econômicos, centrada no suporte externo. Parte-se do pressuposto de que o problema que impede a paz é interno, mas a solução é externa. “A Paz Liberal é entendida como a forma dominante de pacificação e construção da paz com apoio internacional, promovida pelos principais Estados, principais organizações internacionais e instituições financeiras internacionais” (MAC GINTY, 2010, p. 393). Essa abordagem se dá majoritariamente de cima para baixo, ou seja, algo dirigido por grupos externos, geralmente sob uma justificativa bem-intencionada e sem interesses próprios.

Em uma tentativa de construir instituições estatais em países politicamente e socialmente divididos ou propensos a conflitos, as organizações internacionais - e a ONU em particular - priorizaram as intervenções internacionais sobre as intervenções locais e a construção estatal de cima para baixo em vez de abordagens graduais e de baixo para cima. (ZAMBAKARI, 2016, p. 20)

Tal viés liberal influenciou fortemente também a prática, isto é, determinou como seriam construídos os modelos de promoção e manutenção da paz utilizados pelos diversos atores internacionais, principalmente os órgãos das Nações Unidas. “As abordagens contemporâneas de construção da paz refletem [...] um projeto liberal: não apenas administrando a instabilidade entre os estados, mas buscando construir

a paz dentro e entre os estados com base na democracia liberal e na economia de mercado” (NEWMAN, PARIS, RICHMOND, 2009, p.5).

Paralelamente à influência do projeto liberal nas operações de paz, ocorre o fenômeno da influência de tais operações na produção teórica acerca da paz (BEZERRA, 2017, p. 36). No que diz respeito à religião enquanto categoria de análise, seguindo a linha das RI, houve, por parte dos pesquisadores da paz de viés liberal, a tendência de não tratar diretamente do tema. Quando o faziam, existia a predominância do olhar negativo, identificando a religião como um grande causador de conflitos, mas não como possível ferramenta para construção da paz.

Tem-se desse modo, um sistema de retroalimentação, onde o modelo de Paz Liberal incide sobre a produção acadêmica que, por sua vez, ao estudar as operações de paz – predominantemente liberais – reforçam os modelos e métodos já estabelecidos de pesquisar e “colocar em prática” Paz, imbuindo na disciplina um viés liberal positivista que permanece em diversos nichos até a atualidade.

1.2 Sobre conflito, violência e paz

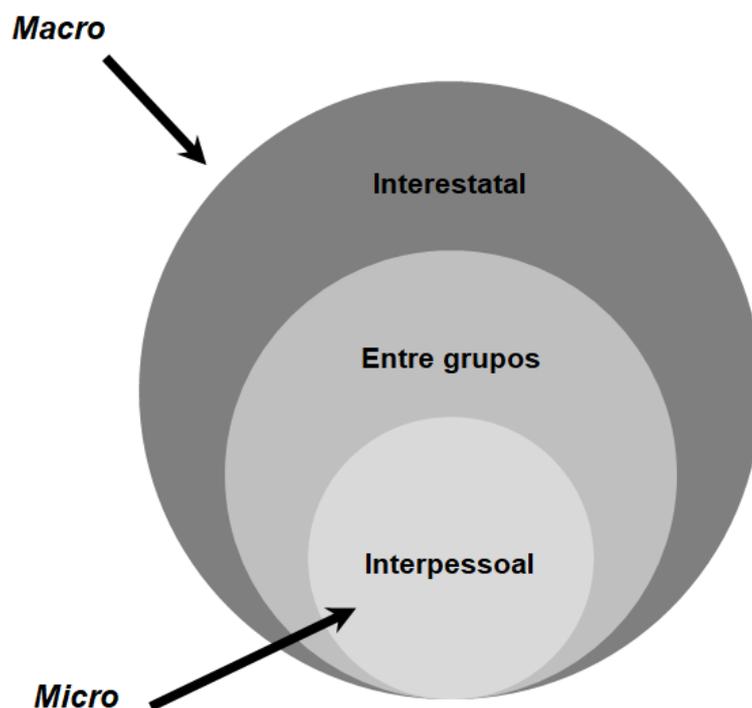
Para conseguir entender a relação entre paz, conflito, violência e religião, é necessário primeiro aprofundar e compreender a partir de "quais" conceitos se parte na presente pesquisa. Torna-se essencial, com isso, olhar para tais definições a partir de um olhar problematizador, que observa não apenas uma face de cada tema, mas que vai além, buscando reflexões mais profundas.

Se partirá aqui, portanto, justamente de questionamentos sobre a ideia de conflito, em geral compreendido como uma ocasião negativa. No entanto, a abordagem adotada neste trabalho é aquela apresentada por John Paul Lederach, na qual afirma que “o conflito é normal nas relações humanas e é um motor de mudança” (LEDERACH, 2012, p.4). São os momentos conflituos que abrem portas para a transformação da realidade. Sem eles, não haveria a chance de modificar a realidade.

Tais conflitos podem ocorrer em diferentes escalas dentro da sociedade, e podem ser divididos em três níveis. Seguindo do micro ao macro, começamos falando do nível “interpessoal” que é formado pelas interações entre os diversos indivíduos que compõem a sociedade, mas que não chegam a ter uma identidade coletiva, como no caso do segundo nível, “entre grupos”, caracterizado pela identidade coletiva parte dos indivíduos da sociedade, podendo variar em tamanho, um grupo pode ir desde

uma turma de praticantes de um determinado esporte à fiéis de uma mesma religião. Por fim, o terceiro nível é o nível “interestatal” formado pela interação de atores no nível macro, no caso os Estados Nacionais – como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Níveis de Conflito



Fonte: BEZERRA, 2017.

Seguindo o raciocínio de que conflitos não são necessariamente negativos, situações de desacordo, debates entre posições divergentes, em nível interpessoal, entre grupos ou entre estados, não são necessariamente prejudiciais. Conseqüentemente, a ligação entre conflito e violência não pode ser considerada automática. O ponto que é necessário sublinhar é que dependendo da maneira como tal contexto é conduzido, de maneira construtiva ou destrutiva, é que vai definir os resultados do processo. Nas situações nas quais o caminho adotado é negativo, encontra-se a violência como base para as ações. Violência essa que, segundo o pensador brasileiro Paulo Freire, está conectada profundamente à concepção de desumanização. O educador sublinha a ideia de que a real vocação do homem é ser humanizado. Nesse sentido, a violência é essencialmente uma experiência

desumanizante. Portanto, a exploração, a opressão, a injustiça social e econômica, são maneiras pelas quais diversos grupos têm sua humanidade violentada.

A desumanização, [...] não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. [...] a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera a violência [...] e esta, o ser menos (FREIRE, 1970, p.17).

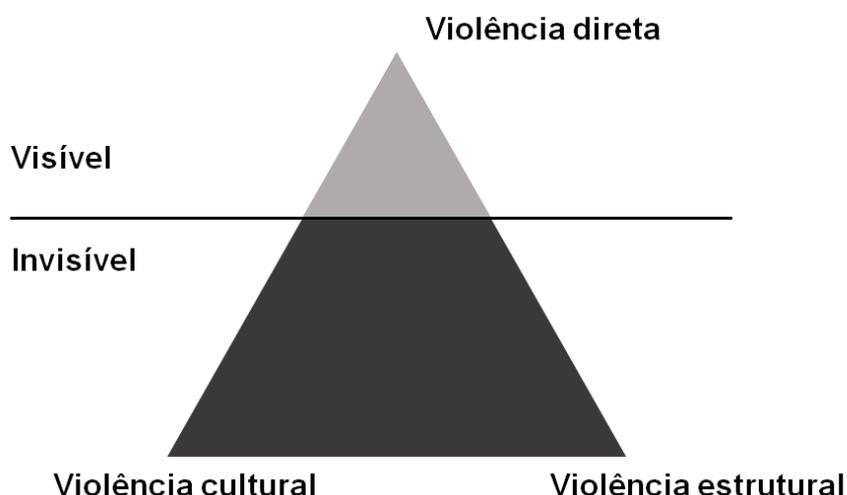
Outro autor que constrói uma abordagem multifacetada de violência estrutural é o pesquisador de paz Johan Galtung, que de maneira muito próxima ao pensamento de Freire, enxerga a violência como causa para a existência do grande precipício que separa o potencial dos indivíduos e o que de fato eles conseguem alcançar. Tal questão tem muito pouco a ver com capacidades ou méritos pessoais. Como apontado pelo pesquisador, essa questão é na verdade a raiz para as violências estruturais e culturais.

Assim, o nível potencial de realização é o que é possível com um determinado nível de percepção e recursos. Se a percepção e/ou os recursos são monopolizados por um grupo ou classe ou são utilizados para outros fins, então o nível real fica abaixo do nível potencial, e violência está presente no sistema. [...] quando uma guerra é travada há violência direta desde matar ou ferir uma pessoa, o que certamente coloca a sua "realização somática real" abaixo do seu "potencial de realização somática". Mas há também a violência indireta na medida em que a percepção e os recursos são canalizados longe de esforços construtivos para tornar o real mais próximo do potencial (GALTUNG, 1969, p. 169).

Deste modo é possível, então, partir para as três formas de violência definidas por Galtung que serão utilizadas neste trabalho. Vale porém ressaltar que tal definição não esgota a discussão, tampouco limita os tipos de violência a somente três. Os três níveis são: violência direta, violência estrutural e violência cultural.

A violência direta é a forma mais visível e por isso é também a mais conhecida. Ela se caracteriza pelo dano direto a algo ou alguém, podendo variar no que diz respeito a sua escala, indo de um soco ou a quebra de algum objeto a mortes em guerras e destruições de cidades inteiras. No caso da violência direta sempre se é possível apontar o autor e a vítima de tais ações (PALHARES, SCHWARTZ, 2015, p. 11-26).

Figura 2 - Triângulo da Violência de Galtung



Fonte: GALTUNG, 1969, elaboração própria.

Já a violência estrutural é uma forma de violência indireta, ainda que tal violência possa resultar no ferimento ou até mesmo na morte de um indivíduo, não é possível identificar o autor específico da ação (PALHARES, SCHWARTZ, 2015, p. 11-26).

Pode não haver nenhuma pessoa que prejudique diretamente outra pessoa na estrutura. A violência está embutida na estrutura e se mostra como poder desigual e, conseqüentemente, como oportunidades de vida desiguais (GALTUNG, 1969, p. 171, tradução nossa).

Nesse caso, a violência é apresentada por meio da estrutura socioeconômica de tal sociedade. Uma distribuição desigual de recursos, sejam eles econômicos ou não, gera a manutenção de uma estrutura social desigual que por consequência geram pobreza, fome, falta de oportunidades. Justamente por ser sutil e fortemente enraizada ao sistema e a cultura de diversas sociedades a violência estrutural é naturalizada e considerada como natural, porém a falha da inclusão de indivíduos na estrutura social de uma sociedade produz diversas violências, como a privação de acesso à educação, saúde, saneamento básico, trabalho e alimentação. Sendo o efeito de tal privação fatal para muitos destes indivíduos.

Por fim, há o terceiro tipo de violência, a cultural, considerada a mais sutil e permanente dentre as três definições de violência de Galtung. Ela pode ser definida como “qualquer aspecto da cultura que possa ser usado para legitimar a violência em

sua forma direta ou estrutural” (GALTUNG, 1990, p. 291). Tal forma de violência está fortemente relacionada com crenças e costumes, mas estes não são em si uma forma de violência a não ser que ajam como legitimadores de violência. Tal modelo de violência pode se manifestar pela arte, linguagem, ciência, religião, dentre outras formas. Um exemplo de onde a violência cultural pode se manifestar é na questão racial, onde pessoas sofrem por ter uma cor de pele diferente, muitas vezes incentivados por organizações de supremacistas raciais (Ku Klux Klan⁴, Proud Boys⁵ dentre outras). Outro exemplo é a violência religiosa contra um determinado grupo pelo simples fato de ser de uma crença diferente. As ideias defendidas por parte destes grupos validam ações de violência direta ou estrutural, tornando assim suas ações, violências culturais.

Para além da ideia de violência, se faz necessário também compreender o conceito de paz. Seguindo as ideias propostas por outro pesquisador de estudos para paz, John Paul Lederach, compreende-se que o desenho conceitual aqui estruturado olha para paz como:

[...] centrada e enraizada na qualidade das relações. Essas relações têm duas dimensões: nossas interações face a face e as maneiras como estruturamos nossas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, a paz é o que as Novas Ciências chamam de 'estrutura de processo': um fenômeno que é simultaneamente dinâmico, adaptativo e mutável, mas ainda assim tem forma, propósito e direção [...] (LEDERACH, 2012, p.20-21)

Mais do que isso, parte-se nessa pesquisa da junção conceitual entre paz e justiça, que vai dar origem ao termo *paz justa*. A concepção por trás desse termo é a de que um aspecto não existe sem o outro (LEDERACH, 2011, p. 221). Lederach afirma também que, em grande parte dos processos de resolução de conflitos, as partes envolvidas esperam que as questões de violência direta e de violência estrutural que levaram à escalada das tensões sejam resolvidas.

As situações passam de um estado latente para um conflito aberto e de violência direta quando as pessoas sentem que há uma questão significativa

⁴ Também conhecida como “KKK” ou somente “o Klan”, é um movimento defensor de correntes reacionárias extremistas, como a supremacia branca, antissemitismo, o nacionalismo branco e pautas anti-imigração. Surgiu no sul dos Estados Unidos em 1860 e, apesar de repudiado formalmente pelas autoridades, conta com adeptos até os dias de hoje.

⁵ Formado na corrida eleitoral de 2016 nos EUA, o grupo ficou conhecido pelo apoio ferrenho à Donald Trump. Formado somente por homens, o grupo formalmente se define como “chauvinistas ocidentais” que não têm ligação com movimentos supremacistas raciais, porém em seus fóruns e declarações são constantes as ideias anti-islâmicas, antissemitas, misóginas e de nacionalismo branco.

de justiça e direitos humanos [...] na qual existem poucos ou nenhum outro meio para alcançar a devida resolução. As pessoas que assumem a violência direta estão tentando lidar com a injustiça percebida ou o que Galtung chamou de "violência estrutural", isto é, estão tentando alcançar mudanças sistêmicas nas estruturas econômicas, culturais, sociais e políticas subjacentes, visto que essas são percebidas de forma prejudicial à suas vidas (LEDERACH, 1999, p. 32, tradução nossa).

Deste modo, uma *paz justa* é um processo de reconciliação e transformação de conflitos que trata também das violências estruturais que deram origem ao conflito em primeiro lugar. Uma paz que esteja atrelada a mudanças econômicas, sociais e políticas e por consequência, uma paz estrutural. A *paz justa* é deste modo também um produto relacional entre os indivíduos, que atuam no nível local e a sociedade, reflexo do tecido social composta por tais indivíduos e que dão o tom das realidades culturais e estruturais de um sistema social específico.

1.3 A Religião nas Ciências Sociais - secularismo e a dinâmica público/privado

Para além da compreensão dos conceitos de paz e violência, passemos agora à esfera da religião. É necessário, porém, compreender acerca de “qual” religião trata-se este texto. A definição de religião é tema de debate entre muitos estudiosos, uma vez que envolve uma grande gama de questões, que perpassam por conceitos como fé, crença, prática religiosa, espiritualidade, cultura, identidade, dentre tantas outras temáticas como base filosófica, dogmas, definição de comportamento, moral, ética, etc.

De modo geral, a maior parte das definições de religião parte da ideia de uma resposta humana à realidade percebida como sagrada por meio de sistema ou conjunto de crenças e valores, muitas vezes associada a formas de organização social, ritos e instituições, que buscam explicar o funcionamento e propósito da vida e do universo, podendo partir de divindades sobre-humanas. (SILVESTRI e MAYALL, 2015, p. 6-8; GARRED e ABU-NIMER, 2018, p.7; APPLEBY, 2000, p.8-10).

Para além da definição de religião enquanto substantivo, ou seja, enquanto entidade portadora de essência, é possível também ver o termo associado a outros substantivos, como atores, comunidades, ONGs, etc. Deste modo, tais conceitos são modificados e absorvem parte do significado do que é religioso. Assim, ao tratarmos de termos como atores religiosos ou comunidades religiosas leva-se em consideração todo o credo e os códigos de conduta que influenciam tais comunidades que

compartilham uma crença confessional, ou seja, compartilham os mesmos valores relativos à vida (APPLEBY, 2000, p.8-10).

Mas além de uma definição “coletiva” de religião é importante também salientar o fato da existência de atores religiosos individuais, assim como a influência que um conjunto de crenças e valores pode ter sobre os indivíduos. Deste modo, religião também pode ser tido não como prática religiosa, mas sim como crenças e valores capazes de influenciar os mais diversos níveis do sistema, indo do individual, passando por grupos, instituições e até o nível global (SILVESTRI e MAYALL, 2015, p. 6-8).

Como afirmado por Appleby (2000, p.9), “a religião constitui uma cultura integral, capaz de formar a identidade pessoal e social e de influenciar a experiência e o comportamento subsequentes de maneiras profundas”. Tal relação, porém, se dá dentro de uma dinâmica muito específica de separação entre o que é considerado esfera pública ou privada pela sociedade. E o entendimento desta dinâmica público/privado passa ainda pela compreensão de outros conceitos: secularismo e secularização.

Enquanto secularismo é o princípio que trata da separação entre instituições governamentais e instituições religiosas, a secularização é o processo em que a religião perde sua influência nas diversas esferas da vida social (JAKELIĆ, 2015; SOARES, 2020). Sobre a intersecção entre religião e as ciências sociais, Marcos Alan Ferreira e Silvia Nogueira afirmam:

Embora presentes na própria concepção das Ciências Sociais, aspectos simbólicos da identidade e da religião - portanto, a dimensão cultural - foram secularizados nas décadas iniciais em que se desenvolveram os Estudos para a Paz. Aspectos materiais da existência - tais como variáveis socioeconômicas e instrumentais do conflito - são majoritariamente privilegiados em detrimento do exame de simbologias nas relações sociais que podem construir a paz ou levar ao conflito (FERREIRA e NOGUEIRA, 2019, p. 395-396).

Tal separação também esteve presente no processo de descolonização de muitas nações, onde estabeleceu-se a ideia de separação do Estado de premissas religiosas, ou ao menos o princípio da não interferência do Estado na liberdade religiosa de suas populações. No ocidente, em particular, isso toma grande forma no desenvolvimento dos Estados Unidos da América, onde a separação entre Estado e religião tem um papel constitucional primordial, tal segmentação é reflexo de sua

colonização, formada em grande parte por colonos cristãos que eram perseguidos no Reino Unido por suas crenças. Ao separar as instituições governamentais das instituições religiosas, o ocidente priorizou uma abordagem secular, que deixa bem delimitado o espaço que a religião pode agir dentro da sociedade, um espaço esse privado, nunca público.

Apresenta-se então a questão da separação entre o que é público e o que é privado e em que pontos tais conceitos agem de modo a influenciar um ao outro. O pesquisador Robert Scott Appleby (2000, p.1), disserta acerca desta separação, argumentando que a mesma é tão enraizada no pensamento ocidental para tais sociedades a compreensão da dimensão e influência da religião nas sociedades torna-se mais difícil, uma vez que é majoritariamente associada à esfera pessoal.

Religião, seja ela pela ótica da prática ou o conjunto de crenças, teve de assumir um papel restrito ao âmbito pessoal, tornando-se excluída de todo e qualquer ambiente que não seja o do indivíduo. Deste modo acaba ausente das discussões tanto dentro da academia quanto em esferas de governo, porém não deixa de fazer parte da vida cotidiana dos indivíduos, criando assim uma dicotomia, onde a religião atua e influencia os indivíduos, porém essa influência religiosa encontra dificuldade em ser aceita e reconhecida, tanto na esfera política, quanto na esfera acadêmica. No tópico a seguir será abordado o histórico do estudo da religião, onde se trata detidamente acerca das razões da religião ter sido marginalizada do pensamento ocidental.

1.3.1 Religião, Relações Internacionais e Estudos para Paz

Faz-se importante destacar o caminho que a religião trilhou dentro do ambiente acadêmico das ciências sociais. Comumente, seja em conversas informais ou em congressos, é possível identificar a repetição de algumas crenças no que diz respeito à presença da religião enquanto categoria de análise dentro do estudo das relações internacionais. Em geral, ideias como “religião e academia não devem se misturar”, ou “na academia não existe lugar para religião”, são reafirmadas a partir de duas vias: aqueles que identificam tal tema como alienante ou negativo, e os que advogam pela necessidade de manutenção de rigor científico, segundo a lógica positivista. Importante frisar que tais afirmações não dizem respeito a estudos teológicos por

exemplo, mas sobre as demais ligadas às ciências humanas vistas também em relação com os aspectos confessionais.

Apesar de renegada academicamente, na prática a religião nunca saiu do cenário local e internacional. O que houve foi um exílio intelectual, uma rejeição dos estudos da religião dentro do ambiente universitário (BENTO, 2020, p. 16). Mais do que isso, a modernidade trouxe a ideia de avanço e de um necessário afastamento em relação à centralização da religiosidade.

O mundo moderno ocidental, em sua quase totalidade, já não é mais regido por instituições religiosas, que sedimentaram por muito tempo o social e o cultural, alocando um conjunto de sentidos a partir do sobrenatural. O moderno traz o ser humano como centro das coisas, aliado a uma lógica cartesiana e uma moral derivada do Iluminismo. (SOARES, 2020, p.39)

Assim sendo, o efeito das influências exercidas pela religião nas dinâmicas sociais, não foi estudado por um longo período. Gerou-se, portanto, a falsa sensação por parte da academia de desaparecimento da religião ou de desimportância de tal aspecto, algo que, entretanto, não condizia com o que realmente ocorria no tecido social e no cenário internacional.

Para explicar o afastamento desse tema por parte da academia, é necessário compreender alguns pontos sobre o processo histórico que levou a tal distanciamento. Nesse sentido, é importante destacar que a própria Paz de Vestfália, conjunto de tratados que em 1648 definiu as bases do que viria a ser o sistema internacional moderno ao conceber conceitos como o de Estado-nação e de soberania estatal, não produziu o desaparecimento das religiões nem o fim de sua influência sobre a política (BENTO, 2020, p. 17). O que ocorreu foi uma mudança no modo de atuação, ou na quantidade de poder de interferência direta, passando a estar sujeita ao modelo de governo de cada região específica.

A percebida superioridade, e o desejo de um poder e autoridade secular sobre a religião foi explícito, o princípio ideológico e organizacional chave, tanto da Revolução Americana (1776) quanto da Revolução Francesa (1789). Nas décadas seguintes, todos os estados europeus adotaram o princípio da superioridade do poder político secular sobre o da autoridade religiosa. Espalhado para o resto do mundo através do colonialismo europeu e do imperialismo nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, o resultado para as relações internacionais foi que, no século XX, os governos em todo o mundo buscaram relações internacionais seculares (HAYNES, 2013, p.17, tradução nossa).

Deste modo, a herança positivista marcou a formação das escolas e universidades com uma visão laicista. Vale aqui diferenciar laicidade, isto é, quando se é leigo, de laicismo. Enquanto o primeiro busca uma abertura intelectual à pluralidade de crenças e não-crenças no estudo dos fenômenos religiosos, o laicismo rejeita todo saber que considere os fenômenos confessionais (BENTO, 2020, p. 15). Tais ideias se repetem, portanto, na maneira como se produz conhecimento nas Relações Internacionais, na esfera estatal por exemplo, de modo geral, a religião tem pouco ou nenhum papel relevante na elaboração de políticas estatais.

[...] quase todos os países organizam oficialmente as políticas interna e externa de acordo com princípios "seculares" - isto é, onde as crenças religiosas não informam significativamente a tomada de decisão. [...] O resultado é que a secularidade se tornou o princípio dominante das relações internacionais, como resultado, líderes religiosos anteriormente poderosos foram, com o tempo, excluídos da esfera pública (HAYNES, 2013, p.16, tradução nossa).

Existem, porém, alguns países onde a evolução da academia se deu sob outras concepções sobre o papel da religião. O pensamento inglês, em contraste com o pensamento francês, era mais laico do que laicista. Isso se explica pela luta francesa contra o regime monárquico. Em seu processo de sedimentação, a república francesa buscou substituir a hegemonia monárquica. Para isso buscou invalidar o que legitimava o poder da coroa, incluindo o aparato religioso. Deste modo a rejeição da burguesia francesa em relação à religião advém de um ponto de vista político-econômico, que buscava fazer frente ao paradigma vigente naquele período (BENTO, 2020, p. 21).

O caminho da burguesia inglesa foi construído de maneira distinta. A adaptação da religião e da monarquia ao modelo burguês aconteceu de uma maneira mais suave. A base confessional do país se concentrava na Igreja Anglicana. Tal fato influenciou a maneira como as universidades de países com herança inglesa foram estruturadas. Se desenvolveu uma concepção laica da relação entre religião e ciência. Isso explica porque as universidades em países como EUA, Canadá e Austrália, antigas colônias inglesas, ainda hoje são ligadas a grupos religiosos de diversas denominações sem, no entanto, haver qualquer prejuízo à produção científica.

De fato, tal diferença desempenha um papel importante na evolução de diversas disciplinas das ciências sociais e das relações internacionais. É importante colocar em relevo, por exemplo, a disciplina de Estudos para Paz, que teve grande

influência de pensadores de origem declaradamente confessionais, como os cristãos menonitas John Paul Lederach e Lisa Schirch, além dos cristãos quakers Kenneth E. Boulding e Elise M. Boulding (DAHL, 2012, p. 241). Além de Johan Galtung que, apesar de não se declarar crente de uma fé específica, tem no pensamento hinduísta de Mahatma Gandhi boa parte da sua inspiração para o desenvolvimento dos Estudos de Paz (GALTUNG, 1985, p. 145).

Por outro lado, a maior parte das pesquisas desenvolvidas na disciplina de Estudos para Paz, foi construída formalmente seguindo o paradigma dominante que tinha o pensamento positivista como base. Este trabalho pretende quebrar um pouco tal lógica positivista, tentando partir de um olhar não hegemônico e positivista.

1.4 Religião e Conflito

Conflitos muitas vezes apresentam uma dimensão religiosa em meio a um emaranhado de outras dimensões que interagem entre si, políticas, sociais e econômicas, para citar algumas. Tais embates, podem ocorrer tanto entre grupos com diferentes crenças, como dentro de uma mesma tradição religiosa. A relação entre religião e outros atores, especialmente Estados, é bastante complexa. Em geral, o aspecto religioso tem uma capacidade muito forte de demarcação de identidades. Além disso, por estar no nível das crenças, é justamente a parte mais difícil de ser modificada nos indivíduos ou grupos. Assim, ela age como meio de mobilização, seja para o conflito ou não.

Muitos são os autores que associam religião à violência e conflito, uma das vozes proeminentes dentro dessa lógica foi Samuel Huntington, defensor da ideia de que, num mundo pós guerra fria, as identidades culturais e religiosas seriam as principais geradoras de conflito no cenário internacional (HUNTINGTON, 2010, p. 259-311)

Segundo seu argumento, ainda que os Estados permaneçam como os principais atores no sistema internacional, a nova força geradora de conflitos seria o próprio “choque das civilizações”. Huntington categoriza o mundo em diversas categorias de civilização, seguindo linhas de divisão baseadas especialmente nas diferenças religiosas. Ele argumenta que os povos competirão, por influência no sistema internacional, e o embate principal embate aconteceria entre civilizações

muçulmanas e não-muçulmanas. Tal competição poderia levar à violência e conflitos (HUNTINGTON, 2010).

Jeffrey Haynes, pesquisador da temática da religião e suas influências nas RI, aponta alguns riscos que as convicções religiosas carregam consigo e que podem levar à conflitos:

- *A religião está focada no absoluto e incondicional e, como resultado, pode adotar características totalitárias.* As religiões monoteístas - cristianismo, islamismo e judaísmo - podem ter dificuldade especial em tentar distinguir entre, por um lado, as reivindicações do absolutamente divino e, por outro, as tradições e a história da existência humana;
- *Ao reivindicar validade absoluta e exclusiva, a convicção religiosa pode levar à intolerância, proselitismo excessivamente zeloso e fragmentação religiosa.* A exclusividade religiosa também é tipicamente hostil ao pluralismo e à democracia liberal;
- *A religião pode aumentar a agressividade e a disposição para usar a violência.* O valor simbólico adicionado pode ser um aspecto da convicção religiosa, derivado de motivação profana e objetivos que se tornam objetivos "sagrados";
- *Os líderes de organizações religiosas podem buscar legitimar abusos de poder e violação dos direitos humanos em nome do zelo religioso.* Como esses líderes são quase sempre homens, também pode haver questões específicas de gênero e preocupações com os direitos humanos das mulheres (HAYNES, 2007, p. 79. Tradução nossa).

Além dos pontos listados por Haynes, existem ainda outros cenários nos quais a religião é utilizada como ferramenta para a perpetração da violência. Existem, por exemplo, casos nos quais lideranças podem possuir interesses em conflitos específicos. Eles podem, portanto, fazer uso de outras vulnerabilidades, como a dominação política por meio da manipulação de diferenças étnico-culturais e cultural-religiosas. Ademais, podem apresentar interpretações fundamentalistas que reivindicam uma via religiosa única, colocando certos objetivos políticos frente quaisquer outros (HOLENSTEIN, 2005, p.11).

As religiões e comunidades de fé podem ser eficazes como “anjos da paz” e também como “guerreiros”. Essa ambivalência do fator religioso tem muito a ver com o fato de que a relação das religiões mundiais com a violência é equivocada. Todas as grandes narrativas de Deus estão familiarizadas com tradições que legitimam a força em certas circunstâncias, reivindicam vítimas na batalha por suas próprias crenças e demonizam pessoas de outras religiões. No entanto, ao mesmo tempo existem fontes que proclamam a incompatibilidade da violência com a religião, exigem sacrifícios pela paz e insistem no respeito pelas pessoas de outras religiões. (HOLENSTEIN, 2005, p. 10, tradução nossa)

Indo além da análise do papel da religião como fator gerador de conflito, alguns estudiosos buscam também entender como a religião pode fomentar ou tolerar a violência. A relação estabelecida por tais pesquisadores é que a religião pode ser causa de violência estrutural através da exclusão e discriminação (SILVESTRI, MAYALL, 2015, p. 15). Tal visão se apoia na ideia de que a religião pode desempenhar um papel como demarcadora de identidade, criando assim um grupo de “estabelecidos” e um grupo de “outsiders” (ELIAS, SCOTSON, 2000). Mesmo que indiretamente, grupos religiosos podem alimentar ciclos conflituosos a partir da crença em determinados conjuntos de verdades absolutas, podendo também culminar em agressões diretas.

Na mesma linha de pensamento, é importante levar em consideração os diversos níveis de violência. Galtung (1990, p.297) descreve detalhadamente as razões pelas quais é possível argumentar que a religião é muitas vezes também fonte de violência cultural. Nesses casos, ela seria utilizada como ferramenta para validação de outras formas de violência.

Sem procurar estabelecer uma causa e efeito direta entre religião e violência, Galtung mostra como diferentes fatores como religião, ideologia, língua e etnia se entrelaçam para moldar formas de pensamento e comportamentos que podem levar a situações de exclusão, discriminação e, eventualmente, também à violência física (SILVESTRI, MAYALL, 2015, p. 16, tradução nossa).

Ainda que tais afirmações pareçam refletir o cenário exato de alguns acontecimentos, como os atentados de 11 de setembro, tal visão acerca da religião deixa de fora outros aspectos igualmente importantes. É necessário perceber que, em grande parte dos casos, não são as crenças religiosas as únicas motivadoras da violência entre grupos ou povos. Outro aspecto a ser destacado é a necessidade de não generalização, considerando, por exemplo, as inúmeras diferenças entre as sociedades muçulmanas e suas positivas relações com o ocidente (SILVESTRI, MAYALL, 2015, p. 15).

A relação entre violência e religião, se mostra ainda mais proeminente em sociedades de países com o tecido social fragmentado e que sofrem com problemas sócio-políticos – especialmente no Sul Global. Desse modo, é possível afirmar que a religião pode desempenhar o papel de promotora de conflitos destrutivos. Porém,

torna-se necessário também destrinchar sua outra face, como via para a construção da paz (HAYNES, 2007, p. 84-89).

1.5 Religião e Paz

Dentre os crescentes números de publicações dedicadas ao estudo da religião como categoria de análise relevante para as ciências sociais, tem estado cada vez mais presente a ideia de que ela também pode servir como via para se alcançar a paz (CARLETTI, NOBRE, FERREIRA, 2020; KRATOCHWIL, 2009; KUBÁLKOVÁ, 2009). De maneira mais específica, alguns pesquisadores destacam a importância e o potencial dos conjuntos de valores, dos líderes religiosos, juntamente às organizações religiosas, em agir tanto no nível local quanto no nível internacional para transformar conflitos (HAYNES, 2007, 2013; SILVESTRI, MAYALL, 2015; APPLEBY, 2000; GARRED, ABU-NIMER, 2018).

As convicções éticas, expressas por meio das crenças religiosas, podem ser grandes motores da promoção da paz, segundo Appleby (2000, p. 79). O autor não se refere a uma religião específica, mas a qualquer comunidade guiada por aspectos espirituais e de fé. Ainda segundo ele, independente da crença, o poder ético da religião pode ser utilizado como uma ferramenta para a construção sociedades não-violentas. Mesmo assim, a maior parte da literatura acerca de estudos de caso foca nas experiências de mediação ou de diálogo promovidos, predominantemente, por denominações cristãs.

As ações desse segmento estão fundamentadas em grande medida na ideia de reconciliação. Essa concepção estaria baseada na própria relação de Deus com a humanidade e no modelo de servidão de Jesus Cristo, que se sacrifica para salvar os seres humanos (SILVESTRI, MAYALL, 2015, p. 29). Mesmo tendo sido responsável por períodos de extrema violência na história, durante a Idade Média ou mesmo nos processos de colonização realizados pela Europa, existem também aspectos que serviram como base para argumentos importantes na construção de sociedades mais justas. Um exemplo disso são os Direitos Humanos, dentre tantos outros aspectos do pensamento político ocidental, ainda que posteriormente tenha-se buscado das a eles um caráter secular e liberal.

Sim, as mãos da religião estão ensanguentadas. Mas a globalização também revelou e acelerou a evolução de um traço de caráter que sempre esteve presente nas crônicas da religião: a pacificação. [...] As tradições religiosas sempre promoveram a resolução pacífica dos conflitos, santificaram as práticas de perdão e hospitalidade ao estrangeiro. (APPLEBY, 2008, p.126, tradução nossa)

Dentre as experiências de mediação e mobilização pela paz promovidas por grupos de base cristã, é possível destacar alguns eventos mais relevantes. Exemplos disso são os casos do processo realizado na África do Sul pelo arcebispo Desmond Tutu, a campanha pelos direitos civis nos EUA de Martin Luther King e a mediação da guerra civil moçambicana pela comunidade Sant'Egidio. Além destas, também é possível destacar o trabalho feito por comunidades Menonitas, Quakers e Testemunhas de Jeová, que expressam claramente sua rejeição à violência e sua posição pacifista.

Para além do cristianismo, diversas outras comunidades e religiões nutrem os valores não-violentos, buscando promover o diálogo. Apesar de vistos, predominantemente, apenas a partir das ações violentas realizadas pelos grupos extremistas, o Islã está baseado em preceitos fundamentalmente humanos (ABU-NIMER, 2003). Como consequência, sociedades muçulmanas desenvolveram diversos mecanismos de transformação de conflito e experiências de construção de paz, baseados em processos de perdão e arrependimento público.

É ainda essencial destacar as profundas contribuições à paz, dadas a partir das crenças budistas e hinduístas. Diversos autores dos Estudos para a Paz fundamentam suas pesquisas nos valores centrais a essas religiões, como a busca de uma paz interior e a compreensão dos conflitos político-sociais através de um olhar focado nas raízes do problema, quase sempre partindo primeiro das mudanças no nível individual (SILVESTRI, MAYALL, 2015, p. 32).

Outro aspecto relevante a ser observado, além do que cada religião apresenta enquanto conjunto de valores, é o papel e o potencial que os atores religiosos têm no cenário internacional. Vale frisar que neste contexto se faz referência tanto aos indivíduos quanto às organizações religiosas, que buscam atuar na transformação de conflitos. Assim, para além da academia, muitas organizações da sociedade civil de cunho religioso têm desempenhado um papel importante na coleta de dados e na elaboração de relatórios acerca dos impactos positivos das ações lideradas por atores religiosos. Diversos indicadores são utilizados para medir tais consequências, dentre

os quais envolvimentos em medições, processos de reconciliação, entre outros. Haynes (2007) afirma, portanto, que cresceu o número e o tipos de grupos com base na religião que atuam na construção da paz. Não apenas em número, como também estão se tornando mais efetivos em suas intervenções. De acordo com Appleby,

os atores religiosos têm maior probabilidade de ter sucesso quando: (1) têm um alcance internacional ou transnacional, (2) enfatizam consistentemente a paz e a prevenção do uso da força na resolução de conflitos e (3) têm boas relações entre diferentes religiões em uma situação de conflito, pois esta será a chave para uma contribuição positiva deles. (APPLEBY, 2006, p. 1)

Além disso, é possível identificar algumas áreas focais de atuação dos *peacemakers* religiosos: 1) um aumento no número de atividades e na eficácia das tentativas de construção de paz. 2) O desempenho de um papel especial nas zonas de conflito religioso, mas não se limitando apenas a conflitos desta natureza. 3) Uma abrangência da agenda de construção de paz, indo desde a mediação de alto escalão a treinamentos de construção de paz e desenvolvimento das comunidades de base (HAYNES, 2007, p. 90).

Tais iniciativas de construção da paz a partir de atores religiosos,

'têm contribuído positivamente para a construção da paz. Por exemplo, eles forneceram apoio emocional e espiritual às comunidades afetadas pela guerra, mobilizaram suas comunidades e outras para a paz, mediaram entre as partes em conflito e promoveram a reconciliação, o diálogo e o desarmamento, a desmobilização e a reintegração.' (BOUTA et al, 2005, p.ix)

Assim sendo, de modo geral está claro que existe um aumento no engajamento de organizações religiosas nos diálogos para paz nos diversos contextos do planeta. Em alguns casos, as tentativas não conseguem atingir os resultados esperados, especialmente porque as situações conflituosas não são causadas por uma única questão. Em outros, porque de alguma maneira as dinâmicas foram conduzidas de forma que o próprio fator religioso se torna um empecilho. Sobre o potencial da religião nos processos de paz Andrea Bartolli comenta:

Diante da violência e do derramamento de sangue perpetrado em nome da religião, será interessante discutir como a religião, abusada por tantos para justificar a agressão e a intolerância, poderia fazer o contrário: promover a paz e a abertura de espírito, criando condições necessárias para mover da cultura atual de resolução de conflitos para a cultura de prevenção de conflitos (BARTOLLI, 2005, p.3).

Deste modo, nos capítulos seguintes será explorado o caso do conflito civil moçambicano, analisando-se seus antecedentes históricos, como se deu o processo de negociações que encerrou oficialmente o conflito e principalmente qual o papel desempenhado pela religião, na figura da mediação organizada pela Comunidade de Sant'Egídio na construção da paz em Moçambique.

2 MOÇAMBIQUE E SEU HISTÓRICO DE CONFLITOS

Moçambique localiza-se no sudeste do continente africano, sendo banhado a leste pelo oceano Índico e tendo fronteira terrestre com a Tanzânia ao norte, Zâmbia e Malawi à noroeste, Zimbábue à oeste e África do Sul e Essuatíni ao sul. Sua capital é Maputo (anteriormente chamada de Lourenço Marques, durante o período colonial português), localizada na porção sul do país junto à costa Índica.

Figura 3 – Mapa do território de Moçambique.



Fonte: United Nations Geospacial, 2020

Atualmente o país é uma democracia multipartidária, com um sistema de governo nacional presidencialista que conta com 11 subdivisões provinciais (incluindo a capital Maputo, que possui status administrativo equivalente à uma província), divididas em 3 regiões; região Norte composta pelas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula; Centro com as províncias Zambézia, Tete, Manica, Sofala; e a região Sul, com as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo Cidade. Estima-se que a população atual do país seja de pouco mais de 30 milhões de habitantes, concentrando-se 35,7% na região norte, 43,5% na região central e 20,8% na região sul; sendo as províncias mais populosas Nampula e Zambézia, com 6.335.121 e 5.709.418 habitantes respectivamente (INE, 2021; PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2022).

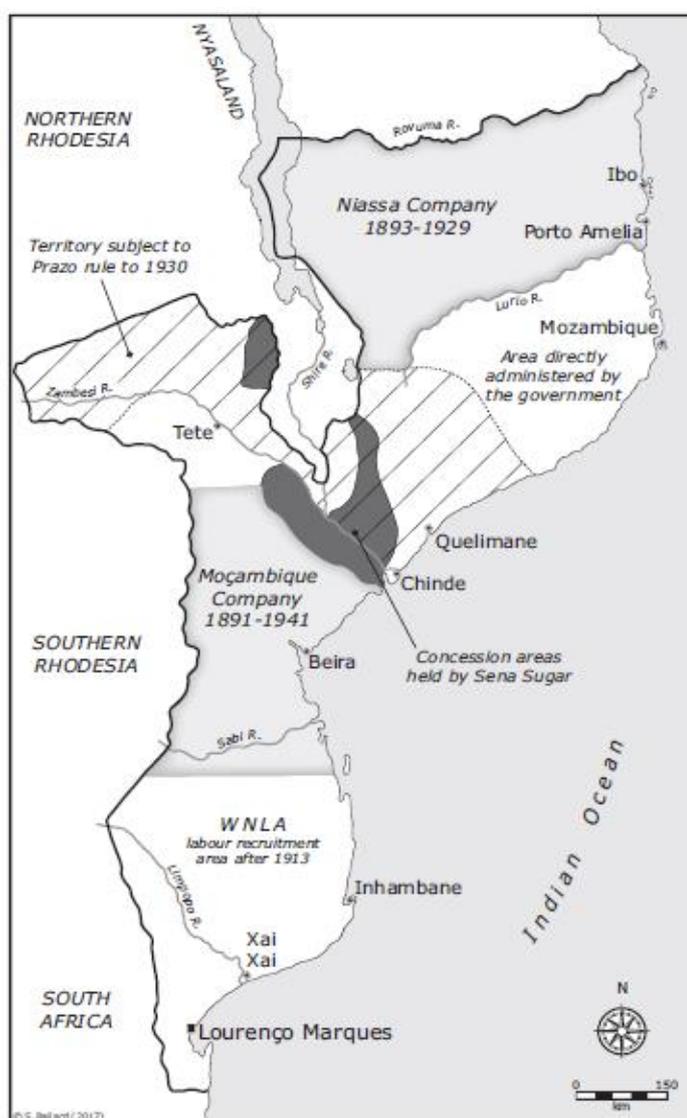
O conflito civil em Moçambique durou mais de 30 anos, e é fruto de uma série de fatores históricos, territoriais, políticos, econômicos e sociais. Para uma boa compreensão da guerra civil e das tentativas de se trazer uma paz duradoura para a região faz-se necessário um olhar detalhado acerca dos fatores acima mencionados. Deste modo, o capítulo a seguir traz um panorama do período anterior à guerra civil, desde os primeiros movimentos nacionalistas durante o período de domínio colonial português que levaram ao conflito pela independência até os desafios de desenvolvimento enfrentados por Moçambique como uma jovem nação recém independente. Discute-se também nesta sessão os fatores que levaram especificamente à guerra civil, o surgimento da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e seus principais apoiadores, os demais atores internacionais e seus interesses políticos e econômicos em Moçambique, além de uma descrição histórica de como se deram as negociações do processo de paz e os principais agentes nele envolvidos. Finalizando com uma sessão em que são apresentados aspectos da implementação dos acordos e do impacto dos mesmos na sociedade moçambicana.

2.1 Do período colonial à independência

Ainda que tenha estado sob diversas formas de influência portuguesa desde o século XV e que suas fronteiras tenham sido definidas no fim do século XIX, foi somente no início do Século XX que a presença colonial de Portugal se fortaleceu em Moçambique. Movido pelo declínio do comércio de pessoas escravizadas, Portugal estabelece em solo moçambicano extensivos cultivos de cana e algodão, além de uma

modesta indústria têxtil. Essas atividades econômicas não eram o suficiente para manter a economia de Moçambique, que passou a depender fortemente do trânsito de bens de seus vizinhos sem saída para o mar. Em verdade, desde o período pré-colonial as cidades portuárias em território moçambicano desempenham um papel essencial no acesso ao Oceano Índico para as populações do interior da África Austral. Quando no século XIX dá-se a colonização britânica e africânder no interior do continente, os portos de Moçambique continuaram a desempenhar o seu papel histórico de acesso das comunidades do interior ao mar.

Figura 4 – Áreas de ocupação das companhias de carta em Moçambique



Fonte: NEWITT, 2017, p. 107.

O próprio controle político e territorial de Moçambique era algo descentralizado, até 1941 grandes porções territoriais eram controladas por “companhias de carta”⁶, modelo predominante em todo o sul do continente africano no período, onde companhias privadas tinham cartas de concessão de um determinado governo que lhes conferia um monopólio da exploração de determinado território, tornando-se o poder de fato nessas regiões. No caso moçambicano, as principais companhias eram a Companhia de Moçambique, a Companhia do Niassa e a *Witwatersrand Native Labour Association* (WNLA), que contavam principalmente com capital britânico e holandês e que até 1942 controlavam cerca de dois terços do território do país. Tais companhias tiveram um papel importante na estruturação ferroviária do território moçambicano, uma vez que tinham interesses em ligar os portos moçambicanos aos países vizinhos sem saída para o mar, principalmente as colônias britânicas África do Sul, Rodésia do Sul (atualmente Zimbábue) e a Rodésia do Norte (atual Zâmbia) (NEWITT, 2017, p. 98-108).

O início do século XX e a erupção da Primeira Guerra Mundial trouxeram consigo grandes desafios para a Europa, Moçambique, porém, pouco sentiu tais acontecimentos. O território continuava dividido e controlado majoritariamente pelas companhias de carta, a economia e a política continuavam seguindo os mesmos moldes do período pré-guerra e a população continuava majoritariamente alheia aos interesses de quem controlava a máquina estatal. O panorama começa a mudar em 1926, quando um golpe militar derruba o governo português (NEWITT, 2017, p. 120-121).

Após dois anos de instabilidade que sucederam o golpe militar, surge em Portugal um novo regime, controlado por António Salazar, que viria posteriormente ser chamado de Estado Novo. Com o regime salazarista, chegam também as mudanças para Moçambique. Teve início uma grande reformulação da política e administração colonial, estabelece-se a Lei Colonial, que declarava Portugal e suas colônias como um único Estado, tendo o orçamento e a administração colonial centralizados em um novo ministério em Lisboa, Moçambique se torna então uma província ultramarina portuguesa. A Lei Colonial estabelecia que todos os habitantes

⁶ Do inglês *chartered companies*, são também chamadas de companhias majestáticas ou companhias privilegiadas. Exemplos famosos deste modelo são a Companhia Holandesa das Índias Orientais, que controlou grandes territórios no sudeste asiático, e a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, responsável pela ocupação holandesa nas américas, tendo inclusive forte presença no nordeste brasileiro.

das colônias deveriam ser considerados cidadãos portugueses, porém isso ocorreu somente em certas colônias, como nos territórios na Ásia, e nas ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Moçambique, Angola e a Guiné a maior parte dos habitantes foi considerada “indígena” pela administração colonial. Estabelece-se então um regime racialmente segregacionista, aos moldes dos presentes no restante da África austral, onde menos de 1% da população negra possuía cidadania completa. Mesmo não sendo considerados cidadãos, a grande maioria da população moçambicana era obrigada a pagar impostos ao Estado além de serem submetidos a várias formas de trabalho forçado. Eles estavam diretamente sujeitos aos “régulos”, pessoas nomeadas pelo governo que eram responsáveis pela cobrança de impostos e pelo “recrutamento” de mão de obra. Além disso, a população negra tinha de levar sempre um “cadernete”, uma espécie de passe, que registrava seu local de origem e suas obrigações trabalhistas e fiscais (RUPIYA, 1998, p. 10-11; NEWITT, 2017, p. 120).

O período que se seguiu foi de certo crescimento na economia moçambicana, muito por conta do grande fluxo de portugueses que passaram a migrar para a África. Com o aumento da população portuguesa em solo moçambicano expandiram-se as indústrias de consumo, como o setor “alimentar, têxtil, cimento, fertilizantes e siderurgia, aos quais se juntava a produção de vidro, cerâmica, tijolo e telha, velas, papel, papelão, fósforos, pneus e equipamentos elétricos” (NEWITT, 2017, p. 134). Ainda assim, até o fim do período colonial, a grande maioria da população era de agricultores rurais, podendo ser classificados como agricultores de subsistência, dependentes da própria produção para sobreviver. O trabalho migrante também tinha um papel forte na economia familiar moçambicana, com trabalhadores se deslocando internamente em busca de empregos sazonais (a depender do cultivo de cada região), ou indo para a África do Sul e Rodésia do Sul, em busca de emprego nas mineradoras da região.

Também durante esse período, como consequência da maior urbanização que se deu com o aumento dos portugueses em território moçambicano, aumentaram os números dos chamados “mestiços” e “assimilados”, que eram respectivamente filhos de negros com portugueses ou então nativos que passavam pelo difícil processo legal para se tornarem cidadãos completos, sendo que no caso dos assimilados, em sua grande maioria eram pessoas ligadas ao regime. Como resultado das políticas segregacionistas do regime colonial, e do fato de grande parte da população não ter acesso à educação (por não serem considerados cidadãos), os africanos que

quisessem avançar nos estudos deveriam migrar para Portugal ou então para os países vizinhos. Em Portugal, estudantes começaram a desenvolver ideias contrárias ao regime e tiveram contato com as ideias comunistas, através do Partido Comunista Português, também contrário ao regime salazarista. Já aqueles que permaneciam no continente africano eram influenciados pelos crescentes ideias nacionalistas que resultaram nos processos de independência de colônias belgas, inglesas e francesas. Dentre os estudantes moçambicanos que foram para Portugal estava Eduardo Mondlane, que viria a liderar o movimento independentista.

Em 1962, Mondlane uniu pessoas de vários grupos com visões nacionalistas, dando início a Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique (sobre a qual será tratado de maneira mais aprofundada adiante no capítulo), que teve como mérito ser uma das primeiras oposições organizadas e concentradas ao domínio colonial. Em 1964 o grupo inicia uma luta armada contra o domínio português, contando com o apoio de outros movimentos independentistas africanos além do bloco socialista de países do leste europeu. Os anos que se seguiram foram marcados por diversos conflitos internos, que se agravaram com o assassinato de Eduardo Mondlane em 1962, na cidade Dar-es-Salaam na Tanzânia. Após um período de disputas pelo comando da Frelimo, Samora Machel se consolida como novo líder em 1969, alcançando considerável melhora nas empreitadas militares do grupo (RUPIYA, 1998, p. 11).

Ao final da década de 1960 e até meados da década seguinte a Frelimo expandiu sua influência na região noroeste, na província de Tete. Como represália, os colonos portugueses lançaram vários ataques na região que contaram com várias táticas brutais como deslocamento e confinamento de civis a campos que ficaram conhecidos como “aldeamentos”, massacres e destruições em diversas aldeias, em uma tática de terra arrasada⁷ (RUPIYA, 1998, p. 11).

O descontentamento doméstico com as guerras coloniais em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau culminou em um golpe militar em Lisboa em abril de 1974, arquitetado pelo Movimento Forças Armadas (MFA) fundado por António de Spínola, ex-governador da Guiné. A motivação central da MFA era o fim imediato dos conflitos em todas as colônias portuguesas. Em Moçambique, o exército português era

⁷ Utilizada desde os primórdios da humanidade em diversos conflitos, é uma tática que envolve destruir tudo que possa ser utilizado como recurso por seu inimigo em uma determinada região. Tal prática foi proibida pelo Artigo 54 da Convenção de Genebra de 1977.

dominado pelo MFA, que já não tinha nenhuma intenção de manter um conflito pela dominação do país, e defendia um retorno rápido para Portugal, independente das consequências para o país africano. Deste modo, a revolução em Portugal significou a retirada quase imediata de 60 mil tropas coloniais do território moçambicano (RUPIYA, 1998, p. 11).

Em 1974 a Frelimo reivindica o direito de suceder o governo português e em 7 de setembro de 1974, é assinado o Acordo de Lusaka, que dá o controle político de Moçambique à Frelimo e marca oficialmente o fim da dominação portuguesa no país. A transição para a independência seria feita por um governo conjunto de portugueses com membros da Frelimo, pelo período de nove meses. A rapidez deste processo e a desconfiança por parte da Frelimo para com os portugueses fez com que pouco tenha-se alcançado neste período (RUPIYA, 1998, p. 12; NEWITT, 2017, p. 153).

Moçambique torna-se independente em 25 de junho de 1975, e Samora Machel é declarado o primeiro presidente do país. A recém-nascida República de Moçambique já vem ao mundo com uma série de problemas, ocasionados pela saída precipitada de Portugal do território moçambicano. Dentre os diversos desafios, não havia por exemplo a

“liquidação de dívidas, garantias de direitos de propriedade ou pensões para funcionários públicos. Não houve acordo sobre o futuro dos soldados africanos que lutaram no exército português e que eram mais numerosos do que os das forças de guerrilha, e nenhuma consideração foi dada ao futuro dos trabalhadores migrantes. Tampouco houve qualquer provisão de ajuda econômica para ajudar o novo país a se reerguer, enquanto as relações com seus vizinhos imediatos não foram estabelecidas em bases firmes” (NEWITT, 2017, p. 153. Tradução nossa).

Além dos problemas com a máquina estatal, estima-se que no decorrer de um ano da independência 90% da população branca portuguesa retornou à Portugal, levando consigo a maior parte dos poucos trabalhadores africanos qualificados. Resultando assim em uma crise econômica e trabalhista imediata, causada pela falta de mão de obra especializada e pela fuga de capital (NEWITT, 2017, p. 153).

A resposta da Frelimo frente essas questões se deram de 3 maneiras. Uma primeira ação foi nacionalizar as indústrias que haviam sido abandonadas pelos portugueses, bem como assumir o controle de setores como saúde, habitação e educação. Em seguida, como maneira de suprir a fuga de mão de obra especializada, recorreu aos países do leste europeu por assistência técnica à tais setores. Por fim,

apoio e deixá-los sob o comando de pessoas nomeadas pelo partido. Tal política terá consequências para a Frelimo em um momento posterior, uma vez que o descontentamento em tais regiões será utilizado por grupos opositores como argumento contra o regime.

Territorialmente, em 1975 as principais estradas e ferrovias em Moçambique eram aquelas que ligavam os países vizinhos aos portos costeiros. Mesmo que em 1973 tenha sido construída uma ponte sobre o rio Zambezi na província de Tete, finalmente permitindo um acesso direto ao eixo norte e sul do país, não havia nenhuma estrada pavimentada que ligasse as principais regiões de Moçambique. Deste modo, mesmo que independente, Moçambique era um país com divisões regionais muito fortes e com uma grande falta de unidade nacional. A jovem nação era também, em quesito populacional, muito precária. A maior parte da população podia ser considerada analfabeta, além disso, 80% da população era composta por agricultores, situados em aldeias rurais, onde o acesso à cuidados básicos como saúde e educação eram poucos (NEWITT, 2017, p. 153-154).

Apesar de tantos desafios e intempéries enfrentados pela jovem nação moçambicana, o fator do conflito étnico não se fez presente no período pós-independência. Diferente do que ocorreu em diversos processos de independência no continente africano, Moçambique não teve de enfrentar conflitos entre as diversas etnias que compunham sua população. Em vez disso, por conta do alto nível da fragmentação regional e a baixa integração nacional, as divisões se deram muito mais ao longo das fronteiras regionais do que das fronteiras étnicas.

2.2 O conflito civil e seus atores

Como destacado no tópico anterior, muitos foram os acontecimentos auspiciosos para Moçambique antes de 1975. Séculos de dominação portuguesa, extensivo controle territorial por empresas estrangeiras, um processo de descolonização apressado e mal planejado, conflitos regionais e tensões raciais nos países vizinhos e a escalada dos atritos da Guerra Fria (HUME, 1994, p. 4); são alguns dos fatores que marcaram o início da nova nação. E são também alguns dos fatores que ajudam a entender a gênese do conflito civil que devastou o país.

Com estimativas que variam entre 600 mil e 1 milhão de mortes relacionadas de modo direto ou indireto ao conflito (AFRICA WATCH, 1992, p. 10; LEITENBERG,

2006, p. 15), além de cerca de 2 milhões de indivíduos deslocados (COLLINS, 1996, p.99), a guerra civil moçambicana foi devastadora em todos os aspectos possíveis para o país, tendo impactos diretos não somente no bem-estar da população, mas em diversos outros âmbitos, como a economia, a política, etc. Para melhor compreender sua gênese, é oportuno focar nos dois principais antagonistas do conflito, Frelimo e Renamo.

2.2.1 Frelimo

Como mencionado anteriormente, as condições da população moçambicana durante a década de 1950 não eram boas. Os camponeses (maior parte da população) eram deslocados de suas terras tradicionais e obrigados a plantar determinadas culturas, sendo remunerados de maneira deficiente e sujeitos a elevados impostos. Além de serem constantemente submetidos a trabalhos forçados e desfavoráveis relações de troca com o comércio controlado por portugueses. Tem-se deste modo um ambiente muito propício para o surgimento de ideais anticoloniais e emancipadores. Foi justamente o que ocorreu, com uma diferença: em Moçambique a maior parte dos movimentos nacionalistas surgem de moçambicanos emigrados nos países vizinhos (GARCIA, 2001, p. 145).

Em particular 3 movimentos surgem nesse período. Em 1959, no território de Tanganica⁸, surge a *Mozambique African National Union* (MANU), com o intuito de reunir os Macondes⁹ moçambicanos que lá habitavam e orientá-los a agir de modo subversivo, sendo muito influenciados pela *Tanganyika African National Union* (TANU), principal movimento emancipatório de Tanganica. No ano seguinte, na Rodésia do Sul, surge a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO). Formada principalmente por trabalhadores emigrados de Manica e Sofala, Gaza e Lourenço Marques, condenava principalmente a opressão colonial caracterizada pelo trabalho forçado e pela ausência de direitos políticos e humanos da população africana. Já em 1961, na antiga Niassalândia (atual Malawi), surge a União Africana

⁸ Antiga colônia britânica no leste africano que, após juntar-se com os territórios insulares de Zamzibar e Pemba durante sua independência, adota o nome República Unida da Tanzânia.

⁹ Grupo étnico bantu que vive principalmente na região sudeste da Tanzânia e no nordeste de Moçambique.

de Moçambique Independente (UNAMI), que tinha forte atuação e apoio entre a população do distrito de Tete (GARCIA, 2001, p. 145-147).

Em 18 de abril de 1961, em Casablanca no Marrocos, aconteceu a primeira Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), que reuniu diversos grupos independentistas do continente africano. A CONCP buscava coordenar politicamente diversos movimentos nacionalistas africanos e goeses contra o colonialismo português. Por cerca de 15 anos, a CONCP permitiu a coordenação política entre os diferentes movimentos nacionalistas, tendo contribuído significativamente para uma intervenção conjunta na arena internacional (BNP, 2016).

Deste modo, em 25 de junho de 1962, durante uma reunião da CONCP em Acra capital de Gana, logo após a independência de Tanganica ao fim de 1961, o sentimento da necessidade de criação de uma frente única entre os movimentos nacionalistas moçambicanos era forte. Neste evento fica acordada a união da MANU, UDENAMO e UNAMI em um único grupo, que viria a ser a Frente de Libertação de Moçambique, tendo por objetivo

“a liquidação total, em Moçambique, da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência imediata e completa de Moçambique, e a defesa e realização das reivindicações de todos portugueses os moçambicanos explorados e oprimidos pelo Regime colonial” (GARCIA, 2001, p. 149).

Entre 23 e 28 de setembro de 1962 é realizado o Primeiro Congresso da Frelimo, em Dar-es-Salam na Tanzânia, data que é considerada a fundação oficial do grupo. Neste evento fica decidido que Eduardo Mondlane será o presidente da recém-criada coalizão. Mondlane, fez sua educação primária em uma missão presbiteriana suíça, e já na sua juventude se envolveu com movimentos políticos estudantis em Lourenço Marques. Posteriormente obtém uma bolsa de estudos nos EUA onde obtém o título de doutor em antropologia pela *Northwestern University*. Após este período, Mondlane é contratado pelas Nações Unidas para trabalhar como pesquisador dos processos de independência nos países africanos e posteriormente assume um cargo como professor do departamento de história da *Syracuse University* (NEWITT, 2017, p. 138; HUME, 1994, p. 8).

Apesar de ser contra a luta armada em um primeiro momento, em 1964 Mondlane concorda com a impossibilidade de um processo de independência negociado. A Frelimo começa então diversas campanhas de guerrilha ao norte de

Moçambique, visando a queda do regime português, tem-se início a guerra pela independência que irá durar até 1975.

Durante os anos de luta pela independência, houve diversas tensões dentro da Frelimo, a principal delas caracterizada pela discordância entre duas alas do partido. O primeiro grupo era caracterizado por aqueles que desejavam um movimento universalista e defendia políticas revolucionárias radicais, visando não somente derrotar os portugueses, mas também romper com as lideranças tradicionais e estabelecer uma nova sociedade aos moldes socialistas. Já a segunda ala era formada por aqueles que viam o movimento por uma lente mais africanista, que defendia a substituição dos portugueses por uma nova geração de líderes, porém refletindo valores tradicionais africanos. Por anos essa disputa teve diversas implicações na administração da Frelimo e na luta anti-colonial, uma vez que cada ala tinha sob seu comando ramos militares e civis que frequentemente entravam em choque ideológico. Tal tensão chega ao fim somente em 1968, no Segundo Congresso da Frelimo, quando a ala “revolucionária”, liderada por Samora Machel, principal comandante militar da guerrilha, garante a vitória sobre a ala “tradicionalista” (NEWITT, 2017, p. 142; HUME, 1994, p. 8).

Em fevereiro de 1969 Eduardo Mondlane morre em um atentado, vítima de um pacote-bomba endereçado a ele. As suspeitas recaem sobre dissidentes da Frelimo e sobre a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)¹⁰. Não se chega, porém, à nenhuma conclusão acerca do culpado pelo assassinato de Mondlane. Após um mês de desordem dentro do partido, Samora Machel é eleito o segundo presidente da Frelimo. Sob o comando de Machel e apoiados pela União Soviética e pela China, a Frelimo expande sua presença no norte do país, alcançando campanhas militares eficazes contra os portugueses (NEWITT, 2017, p. 142; HUME, 1994, p. 8).

Durante o período pré-guerra civil A Frelimo evolui de um pequeno e fragmentado movimento nacionalista com ínfima capacidade militar, para uma força de guerrilha coesa e eficaz, que consegue fazer frente ao domínio português. Eventualmente consegue controle do território moçambicano e é tido como o poder de fato no país após o processo de transição de governo. A Frelimo assume então o governo com uma agenda modernista que visava transformar a sociedade

¹⁰ Foi a polícia política portuguesa durante o Estado Novo, entre 1945 e 1969. Responsável pela repressão da oposição ao regime político salazarista.

moçambicana aos moldes socialistas rejeitando a maior parte dos aspectos culturais tradicionais (NEWITT, 2017, p. 143; HUME, 1994, p. 9).

2.2.2 Renamo

O surgimento da Renamo está intimamente ligado às tensões do tabuleiro internacional do continente africano no período. Em 1977 o governo da Rodésia do Sul através de seu serviço de inteligência, a *Rhodesian Central Intelligence Organisation* (CIO), forma a *Mozambican National Resistance* (MNR). A criação da MNR foi, de certo modo, uma resposta a algumas ações moçambicanas. Logo após a independência, Samora Machel declara apoio ao grupo nacionalista *Zimbabwe African National Union* (ZANU), que lutava contra o regime minoritário branco que governava a Rodésia do Sul, deste modo, Moçambique tornou-se refúgio para os guerrilheiros ZANU que possuíam muitas bases em território moçambicano. Outra ação de Machel que prejudicou a Rodésia do Sul foi a aplicação das sanções pedidas pela ONU contra o regime rodesiano, como efeito, Moçambique impede o acesso de mercadorias rodesianas aos portos no Oceano Índico (RUPIYA, 1998, p. 13).

O efetivo da MNR era formado principalmente por antigos militares que haviam lutado ao lado dos portugueses nos conflitos pela independência e por dissidentes da Frelimo. Durante seus anos iniciais, o intuito da MNR era realizar incursões contra os acampamentos da ZANU em território moçambicano, coletar informações de inteligência e desestabilizar o governo da Frelimo. Pautas do governo rodesiano que buscava impedir o avanço do movimento independentista africano em seu território. (RUPIYA, 1998, p. 13; NEWITT, 2017, p. 161).

O primeiro líder da MNR foi Andre Matsangaissa, liderança militar dissidente da Frelimo. Porém, Matsangaissa fica pouco tempo à frente do grupo, em outubro de 1979 ele é morto em um ataque do governo moçambicano na região do Parque Nacional de Gorongosa na província de Sofala, região que posteriormente se tornará a principal base da Renamo. Quem o sucedeu como líder da MNR foi Afonso Dhlakama.

Até então, a MNR tinha tido pouco sucesso nos seus intentos militares, não representando uma grande ameaça à Frelimo, tudo muda, porém após 1980. Em fevereiro deste ano o Zimbábue consegue sua independência, com uma transição para um governo de maioria formado por membros da ZANU, a MNR (à essa altura já

bastante conhecida como Renamo) fica sem seu principal apoiador e financiador. Quem assume esse espaço é outro ator do cenário internacional, a África do Sul do regime do apartheid.

O controle da Renamo passa então à *South African Military Intelligence Directorate* (MID), que reorganizaram e reformularam as operações do grupo. Os objetivos Sul-africanos na revitalização da Renamo era também desestabilizar o governo da Frelimo que apoiava movimentos de oposição ao apartheid como o *African National Congress* (ANC) de Nelson Mandela. Além disso, o enfraquecimento do governo moçambicano significaria uma possibilidade de bloqueio do acesso de Zimbábue ao mar, aumentando o domínio econômico sul-africano na região. Sob tutela da África do Sul, o contingente da Renamo aumentou de 500 para cerca de 8 mil soldados. Ativos na maior parte do território moçambicano, em 1982 a Renamo era a principal ameaça à liderança da Frelimo sendo uma séria ameaça ao governo (RUPIYA, 1998, p. 13; NEWITT, 2017, p. 162).

2.2.3 A Guerra Civil e seus diversos aspectos

Por mais de uma década o conflito entre a Frelimo e a Renamo evoluiu, “o que torna qualquer generalização sobre as causas da guerra civil algo precário” (NEWITT, 2017, p. 160), é certo que fatores como descontentamento popular, disputas políticas e econômicas, além de escolhas políticas ruins, tiveram um papel essencial na manutenção do conflito.

Na tentativa desesperada e má planejada de tentar reconstruir a devastada economia do país, o governo da Frelimo intensifica o envio de pessoas para o interior do país para trabalhar em plantações controladas pelo Estado. Em 1983, com a chamada Operação Produção, estima-se que o governo transferiu cerca de 50 mil pessoas desempregadas (sendo 30 mil só de Maputo) para tais campos. Essas plantações, controladas por soldados da Frelimo, muito se assemelhavam à política colonial portuguesa dos “aldeamentos”, e foi fonte de revolta entre a população moçambicana que não concordava com a argumentação governamental de que as mesmas não estavam sendo punidas, mas sim ajudando na reconstrução do país. Corrobora para o descontentamento da população a grande seca que atingiu o país naquela década, estima-se que neste mesmo ano, 100000 pessoas morreram por consequência da estiagem em Moçambique (HUME, 1994, p. 10).

Todo esse descontentamento populacional fruto das políticas abusivas do governo serviram de munição ideológica para a Renamo, que passou a recrutar cada vez mais pessoas para suas linhas, de modo que em 1985 a guerrilha rebelde contava com aproximadamente 15000 combatentes (HUME, 1994, p. 10). Ainda que as Forças Armadas de Moçambique (FAM) tivessem recebido equipamentos e treinamento dos países parceiros do bloco soviético, a Frelimo se via incapaz de fazer frente ao grupo rebelde. Assim, na busca de enfraquecer a Renamo, em 1984 Samora Machel tenta negociações com o governo sul-africano, no que viria a ficar conhecido como o Acordo de Nkomati. O principal ponto do acordo era o comprometimento mútuo de Moçambique e África do Sul em cessar o apoio à movimentos rebeldes, Samora Machel concordou em expulsar os membros da ANC de seus territórios, enquanto Pieter Willem Botha, primeiro-ministro sul-africano, se comprometeu a descontinuar o apoio à Renamo (LUNDIN, 2004, p. 6-7; NEWITT, 2017, p. 162).

As iniciativas acordadas em Nkomati, que se analisadas em retrospectiva podem ser consideradas como o primeiro grande esforço pelo fim do conflito, não tiveram grande efeito prático. Apesar da Frelimo ter cumprido com sua parte no acordo, o governo sul-africano continuou apoiando os rebeldes da Renamo, tal fato ficou provado quando a Frelimo captura a sede da Renamo em Gorongosa e encontra diversos documentos que atestavam o suporte sul-africano na forma de informações de inteligência, treinamento e até mesmo o envio de equipamentos militares (LUNDIN, 2004, p. 6-7; NEWITT, 2017, p. 163).

A partir da segunda metade da década de 1980 a Renamo muda suas táticas, passa a depender cada vez menos de suas bases e do apoio sul-africano e passa a se abastecer com a população dos locais que ocupavam em Moçambique. Cada vez mais isolados internacionalmente, eles tiveram que ser mais cautelosos com armas e munições, além de buscar diversificar seu modo de reabastecimento. Os insurgentes passam então a restringir suas operações militares a áreas estratégicas, escolhidas com base em dois critérios que estavam ligados entre si: incutir o medo na população local e enfraquecer os recursos do governo. A estratégia do medo objetivava “enaltecer a força dos rebeldes, enfraquecer simbolicamente a autoridade do governo e minar o sistema de produção rural da qual Moçambique dependia” (RUPIYA, 1998, p. 13), para tal a Renamo passou a atacar cada vez mais alvos civis. Suas práticas brutais de ataque envolviam mutilações de membros, como braços, pernas, orelhas, nariz, boca e órgãos sexuais, além de sequestros, massacres a vilas inteiras e

infanticídio, toda essa prática atroz lhes rendeu a alcunha de “Khmer Vermelho da África” (HUME, 1994, p. 14). De modo geral, os alvos mais frequentes encontravam-se próximos aos corredores de transporte de suprimentos, porém os ataques não se resumiam a linhas férreas e estradas, também hospitais, escolas e outras infraestruturas que representavam a segurança social e a provisão do governo eram alvos. Um exemplo que pode ser dado da brutalidade da Renamo foi um ataque à um comboio de viajantes que iam de Maputo à uma cidade vizinha na província de Gaza, em abril de 1985, mais de 200 civis foram mortos, incluindo crianças. Na ocasião, a Renamo também sequestrou missionários e pessoas que trabalhavam na assistência humanitária (HUME, 1994, p. 14; RUPIYA, 1998, p. 13-14). A presença da Renamo por todo o território moçambicano era uma realidade, com unidades bem estruturadas não só no norte, mas também no centro-oeste na província do Tete e com um aumento expressivo na província da Zambézia.

A Frelimo pouco conseguia fazer contra a Renamo nestas regiões, deste modo adotou a estratégia de intensificar seus esforços diplomáticos internacionais e gradualmente conseguiu formar uma coalizão de países contra a Renamo. Moçambique consegue apoio do Zimbábue e da Tanzânia, que enviam tropas para vigiar instalações do governo próximas à suas fronteiras, bem como fiscalizar os corredores ferroviários que ligavam o interior do continente aos portos. Além disso, a aliança consegue pressionar o Malawi (aliado da África do Sul) a fechar as bases da Renamo em seu território. Logo após a expulsão do Malawi, a Renamo lança sua maior ofensiva na região do vale do rio Zambeze, que tinha como objetivo dividir o país em duas regiões, numa tentativa da Renamo de controlar as províncias do norte. Com o apoio do Zimbábue e da Tanzânia as FAM conseguem conter a ação rebelde lançando uma contraofensiva bem-sucedida, mantendo assim controle de todo o território moçambicano (NEWITT, 2017, p. 164; RUPIYA, 1998, p.14).

Em 19 de outubro de 1986, ao regressar de uma conferência na Zâmbia, o avião de Samora Machel se choca com a encosta de uma montanha em território sul-africano a caminho do aeroporto de Maputo, Machel e mais trinta e três pessoas morrem. A queda foi atribuída à erro humano da tripulação soviética que pilotava a aeronave, porém tal versão foi fonte de controvérsia em Moçambique. Era muito forte a versão no país de que o acidente fora causado por militares sul-africanos que teriam utilizado sinais luminosos para confundir os pilotos e causar a queda do avião (NEWITT, 2017, p. 164).

Sendo de quem fosse a responsabilidade da morte de Samora Machel, o comando da Frelimo, e por consequência de Moçambique, passa sem muitos percalços à Joaquim Chissano, que era tido como mais pragmático que seu antecessor, é provável que a mudança de governo tenha sido um fator essencial para o Acordo Geral de Paz que viria a ser assinado seis anos depois (NEWITT, 2017, p.164).

De 1986 a 1989 a guerra se arrastava sem um lado mostrar-se superior ao outro. A Frelimo tinha o controle de todas as grandes áreas urbanas, porém as FAM mostravam-se cada vez mais desorganizadas, ineficazes e adotando um *modus operandi* cada vez mais similar a seus oponentes. A Renamo, por sua vez, tinha livre circulação nas áreas rurais, controlando grande parte do centro e norte de Moçambique. Crescia em ambas as partes a ideia de que a guerra entrava em um estado de impasse (NEWITT, 2017, p.164; RUPIYA, 1998, p. 13-14).

Com o passar dos anos, tanto a Renamo como a Frelimo já haviam mudado bastante. Com a expulsão do Malawi, a Renamo teve de arrumar maneiras de se manter dentro do território moçambicano, aos poucos uma estrutura administrativa começa a aparecer e o grupo começa a adquirir também características de um movimento político, adotando programas políticos específicos privilegiando temas como o multipartidarismo e o livre mercado, numa clara oposição à inclinação socialista da Frelimo. Apesar das práticas violentas, a Renamo contava o apoio de grande parte da população rural, uma vez que se apresentava como o grupo que respeitava a religião, tanto as tradicionais quanto a cristã, e que apoiava a manutenção de hierarquias tradicionais. Além disso, havia entre os camponeses um forte sentimento contrário à Frelimo resultante das diversas políticas de deslocamento forçado adotadas pelo governo.

A Frelimo também murada, em 1983, no Quarto Congresso do Partido começa-se a questionar a manutenção de um Estado Marxista-Leninista e discute-se adotar princípios de economia livre e multipartidarismo, tal mudança de fato ocorre, em 1989, já no Quinto Congresso do Partido. Com isso a Frelimo se adianta à Renamo em suas reivindicações político-econômicas e à enfraquece diante dos EUA, ao mesmo tempo que fortalece seu relacionamento como mesmo. Dentre as mudanças internas da Frelimo, como consequência do afastamento do pensamento marxista-leninista, está também a reconciliação com as diversas igrejas cristãs no país, fator esse que seria de extrema importância posteriormente para o processo de paz.

Um acontecimento que foi muito impactante, principalmente para a percepção da comunidade internacional acerca do conflito, foi o chamado Relatório Gersony, elaborado por Robert Gersony, e publicado nos EUA em 1988. Em tal relatório são catalogadas muitas das violências praticadas pela Renamo contra civis, descrevendo os diversos métodos atrozes utilizados pelo grupo, que iam desde espancamentos a mutilações. O relatório minou completamente a possibilidade de auxílio estadunidense ao grupo rebelde, que “deve ter sido a única chamada força de guerrilha anticomunista que Washington não apoiou ativamente” (NEWITT, 2017, p.166).

Assim como o Relatório Gersony, outros acontecimentos no fim da década de 1980 tem grande influência no processo de paz. Em setembro de 1988 os presidentes Joaquim Quissano e P. W. Botha novamente se reúnem para discutir os termos do Acordo de Nkomati, que dessa vez são amplamente cumpridos por ambas partes. Além disso, o governo moçambicano permite que líderes cristãos, tanto da Igreja Católica como do Conselho Cristão de Moçambique (CCM)¹¹, iniciem conversas diretas com líderes da Renamo por um fim do conflito. Já em 1989, por intermédio dos presidentes Daniel arap Moi e Robert Mugabe, respectivamente do Quênia e Zimbábue, conversas entres os líderes cristãos e a Renamo são realizadas em Nairóbi. Nesta reunião A Renamo declara-se favorável à um diálogo direto pelo fim do conflito (RUPIYA, 1998, p. 14-15).

As conversas por uma paz em Moçambique começam efetivamente em Roma, em julho de 1990, porém se estendem ainda por anos, com diversas rodadas de negociações e envolveram diversos fatores, atores e apresentam algumas particularidades muito específicas. Todo esse processo de paz será melhor tratado no tópico seguinte.

¹¹ Fundado em 1948 para promover a unidade e cooperação entre igrejas cristãs em Moçambique, agregava as tradições da Igreja Anglicana, Batista, Reformada, Metodista e outras tradições cristãs independentes. O CCM envolveu-se no em pedidos pelo fim dos conflitos a partir de 1984, quando estabeleceu uma Comissão de Paz e Reconciliação.

3 O PROCESSO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE¹²

Esta seção aborda o desenrolar histórico¹³ das negociações de paz que levaram ao Acordo Geral de Paz que deu fim ao conflito civil em Moçambique, processo esse que foge dos padrões tradicionais de mediação que eram praticados no período, onde a mediação era muito marcada pela atuação de agentes estatais ou então de entidades internacionais como a ONU. Veremos neste capítulo que a utilização de fórmulas pouco convencionais utilizadas pelos negociadores no processo de paz teve impactos importantes no acordo final.

Apesar do envolvimento de atores externos no conflito, como explicado no capítulo anterior, os principais antagonistas eram ainda a Frelimo e a Renamo, assim sendo, qualquer tentativa de paz que tivesse a pretensão de ser durável tinha que envolver as duas partes diretamente, não somente os atores coadjuvantes. Cada parte tinha suas principais barreiras para um diálogo efetivo. Por parte da Frelimo, qualquer diálogo com os rebeldes significaria reconhecer a Renamo como um ator legítimo do sistema político em Moçambique, e diálogos oficiais do governo com a Renamo só fortaleceriam institucionalmente os rebeldes. Além disso, o próprio modelo unipartidário de governo estaria em xeque. Já a Renamo, teria que passar pela metamorfose de deixar de ser uma violenta guerrilha armada para estruturar-se em um partido político civil que obedece às regras do jogo, ao invés de contestá-las (HUME, 1994, p. 22 e 23).

Além de toda problemática das agendas da Frelimo e da Renamo, o conflito civil em Moçambique envolvia diversos atores secundários, cada um com seus interesses específicos na região. Num contexto global marcado pela guerra fria, EUA e URSS viam na África austral um tabuleiro de influências. Portugal também se envolvia, por sua presença histórica no país. Regionalmente, atores como Zimbábue e Tanzânia, aliados do governo moçambicano, e Quênia e Malawi, países próximos à liderança da Renamo tinham sua própria agenda de interesses, sem mencionar a

¹² É importante informar ao leitor que por diversos fatores - dentre eles a pandemia de Covid-19 que fechou as bibliotecas e impossibilitou viagens, a escassez de produções acadêmicas disponíveis gratuitamente na internet acerca do processo de paz em Moçambique, além do próprio modelo de comercialização de artigos - foi muito difícil se ter acesso à uma bibliografia histórica extensiva acerca do período de negociações.

¹³ Para o histórico, principalmente no período das rodadas de negociações do Acordo Geral de Paz, utiliza-se a divisão temporal do relato de Cameron Hume, diplomata dos EUA que participou das negociações do AGP e registrou todo o processo de negociação no livro "*Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices*".

África do Sul do *apartheid*. Toda essa pluralidade fez com que surgisse não somente “um processo de paz”, mas sim uma gama de tentativas de acordo que envolviam diversos possíveis mediadores (DARCH, 2018, p. 15 e 16).

O desafio inicial de encontrar um intermediário em que tanto a Frelimo quanto a Renamo confiassem era grande (LUNDIN, 2004, p. 9). Durante toda a segunda metade da década de 1980, diversas foram as tentativas de mediação que não deram certo. Em 1988 a Renamo rejeita uma proposta sul-africana de mediação, o plano consistia em ter os EUA como principal negociador, mas tanto os rebeldes não confiavam no governo de Pretória, quanto a Frelimo rejeitou a participação americana. Houve também empreendimentos por parte do governo do Quênia, liderados pelo presidente Daniel Arap Moi, que apesar de contar com a confiança da Renamo, não foram aceitas pelo governo de Moçambique. Robert Mugabe, presidente do Zimbabuê, também fez algumas investidas pela paz, mas era visto como um firme aliado da Frelimo pela Renamo e não conseguiu juntar a duas partes em uma mesa de negociações. Outras tentativas partiram também de atores não estatais, como o caso em que Roland Walter "Tiny" Rowland, empresário britânico a frente de diversos empreendimentos na região, tentou intermediar conversas junto à Renamo, mas novamente a desconfiança prevaleceu (DARCH, 2018, p.16).

Apesar de marginalizadas e perseguidas pelo governo moçambicano após a independência em 1975, as igrejas cristãs continuaram a atuar no território e a desempenhar um papel construtivo na construção da paz na região. É possível encontrar medidas pela paz promovidas pelas igrejas ainda em dezembro de 1982, quando a CCM, junto com Dom Jaime Gonçalves, arcebispo católico de Beira, em reunião com o presidente Samora Machel, sugerem que uma solução pacífica para o conflito deva ser encontrada o quanto antes (SENGULANE e GONÇALVES, 1998, p. 28).

Com a morte de Machel em julho de 1984, o CCM passou a dirigir seus apelos pela paz a Joaquim Chissano, sucessor na presidência do país. Durante esse mesmo período torna-se também mais enfático o apelo pela paz por parte da igreja católica em Moçambique, com diversas cartas apostólicas sendo publicadas pedindo a reconciliação entre Frelimo e Renamo (MORIER-GENOUD e ANOUILH, 2013, p. 193).

Contando com o apoio financeiro da *All African Council of Churches* (AACC) e do *World Council of Churches* (WCC) o CCM iniciou contato com a Renamo no Quênia

e nos EUA, representantes da igreja católica moçambicana também estavam presentes nessas conversas. Em maio de 1988 com apoio do Secretário de Relações Exteriores do Quênia, Bethuel Kiplagat, diversos clérigos se encontraram com Afonso Dhlakama, líder da Renamo, em Gorongosa. À essa primeira visita, se seguiram outras em 1988 em um esforço para estabelecer um contato formal e contínuo com os representantes da Renamo (SENGULANE e GONÇALVES, 1998, p. 30).

Em paralelo às tentativas das igrejas, diversos governos tentaram uma mediação pelas vias tradicionais. Em outubro de 1988 o presidente queniano Daniel arap Moi convidou os presidentes Chissano e Mugabe para se encontrarem em Nairobi, a fim de explorar as possibilidades de um diálogo, em dezembro do mesmo ano Moi envia alguns emissários para conversar com a Renamo em Gorongosa. Outra tentativa foi feita pelo Ministro de Relações Exteriores da África do Sul, em fevereiro de 1989, que sugeriu ao governo de Maputo que os EUA atuassem como mediadores de um processo de paz. A sugestão de uma mediação por terceiros foi rejeitada pela Frelimo, mas não sem afirmar que seriam bem-vindas “ações construtivas” de outros atores ou governos (HUME, 1994, p. 27).

Em janeiro de 1989, em Nairóbi, os líderes religiosos da CCM se encontram com Raul Manuel Domingos, secretário de assuntos externos da Renamo. Nesta reunião (que inicialmente estava prevista para acontecer com o próprio Dhlakama) eles insistiram pelo comprometimento da Renamo em renunciar à violência, salientando o diálogo como o único modo viável de acabar com a guerra, que já não era benéfica para nenhuma das partes conflitantes, afetando somente ao povo. Acima de tudo, os religiosos salientaram a neutralidade de suas ações, como uma forma de fortalecer a confiança junto ao grupo rebelde (HUME, 1994, p. 27; SENGULANE e GONÇALVES, 1998, p. 30).

Em julho, a Frelimo se reúne em seu quinto congresso do partido. Em pauta está a possibilidade de negociações diretas com a Renamo. Andrea Riccardi, presidente da Comunidade de Sant’Egidio na época, foi convidado¹⁴ para discursar no congresso e declara total apoio a um eventual processo de paz. Neste congresso fica decidido que a Frelimo poderia iniciar diálogos diretos com os rebeldes, mas

¹⁴ Riccardi e a Sant’Egidio já mantinham relações com o governo moçambicano desde a década de 1980. Mais sobre essa temática será tratado na próxima seção, onde será melhor apresentada a Comunidade de Sant’Egidio.

primeiro a Renamo deveria abandonar a violência e aceitar as regras constitucionais vigentes (HUME, 1994, p. 28).

Em agosto de 1989 a delegação de religiosos se encontra em Nairóbi com diversos membros da Renamo, liderados por Dhlakama. Nesta ocasião entregam um documento previamente elaborado pelo governo contendo 12 princípios que a Renamo deveria seguir para um diálogo direto entre as partes, dentre as demandas estava a renúncia ao terrorismo, banditismo e toda a forma de violência. O documento afirmava ainda que o governo estava disposto a normalizar as relações entre os grupos e se comprometia em reintegrar os combatentes à sociedade. Como resposta, o líder da Renamo elabora ele próprio um documento, contendo 16 pontos¹⁵, que deveria ser entregue à Chissano. O documento afirmava, dentre outras coisas, que a Renamo não tinha a intenção de utilizar a luta armada como forma de mudança de ordem em Moçambique, defendia a soberania do povo e a necessidade de um sistema de governo com eleições e criticava a presença de forças estrangeiras, especialmente tropas zimbabuanas, em solo moçambicano, afirmando que as mesmas eram um empecilho para a paz. Além disso, o último ponto do documento deixava claro a disposição ao diálogo por parte do grupo rebelde (ROCCA, 2012, p. 21-23).

Os documentos trocados entre as partes, por intermédio dos líderes religiosos, tinham pontos muito promissores. Apesar do claro obstáculo que era o não reconhecimento pelo governo como uma força política em Moçambique, ambas declarações expressavam a vontade de uma solução pacífica, baseada na democracia e liberdade de expressão, e o desejo por uma reconciliação nacional fraterna. Além disso, a Renamo aceita a legitimidade do governo e da constituição. Todos esses princípios em comum poderiam ser utilizados como ponto de partida para diálogos futuros (HUME, 1994, p. 29; SENGULANE e GONÇALVES, 1998, p. 30).

Ainda em agosto de 1989, em um aparente acordo com o governo do Malawi, a Renamo interrompe todos os ataques que ocorriam no corredor de Nacala. Este corredor era essencial para as exportações malawianas, sendo a rota mais direta entre seus produtos e os portos no oceano Índico. Este corredor era também essencial para a LONRHO, empresa comandada por "Tiny" Rowland, que tinha diversos

¹⁵ Para acesso às declarações e aos demais documentos primários do processo de paz em Moçambique recomendo consultar ARMON, Jeremy; HENDRICKSON, Dylan; VINES, Alex. *Accord: The Mozambican Peace Process in Perspective*. London: Conciliation Resources, 1998.

empreendimentos na África austral e que viria a se envolver pessoalmente com as negociações diversas vezes (HUME, 1994, p. 29).

Durante esse período em que ocorriam as tentativas de organizar um diálogo inicial entre as partes conflitantes, Renamo e Frelimo tinham posições diferentes no que dizia respeito ao modo como as conversas deveriam ser organizadas. Enquanto os rebeldes eram a favor de um forte envolvimento de atores externos no processo de paz, o governo se posicionava de maneira contrária. A Frelimo buscava evitar o envolvimento de governos ocidentais e da ONU nas negociações, pois via isso como uma maneira de legitimar a Renamo como ator político dentro de Moçambique (ROCCA, 2012, p. 23).

Em abril de 1989 a Renamo, por meio de um telegrama, pede assistência do Vaticano para estabelecer um cessar-fogo na região da província de Nampula. Em resposta, Sant'Egidio e o então primeiro ministro italiano Giulio Andreotti convidam Dhlakama à Roma, mas o líder rebelde adia a viagem, alegando que a situação militar em Moçambique não permitia a sua retirada do território. Em março de 1990 Dhlakama e uma comitiva da Renamo finalmente conseguem ir à Roma, em reuniões organizadas pela Sant'Egidio, ele se encontra com oficiais do governo italiano e membros da CSE e reafirma o interesse em dar início a diálogos diretos com o governo de Moçambique. Neste mesmo mês, o ministro das Relações Exteriores de Moçambique, Pascoal Mocumbi, reuniu-se com Angelo Sodano, arcebispo do Vaticano, e solicita apoio da Santa Sé no diálogo com os rebeldes (VINES, 1998, p.32, HUME, 1994, p. 31).

No dia 12 de junho de 1990, comitivas dos dois lados do conflito se reúnem em Blantyre, no Malawi, em uma tentativa de dar início às negociações diretas organizadas pelos governos de Moçambique, Quênia e Malawi, assim como por "Tiny" Rowland. No dia seguinte, porém, o governo do Malawi emite um comunicado informando que as conversas em seu território estavam suspensas, devido à aparentes dificuldades dos rebeldes e da Frelimo em estabelecerem condições para um contato direto. Dhlakama desconfiava de uma emboscada, e recusou-se a sentar à mesa com os demais líderes, pois não considerava o Malawi neutro nas negociações (ROCCA, 2012, p. 27).

O processo para as negociações pareceu encontrar um impasse, mas a atuação dos líderes religiosos se mostrou bastante frutífera. Através da Comunidade

de Sant'Egídio as conversas são retomadas poucos dias depois do encontro no Malawi, como veremos em mais detalhes nos tópicos seguintes.

3.1 A Comunidade de Sant'Egídio

A Comunidade de Sant'Egídio é uma organização católica leiga¹⁶ fundada no final da década de 1960 por estudantes na cidade de Roma que, preocupados com a questão social da pobreza e inspirados pelos ares de mudança social do Concílio Vaticano II, se juntam para agir em prol dos mais necessitados. Fundada por Andrea Riccardi, na época com apenas 18 anos, a comunidade cresceu em seu número de membros e ações, dentre as pessoas que se juntaram ao grupo estava Matteo Zuppi, estudante da mesma escola de Riccardi e que posteriormente viria a se tornar sacerdote católico.

Zuppi, que era filho de um jornalista do Observatório Romano, jornal ligado à Santa Sé, além de ser sobrinho-neto do antigo Secretário de Estado do Papa Pio XI, cardeal Confalonieri, foi alocado para ser pároco na Igreja de Santa Maria, no bairro Trastevere. Nesta paróquia, juntamente com o grupo formado por Riccardi, Zuppi iniciou um forte trabalho junto aos mais necessitados, incluindo pobres, viciados, órfãos, deficientes, portadores de AIDS e tantos outros grupos marginalizados. Por sua forte relação com a Santa Sé, poucos anos depois de sua fundação, a organização recebe como doação por parte do Vaticano o prédio do antigo convento carmelita de Sant'Egídio, localizado ao lado da Igreja de Santa Maria, e adota o nome Comunidade de Sant'Egídio. Posteriormente, o complexo arquitetônico é reformado pelo governo italiano sendo adaptado para comportar escritórios, salas de reuniões e áreas de recepção (HUME, 1994, p. 16).

A relação da CSE com Moçambique começa em 1976, quando Jaime Gonçalves, um jovem padre moçambicano que estudava em Roma, conhece a comunidade. Em 1977 Jaime Gonçalves é nomeado bispo de Beira e no mesmo ano ele retorna à Roma para participar da IV Assembleia Geral do Sínodo¹⁷ dos Bispos e

¹⁶ Dentro do cristianismo católico, são chamados leigos(as) pessoas ou grupos não ordenados, ou seja, que não possuem o sacramento da Ordem, que confere o poder e a graça de exercer funções e ministérios eclesiais.

¹⁷ Sínodo: Trata-se de uma reunião convocada por uma autoridade eclesial, podendo ser realizada por qualquer denominação religiosa. No catolicismo trata-se de uma assembleia periódica dos bispos da Igreja Católica, que vão a Roma a fim de relatar sua experiência e renovar a orientação do Papa sobre os assuntos relativos à atividade da Igreja no mundo.

relata aos membros da Sant'Egídio as duras restrições e as perseguições sofridas pelas diversas religiões em Moçambique. Logo em seguida, a Comunidade de Sant'Egídio inicia uma campanha pela liberdade religiosa em Moçambique, para tal organizam um encontro entre Dom Jaime Gonçalves, demais membros da CSE interessados em Moçambique e o líder do Partido Comunista Italiano à época, Enrico Berlinguer. Depois de apresentada a situação das igrejas em Moçambique, Berlinguer oferece usar sua posição e imagem além da fraternidade partidária entre o Partido Comunista Italiano e a Frelimo para persuadir o governo moçambicano a remover as restrições contra a prática da religião. Estes contatos foram essenciais para abrir uma rota de comunicação direta entre a Comunidade de Sant'Egídio e o governo de Moçambique, fator que seria determinante para os diálogos de paz posteriormente (HUME, 1994, p. 17-18; VINES, 1998, p. 32).

A Comunidade de Sant'Egídio tem como seu objetivo maior a realização das palavras do pontífice João XXIII “A Igreja é para todos, especialmente para os pobres” (HEGERTUN, 2010, p. 23). Deste modo, a ação voltada para a paz é uma extensão de seu propósito maior. Como afirmado por Hegertun, os *ethos* espirituais e religiosos, ou seja, os costumes e hábitos fundamentais da comunidade, estão intrinsecamente ligados à razão da CSE atuar na área de mediação.

[...] seu compromisso deve ser entendido como “inseparável de sua identidade como comunidade católica ecumênica de oração e comunhão” (Appleby, 2000. p.156). Sua perspectiva é local e global: cada comunidade local aspira a servir os pobres, ao mesmo tempo em que expande seus contatos com outras comunidades religiosas e políticas, como parte de sua “missão mundial” (Appleby, 2000. p.156) (HEGERTUN, 2010, p. 14, tradução nossa).

De modo prático, a Comunidade de Sant'Egídio faz pressão em governos e formuladores de políticas públicas visando a realização desse *ethos*. O objetivo maior da CSE é a atenção aos mais necessitados, a mediação e as campanhas pela paz são uma extensão natural de seu trabalho para com os pobres, “a guerra é a mãe de toda a pobreza” (CSE, 2020), de acordo com a comunidade. Hegertun, que entrevistou diversos membros da Comunidade de Sant'Egídio, afirma que a CSE acredita que soluções para problemas locais estão ligadas à estabilidade regional e a políticas sociais, além disso, acreditam também que “aspectos inter-humanos como compreensão, conhecimento pessoal das comunidades de base, maior compreensão da vida e dos sentimentos do outro são os únicos aspectos que podem agregar ao

âmbito das Relações Internacionais e da *realpolitik*" (HEGERTUN, 2010, p. 14). Tal visão irá marcar a maneira como os membros da Sant'Egidio se comportaram no processo de mediação.

No início da década de 1980 Sant'Egidio já havia estabelecido relações com missionários que atuavam em áreas de conflito e em 1982 ajudou na libertação de padres e freiras que eram mantidos reféns pela Renamo, essas conversas marcam a primeira interação da CSE com o grupo rebelde, e foi a base para toda relação subsequente. Em 1984, Andrea Riccardi e Matteo Zuppi se reúnem em Maputo com autoridades governamentais moçambicanas para discutir sobre assistências humanitárias ao país. Entre os anos de 1985 e 1987 Sant'Egidio enviou para Moçambique mais de 10 toneladas de alimentos e medicamentos (HUME, 1994, p.18; VINES, 1998, p.32).

A Comunidade de Sant'Egidio também atuava a seu modo pela paz em Moçambique. Desde meados da década de 1980 a comunidade mediou diversas reuniões entre o governo moçambicano e a Santa Sé, tendo suas dependências em Trastevere como ponto frequente de reuniões entre o Arcebispo Achille Silvestrini, então Ministro de Relações Exteriores do Vaticano e membros da Frelimo. No ano de 1985 a Sant'Egidio organizou para que Samora Machel se encontrasse com o Papa João Paulo II (VINES, 1998, p.32), fortalecendo os laços diplomáticos e também a posição da igreja dentro de Moçambique. Em 1987, Sant'Egidio articula para que João Paulo II visite Moçambique durante sua viagem à África no ano seguinte. Em setembro de 1988 o papa encontra-se com Chissano e em seu discurso na ocasião expressou a solidariedade da igreja católica às aspirações moçambicanas por um desenvolvimento econômico, social, cultural e espiritual, enfatizando que a atuação religiosa no país não era uma forma de intervenção estrangeira, mas uma resposta aos desejos e intenções da própria população. João Paulo segundo afirma ainda que a igreja "deseja contribuir para o desenvolvimento integral e autêntico do ser humano em Moçambique", desenvolvimento este que está sendo impedido pelo "sofrimento, luta e deslocamento" da guerra civil (APPLEBY, 2000, p. 161).

Todas essas ações influenciaram diretamente a relação do governo moçambicano e dos rebeldes com Sant'Egidio, impactando na abertura que os mesmos tiveram posteriormente para dar início às conversas pela paz. Nos anos que se seguiram, a Comunidade de Sant'Egidio se envolve cada vez mais com o processo

de paz entre Frelimo e Renamo, chegando ao ponto de tornar-se a principal organização mediadora do conflito.

3.2 O início dos diálogos: de julho a dezembro de 1990

Diante do fracasso nas negociações no Malawi em junho de 1990, a Comunidade de Sant'Egidio age rapidamente para apresentar uma segunda possibilidade de conversas entre as partes, visando aproveitar a já precária inclinação ao diálogo entre os antagonistas. A CSE já estava preparada para a possibilidade de atuar nas discussões. Em abril daquele ano o ministro de trabalho moçambicano havia pedido à Sant'Egidio que considerasse apoiar negociações diretas e em conversas com o arcebispo Gonçalves e com o cardeal dos Santos a comunidade já preparava opções para auxiliar nas conversas. Andrea Riccardi havia já contatado o governo italiano e assegurou seu apoio financeiro e diplomático para a empreitada. Deste modo, através de contatos telefônicos com a Renamo e a Frelimo a CSE consegue que ambas as partes concordem em se encontrar em Roma, nas imediações da Sant'Egidio, para dar início às negociações (VINES, 1998, p.32; HUME, 1994, p. 32).

No dia 8 de julho de 1990, na principal sala de conferência do edifício da Comunidade de Sant'Egidio no bairro de Trastevere em Roma, uma mesa em formato de "U" está disposta e nela encontram-se três grupos de pessoas. De frente uma para outra estavam as delegações da Frelimo, liderada por Armando Emilio Guebuza chefe da delegação governamental; e a delegação da Renamo, com Raul Domingos, responsável pelas relações exteriores da Renamo, como a principal voz dos rebeldes. Unindo as duas laterais da mesa estavam Andrea Riccardi e Matteo Zuppi, representando a Comunidade de Sant'Egidio, Jaime Gonçalves, arcebispo de Beira e Mario Raffaelli, membro do parlamento italiano que havia trabalhado por seis anos no ministério de relações exteriores agindo com foco especial no continente africano. A estes quatro foi designado o papel de observadores (ROCCA, 2012, p. 28).

Durante esse primeiro encontro algumas falas foram centrais para estabelecer os alicerces que permeariam todo o processo das negociações que viriam a seguir, Andrea Riccardi em seu discurso de abertura clama às partes que priorizem o diálogo frente à disputa, citando as palavras do Papa João XXIII "Busquemos mais o que nos une do que o que nos divide", Riccardi pede que as partes deixem para trás todo o sofrimento causado pelos anos de conflito para se dedicar ao desafio de construir uma

unidade nacional moçambicana. Raffaelli fez eco às ideias de Riccardi e, após a fala de ambas delegações moçambicanas, propôs que a primeira questão a ser discutida fosse a busca de um acordo acerca de onde, quando e como se daria a continuação dos diálogos (ROCCA, 2012, p. 29; HUME, 1994, p. 33).

Ambos os lados concordaram que Roma se mostrava o local ideal para conversas futuras, uma vez que o governo italiano havia garantido apoio logístico e financeiro para tal. Frelimo e Renamo concordaram também que os quatro observadores deveriam continuar desempenhando tal papel. Ficava em aberto então a formulação de uma agenda para as negociações e o estabelecimento de mediadores¹⁸ oficiais para a negociação. Se seguiram a esse primeiro dia de encontro mais dois dias de debates, onde nada de muito diferente do que já havia sido estabelecido foi alcançado. No referente à mediação, o governo propunha a nomeação de uma junta formada por Quênia e Zimbábue, uma vez que ambos haviam auxiliado nos contatos iniciais. A Renamo não aceitava que o Zimbábue tivesse qualquer grande relevância nas negociações, uma vez que o país tinha diversas tropas em Moçambique e, sendo aliado do governo, já realizara várias ofensivas contra o grupo rebelde. Até o fim dessa primeira rodada de conversas as partes não conseguiram chegar a um acordo. Já no que dizia respeito à agenda futura das negociações também havia desencontros. A Frelimo insistia em um cessar-fogo imediato, mas a Renamo não abriria mão da sua única força de barganha tão facilmente, eles queriam que fosse feita uma reforma constitucional antes de um eventual cessar-fogo. No dia 10 de junho se encerra formalmente a primeira rodada de discussões do processo de paz, apesar de pouco ter sido alcançado, havia motivos para comemorar. As duas partes finalmente iniciaram os contatos diretos e se portaram muito bem durante todo o processo, evitando recriminações e olhando para o futuro do país. Haviam concordado em se encontrar novamente em Roma dentro de

¹⁸ Existem várias maneiras em que um ator terceiro pode se envolver em um diálogo entre partes conflitantes, podendo ter uma participação discreta ou de maior relevância. A primeira maneira são os chamados Bons Ofícios, tentativa amistosa de um ou mais atores de abrir espaço para negociações ou de reatar relações que foram rompidas, no caso moçambicano, por exemplo, os clérigos desempenharam ativamente esse papel. Em seguida há a Facilitação, que implica que a terceira parte tenha um papel contínuo nas negociações, organizando e encorajando o diálogo. Há também a Mediação, onde o terceiro ator tem o poder de influenciar a agenda e o formato das negociações, além de poder formular propostas de temas a serem discutidos. Existe ainda a Arbitragem, onde as partes conflitantes concedem à uma terceira parte o poder de decisão. Normalmente o envolvimento de atores terceiros em negociações começa como Bons Ofícios e evoluem para a Facilitação ou Mediação, sendo a Arbitragem algo raro (HUME, 1994, p. 25-26).

duas semanas para retomar as conversas (ROCCA, 2012, p. 30-32; HUME, 1994, p. 35).

Houve ainda duas rodadas de negociações em 1990, uma entre 11 e 14 de agosto e outra entre 9 de novembro e 21 de dezembro. O objetivo principal dos observadores era resolver o mais rápido possível as questões referentes à mediação para que assuntos mais práticos como um cessar-fogo e assistência humanitária para a população pudessem ser discutidos. O principal impasse era a definição da mediação. O governo queniano (único Estado aliado da Renamo) pressionava Domingos para que fosse a única mediadora do acordo, papel esse que o governo rejeitava fortemente. Já o governo insistia em ter o Zimbábue como mediador, algo que a Renamo já havia reiterada vezes se posicionado contra. Não houve nenhum avanço na rodada de agosto e as conversas foram encerradas com o comprometimento de ambas partes em se encontrarem novamente (HUME, 1994, p. 35).

Temendo que as discussões novamente não avançassem, durante os meses seguintes Riccardi e Zuppi viajaram diversas vezes para a África para diálogos informais com os diversos atores envolvidos no processo de paz. Junto ao governo queniano conseguiram que os mesmos concordassem em ter um papel de facilitador nas negociações em vista de uma maior presença na implementação dos acordos eventualmente firmados. Nessas conversas com a Frelimo e a Renamo, Riccardi e Zuppi procuraram explorar novas possibilidades para a mediação ao sugerir que os observadores assumam tal papel e advogaram por soluções em temas práticos, como a presença de tropas do Zimbábue em Moçambique. Quando todos se reúnem novamente em Roma em novembro, Frelimo e Renamo concordam que os quatro observadores se tornem mediadores das discussões e concordam com a agenda proposta pelos mediadores para as negociações. Nesta rodada chegaram a importantes acordos que tratavam de questões militares, como a presença de tropas zimbabueanas em solo moçambicano, e de questões políticas, uma vez que conseguiram estabelecer um Comitê de Verificação Conjunta (CVC), formado pelos diversos países que estavam envolvidos no processo de paz. A Renamo nomeou para o comitê Quênia, Portugal, EUA e Zâmbia. Já a Frelimo indicou para o CVC Congo, URSS, França e Reino Unido (HUME, 1994, p. 46; ROCCA, 2012, p. 36).

Essa fase inicial das negociações deu três passos muito importantes para todo o processo de paz. O primeiro foi o estabelecimento de duas regras de conduta para

as negociações: não utilizarem da força militar como ferramenta para se fazerem ouvidos e o maior foco no que os unisse do que o que os dividisse. O segundo passo importante foi a decisão de nomearem os quatro observadores como mediadores, um meio-termo entre o desejo da Frelimo pelo menor envolvimento possível de atores externos e a insistência da Renamo em um mediador. Por fim, o terceiro passo importante foi reflexo de uma das decisões tomadas nessas conversas, a restrição das tropas do Zimbábue apenas aos corredores de transporte férreo entre os países vizinhos e os portos moçambicanos, esse acordo conseguiu em uma só jogada endereçar interesses comerciais dos países vizinhos e questões militares. Além disso, o estabelecimento do Comitê de Verificação Conjunta criou uma estrutura para que os demais Estados pudessem se envolver no processo de paz.

3.3 Organizando o processo de paz

Tendo sido estabelecidas as bases estruturais sobre as quais as conversas seriam construídas, duas questões se mostravam muito urgentes de serem tratadas nas negociações, um cessar-fogo e acordos para a concessão de ajuda humanitária para a população moçambicana. Nas quatro rodadas que se seguiram pode-se dizer que pouco progresso foi feito no que tange tais objetivos. Não se conseguiu chegar a acordos que levassem à instalação de programas de ajuda humanitária para a população do país, tampouco chegou-se a um entendimento para a instalação de um cessar-fogo. As partes ainda se mantinham firmes aos compromissos firmados em dezembro de 1990, porém a CVC foi fonte de diversas controvérsias, uma vez que não inspirava a confiança, principalmente da Frelimo, e por diversas vezes foi mais prejudicial do que benéfica (HUME, 1994, p. 53-55).

Outro fator que fez com que as conversas não fossem tão adiante foi a lentidão com que os pontos eram discutidos. Neste aspecto os mediadores pouco podiam fazer, uma vez que as partes insistiam que cada item da agenda fosse aprovado, discutido e resolvido antes de se passar para o ponto seguinte. A Renamo se recusava a discutir um cessar-fogo antes que o governo se comprometesse com um novo sistema político e desse garantias formais acerca de eleições, formação de um novo exército nacional, reforma da polícia e do serviço de segurança.

Mas houve posteriormente avanço nas negociações. Durante a quinta rodada de conversas, entre 6 de maio e 7 de junho de 1991, Frelimo e Renamo concordam

com uma agenda elaborada pelos mediadores que tentava acomodar avanços nas áreas militares e dos serviços de segurança com as demandas da Renamo de discutir um cessar-fogo somente após terem sido discutidas questões políticas. Deste modo, no dia 28 de maio as partes concordam em seis pontos para serem discutidos (HUME, 1994, p. 63; ROCCA, 2012, p. 39; LUNDIN, 2004, p. 12), seguindo especificamente tal ordenamento:

- 1) Legislação sobre partidos políticos,
- 2) O sistema eleitoral,
- 3) Questões militares,
- 4) Cessar-fogo,
- 5) Garantias,
- 6) Uma conferência com doadores de recursos.

Na sexta rodada de conversas, como forma de conciliar as recusas da Renamo em reconhecer a Frelimo como o governo legítimo de Moçambique e o medo da Frelimo de que qualquer acordo enfraquecesse tal soberania, os mediadores elaboraram um rascunho de documento intitulado “Dos princípios fundamentais” que posteriormente viria compor o AGP como Protocolo I. Apesar de serem de natureza mais processual, estabeleceram pontos importantes. Os principais elementos do Protocolo I eram:

- O governo se comprometia a não agir contrariamente aos termos dos protocolos acordados e a não adotar leis contrárias a tais protocolos.
- A partir da data de um cessar-fogo, a RENAMO respeitaria as leis e instituições existentes, incluindo o estado e o governo.
- Ambas as partes concordaram em trabalhar para concluir a negociação dos itens da agenda de 28 de maio o mais rápido possível.
- Uma comissão político-militar conjunta, incluindo um representante das Nações Unidas, seria estabelecida pelo Acordo Geral de Paz.

Apesar de não terem avançado muito em questões práticas, os mediadores conseguiram aumentar a possibilidade de acordos nas áreas de legislação eleitores e político-partidária. Com o Protocolo I foram definidos parâmetros definidores para a aceitação e reconhecimento mútuo (HUME, 1994, p. 71). Com os termos acordados a Frelimo se mantinha como governo reconhecido em Moçambique e a Renamo se tornava parceiro de negociação e partido de oposição. Outro ponto importante definido

no Protocolo I foi o compromisso de se fazerem cumprir os acordos firmados quando chegasse a hora de implementar um futuro acordo de paz. A Frelimo se comprometera a implementar as medidas que viessem a ser acordadas e a Renamo se comprometia a se submeter às instituições estatais. Além disso, ficou também estabelecida a presença das Nações Unidas na comissão que seria criada para supervisionar e controlar a implementação do AGP e a liberdade para a Renamo contatar diretamente atores internacionais, os mediadores e a Comissão de Verificação Conjunta (LUNDIN, 2004, p. 13; ROCCA, 2012, p. 40; HUME, 1994, p. 71).

3.4 Ajudando nas negociações (out. 1991 – mar. 1992)

Uma característica presente nas negociações até então foi o distanciamento que a Frelimo e a Renamo tiveram uma da outra. O contato direto entre as ocorria somente nas rodadas de negociações, não havia nenhum tipo de comunicação direta entre os dois grupos. Talvez isso fosse uma forma de compensar a desconfiança mútua, e de certo modo tal comportamento legitimava o papel dos mediadores, que acabavam se encarregando de serem os transmissores de informações. Ao desempenhar tal papel os mediadores puderam encontrar os melhores termos, reformular a maneira como certas demandas eram feitas para torná-las mais neutras ou então mais compreensíveis, algo que beneficiava o processo das negociações, principalmente em um cenário com tanta falta de confiança. Os mediadores também deram a ambas partes apoio técnico, ajudando a identificar, ampliar e selecionar opções. Além disso, em vários momentos se reuniram com os líderes de cada uma das organizações, seja buscando a melhoria de entendimento em um tópico específico, seja para construir um acordo para uma rodada de negociações futuras.

Além dos mediadores, outros atores desempenharam papéis importantes nas negociações. O governo italiano financiara não somente os custos das delegações moçambicanas na Itália, mas também as viagens que os mediadores realizavam à África para organizar o processo de paz, bem como prestara apoio político para os mediadores e mobilizara a embaixada em Maputo para agir em favor das negociações. O governo dos EUA auxiliava com apoio técnico nas negociações. A Renamo contava com o apoio do governo do Quênia para a emissão de documentos de viagens e de Tiny Rowland para o transporte para Dhlakama.

Durante a oitava rodada de negociações todo esse auxílio, principalmente a capacidade dos mediadores de levar as partes a um meio-termo, foi muito útil, uma vez que as negociações tiveram foco na legislação dos partidos políticos. Os mediadores conseguiram elaborar um documento acerca “Dos critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos” que uniam propostas discutidas em sessões anteriores (ROCCA, 2012, p. 43). Os seis pontos do documento tratavam da 1) natureza dos partidos políticos, 2) princípios gerais da atividade dos partidos, 3) direitos dos partidos, 4) deveres dos partidos, 5) registro e 6) implementação. No dia 13 de novembro tal documento foi aceito e com isso o Protocolo II foi assinado.

Em seguida, o plano dos mediadores era tratar do segundo tópico da agenda aprovada em 28 de maio, o sistema eleitoral. Para isso, eles elaboraram e compartilharam com as delegações um rascunho ainda durante a oitava rodada de negociações, para que fossem analisadas antes da nona rodada, prevista para dezembro de 1991. Antes das negociações, porém, Chissano envia uma carta aos mediadores requisitando que França, Portugal, EUA e Reino Unido sejam incorporados às negociações como observadores oficiais. Os mediadores tinham consciência que qualquer adição de novos atores às discussões poderia atrasar o processo, deste durante as negociações buscaram encontrar soluções para tal questão. Os EUA já estavam bastante envolvidos nas negociações através do constante apoio técnico que vinham provendo no âmbito militar, legal e diplomático, além disso, os demais Estados teriam um papel de relevância na implementação das medidas acordadas no AGP, deste modo o assunto conseguiu ser contornado (HUME, 1994, p. 80).

Durante o mês de dezembro a Renamo também avança internamente no seu processo de transformação de uma insurgência militar em um partido político. Em um de seus congressos do partido, Dhlakama foi declarado presidente da organização e os membros do partido aprovaram diversas mudanças internas que fortalecem a estruturação civil que o grupo vinha passando (HUME, 1994, p. 81; ROCCA, 2012, p. 44).

Em 17 de dezembro todos estavam novamente em Roma para discutir os pormenores do futuro sistema eleitoral moçambicano, após 3 dias de debate as partes emitem um comunicado conjunto em que as delegações da Renamo e da Frelimo concordam com a proposta de que as eleições presidências e da assembleia nacional

fossem feitas na mesma ocasião, realizadas doze meses após o início de um eventual cessar-fogo definitivo, além disso, o comunicado também afirmava que tanto a ONU quanto a Organização da Unidade Africana (OUA) estariam envolvidas no processo eleitoral (ROCCA, 2012, p. 44; HUME, 1994, p. 82-83). As conversas então foram suspensas durante o final de ano e retornariam em janeiro de 1992.

Nesse íterim, o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, a pedido da Frelimo, encontra-se com Dhlakama no Malawi. O objetivo de tal conversa era desencorajar o líder rebelde de organizar um encontro direto com o Joaquim Chissano para tratar da paz em Moçambique. Tais conversas contaram com grande suporte de “Tiny” Rowland, que através de sua empresa financiara todo o encontro. Dhlakama não teve sucesso em sua empreitada por uma cúpula com o presidente moçambicano, e os rebeldes concordaram em retomar as conversas em Roma.

Em 20 de janeiro de 1992 a nona rodada de negociações é retomada, nela a Renamo apresenta um rascunho de 5 páginas contendo vários pontos que consideravam essenciais de serem discutidos, dentre os pontos haviam sessões que tratavam de liberdade de imprensa e acesso à meios de comunicação, liberdade de associação e de expressão, liberdade de movimento e de moradia e o retorno e reintegração da população refugiada e deslocada. Havia também uma sessão que tratava de questões referentes ao sistema eleitoral e à representatividade das eleições, além de um último tópico que versava sobre a presença das Nações Unidas no processo eleitoral. O governo rebate tal documento em alguns pontos, principalmente no que dizia respeito à representação da assembleia nacional, e Domingos pede aos mediadores que elaborem um documento que concilie as visões das duas partes. As conversas novamente são suspensas. Durante os meses seguintes os mediadores trabalharam individualmente junto a Frelimo e à Renamo tentando acomodar as exigências de cada uma das partes acerca do sistema de representação popular na câmara nacional, chegando a um consenso. No dia 12 de março é assinado o Protocolo III, que tratava da legislação eleitoral e de outros temas como liberdade de imprensa, associação, circulação, domicílio, além de tratar de processos eleitorais e do regresso da população refugiada (ROCCA, 2012, p. 45-46; HUME, 1994, p. 91-92).

Essa rodada de negociações, na mesma linha da etapa anterior, teve grandes avanços em questões técnicas e jurídicas, mas pouco em assuntos de ordem prática. Uma grave seca assolava toda a região austral do continente africano e pelo segundo

ano consecutivo as plantações foram gravemente afetadas, deste modo a população de Moçambique vinha sofrendo gravemente com a fome. Além disso, surgiam diversas reclamações de que a ajuda humanitária internacional não estava sendo igualmente distribuída, sendo muito menor nas regiões controladas pela Renamo. Algo deveria ser feito rapidamente para que medidas concretas, como um cessar-fogo, pudessem ser alcançadas. Nas rodadas que viriam, tal mudança aconteceria, já que o envolvimento de atores internacionais aumentaria significativamente nas negociações.

3.5 Expandindo a estrutura das negociações

Até o momento a comunidade internacional havia participado de maneira indireta nas negociações. Os mediadores de Sant'Egidio haviam organizado as questões políticas utilizando-se de um modelo de mediação não tradicional, fora da estrutura diplomática internacional, o que facilitava o diálogo, justamente por ser mais flexível. As conversas estavam chegando em itens mais complicados do processo de paz, como assuntos militares e o processo de implementação dos acordos, e tal modelo flexível de mediação era carente de legitimidade para conseguir sustentar sozinho todo o processo de negociações que se seguiriam. Diante de tal desafio os mediadores precisariam do apoio técnico de governos e das Nações Unidas, os procedimentos operacionais já estabelecidos da ONU poderiam ser um bom guia para a elaboração de mecanismos para a implementação dos acordos em Moçambique.

Durante essa nova fase dos diálogos quatro mudanças importantes acontecem nas negociações. Com temas militares na pauta, pela primeira vez as rodadas de conversas contariam com a presença de especialistas militares, advindos principalmente dos EUA e da Itália. Assuntos relacionados à assistência humanitária também teriam que ser prioridade nas negociações, uma vez que a seca havia elevado a crise humanitária em Moçambique. A inclusão de outros governos como observadores do processo de paz também não poderia mais ser adiada. Por fim, a possibilidade de uma cúpula com Chissano e Dhlakama deveria ser explorada, uma vez que cada vez mais aumentava a necessidade de conversas diretas entre os dois líderes (HUME, 1994, p. 96).

A seca e a fome traziam um senso de urgência antes não presente nas negociações. Ficava claro para as partes que nos meses seguintes a março de 1992

seriam necessários grandes esforços humanitários para levar comida para a população. Não era somente Moçambique que sofria com a falta de suprimentos, Malawi e Zimbábue também projetavam que precisariam de ajuda externa para alimentar sua população e sabiam que sem um cessar-fogo no território moçambicano o transporte de tais recursos pelas linhas férreas que ligavam os portos ao interior do continente seria prejudicado. Além disso, os dois países temiam que a seca aumentasse ainda mais o número de moçambicanos refugiados em seus territórios. Tanto a Renamo quanto a Frelimo sofriam com o declínio na oferta de alimentos, era evidente a necessidade de se discutir tanto um cessar-fogo quanto a ajuda humanitária em Moçambique, assunto até então evitado pelas partes nas negociações, uma vez que se temia a utilização da ajuda humanitária para fins políticos.

Durante os meses de março até junho foram feitas diversas movimentações para tentar encontrar uma maneira de organizar um encontro entre os líderes da Renamo e da Frelimo. A seca forçava ambos os lados a um diálogo, porém a desconfiança mútua ainda impedia que uma cúpula conjunta fosse realizada. Em 10 de junho de 1992 as comissões da Renamo e da Frelimo se encontram com os mediadores nas instalações da Comunidade de Sant'Egidio em Roma. Diferente das vezes anteriores, estão presentes também representantes dos governos da França, Portugal, EUA e Reino Unido, bem como das Nações Unidas. Entre junho e julho os mediadores conduziram diversas reuniões bilaterais com cada um dos grupos, para tentar resolver questões ligadas à nova constituição nacional. Foram realizadas também diversas reuniões para chegar a soluções quanto à ajuda humanitária. Em reuniões que contaram com a presença de representantes de diversas organizações humanitárias como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a Cáritas Internacional, bem como representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e do Programa Mundial de Alimentos, as partes chegaram a um acordo e emitem uma declaração quanto aos "Princípios orientadores da assistência humanitária". Tal declaração garantia liberdade de movimento para os agentes humanitários, tanto por terra quanto por ar. Afirmava também que os dois partidos se comprometiam em auxiliar nos esforços humanitários e também concordava com a criação de um comitê em Maputo, comandado por membros da ONU, para supervisionar e coordenar as ações humanitárias (HUME, 1994, p. 102-109).

Ao mesmo tempo, os especialistas militares do governo italiano e de demais governos observadores elaboraram um rascunho de documento acerca de questões militares (ROCCA, 2012, p. 47). Os pontos mais delicados a serem tratados em tal documento eram a reforma da polícia e do sistema de segurança moçambicano, como se chamaria a nova força militar do país e, principalmente, o tamanho do contingente militar do novo exército moçambicano formado a partir dos combatentes da Renamo e das FAM. Os observadores recomendavam pouco mais de 25 mil tropas, número que o governo considerava muito pequeno e que a Renamo considerava alto (HUME, 1994, p. 111).

Em agosto de 1992, em Roma, finalmente ocorreu o primeiro encontro de Chissano e Dhlakama. A expectativa dos mediadores para tal cúpula podia ser resumida em três pontos. A necessidade de reafirmar o compromisso com todos os acordos já assinados; a determinação de uma data limite para a conclusão das negociações e início de um cessar-fogo, como forma de aumentar o senso de urgência; e por fim, a resolução das questões de garantias constitucionais e de segurança para membros da Renamo, garantias logísticas para a Renamo se tornar um partido político e garantias internacionais de que os acordos seriam implementados.

Na noite do dia 4 de agosto, o presidente Mugabe e “Tiny” Rowland organizam o primeiro encontro entre o presidente de Moçambique e Dhlakama. Os dois líderes se encontram no hotel em que Chissano estava alojado, e durante toda a noite debatem sobre diversos temas. Chissano pensara que conseguiria desmobilizar Dhlakama de suas preocupações acerca de garantias de segurança e constitucionais, porém as partes não conseguiram chegar a nenhum acordo naquela noite (HUME, 1994, p. 112).

Na manhã seguinte, no dia 05 de agosto, a cúpula tem início oficialmente, com a presença de delegações da Frelimo e da Renamo, lideradas por Chissano e Dhlakama respectivamente. Além de representantes da Itália, Zimbábue, Botswana e Sant’Egídio. Durante o dia foram realizadas diversas sessões de trabalho com as partes envolvidas buscando se chegar em um rascunho de declaração conveniente para ambas partes. Na manhã do dia 6 de agosto uma declaração já tinha forma, ela tratava das garantias para a Renamo e afirmava que um cessar-fogo não se iniciaria antes que a assembleia nacional de Moçambique ratificasse o AGP (HUME, 1994, p. 113). Além disso, a declaração endossava o trabalho feito até então nas negociações

e instruía as partes a concluir as negociações antes de 01 de outubro de 1992. Na manhã do dia 07 todos os participantes da cúpula se reúnem para a assinatura da declaração. Que além dos pontos já citados, tratava também do papel da ONU no monitoramento e implementação do cessar-fogo e das eleições. A declaração reafirmou os compromissos do Protocolo I e finalmente havia uma data para o fim das negociações, 01 de outubro de 1992 (ROCCA, 2012, p. 50-51; HUME, 1994, p. 114).

Essa fase das negociações teve grande importância para o processo de paz como um todo, muito por conta de alguns fatores específicos. Primeiramente, a presença de Robert Mugabe deu a legitimidade africana da qual uma mediação europeia era carente, além de encerrar de vez a desconfiança com relação à presença militar zimbabuana em Moçambique. O segundo fator foi a participação dos especialistas técnicos provenientes dos observadores internacionais e da ONU, que aceleraram o processo. O terceiro fator foi as partes terem, pela primeira vez, estipulado e se comprometido com uma data para dar fim às negociações, colocando pressões em si mesmas por uma solução. E por fim, o encontro entre os líderes da Frelimo e da Renamo, com promessas de paz e marcado pelo sentimento de fraternidade nacional, fortaleceu as esperanças de que um processo de paz poderia ser realmente possível (HUME, 1994, p. 115).

3.6 Conclusão do processo de paz

Tem início então a última fase do processo de negociação pela paz em Moçambique. A tarefa final dos mediadores era trazer legitimidade para o que havia sido acordado nas rodadas anteriores, explicando para as partes que as soluções propostas eram as mais favoráveis e demonstrando que não havia opções mais vantajosas do que as já discutidas. Uma maneira de trazer legitimidade é através da garantia de uma boa implementação do que foi acordado, que no caso moçambicano envolvia questões delicadas, como manutenção da paz, formação de novas forças armadas, assistência humanitária, monitoramento de eleições e o gerenciamento das relações entre os partidos desde o cessar-fogo até as eleições. Para tal tarefa os mediadores contavam com a ajuda dos quatro governos observadores, das Nações Unidas e do governo do Zimbábue (HUME, 1994, p. 116).

Ainda em agosto de 1992 os mediadores já antecipavam alguns temas que seriam problemáticos de serem acomodados nas visões dos dois grupos:

- Reforma do serviço de segurança e da polícia. Renamo propunha a extinção dos serviços de segurança existentes, uma vez que as mesmas refletiam um modelo estatal unipartidário, e propunham criação de uma nova força de segurança a partir de uma comissão conjunta de ambos partidos. A Frelimo dizia que modificações de segurança deveriam ser feitas dentro dos aparelhos estatais e rejeitava a proposta da Renamo.
- Tempo de implementação do cessar-fogo. A Renamo queria supervisão internacional já estabelecida para iniciar o cessar-fogo, porém isso levaria pelo menos um mês após a assinatura do tratado.
- Assistência local e logística para o cessar-fogo e desmobilização. Nenhum dos lados havia definido locais para reunir e desmobilizar suas forças militares, algo que levaria tempo e também necessitaria um elevado número de recursos.
- Administração civil. Como se daria a administração formal de áreas controladas pela Renamo? Oficialmente a administração era da Frelimo, porém o poder de fato em tais regiões era dos rebeldes.
- A Renamo como partido político. A falta de experiência de Dhlakama e de seus companheiros na administração civil preocupava. Como seria a transição dos rebeldes de grupo armado insurgente para partido político civil?

Algumas destas questões eram mais complicadas de serem resolvidas do que outras. Pontos como a reforma do sistema de segurança e a autoridade nas regiões controladas pela Renamo seriam assuntos mais difíceis de serem resolvidos, e de fato foram os pontos que trouxeram mais dificuldade de serem superados (HUME, 1994, p. 116). Durante os meses de agosto e setembro mediadores, especialistas dos governos observadores e o presidente do Zimbábue e até mesmo “Tiny” Rowland, trabalharam junto aos dois grupos para tentar acomodar as questões em aberto, no que dizia respeito a maior parte delas os mediadores perceberam que caberia às partes chegar à um acordo durante a implementação dos acordos, porém no tocante dos serviços de segurança, mas pouco avanço foi alcançado e este parecia ser um tema que poderia ameaçar todo o processo até então. Em uma reunião realizada em setembro, um acordo informal acerca do número do efetivo do futuro exército moçambicano havia sido estabelecido entre Frelimo e Renamo, apesar de nenhum documento ter sido assinado (ROCCA, 2012, p. 52; HUME, 1994, p. 133-134).

A cúpula final estava prevista para acontecer em Roma, no primeiro dia de outubro. Em 28 de setembro Dhlakama envia uma carta para os mediadores contendo uma série de novas propostas para os serviços de segurança, propostas essas que diferiam do que havia sido acordado com a Frelimo em setembro. A comitiva da Frelimo chega em Roma no dia 29 de setembro, assim como os presidentes de Botswana, Quett Masire e o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe. Dhlakama chega em Roma no dia primeiro de outubro, a bordo de um jato privado da LONRHO juntamente com “Tiny” Rowland. Preparativos foram feitos para que a cerimônia ocorresse nos dias 2 e 3, na sede do ministério das relações exteriores italiano (ROCCA, 2012, p. 54; HUME, 1994, p. 134).

Havia ainda a questão da reforma dos serviços de segurança. Chissano queria se encontrar pessoalmente com Dhlakama para resolver tal situação, porém o líder rebelde recusava um encontro até que uma solução fosse encontrada através dos mediadores. Assim sendo, Raffaelli, Riccardi, Zuppi e Gonçalves puseram-se em ação e iniciaram uma série de encontros bilaterais com cada uma das comitivas a fim de chegar em um meio termo. De modo geral, o governo insistia que as comissões organizadas para supervisionar elementos de administração nacional não tivessem membros internacionais nem estivesse subordinada às Nações Unidas, já a Renamo queria máxima participação em tais comissões (HUME, 1994, p. 135). Depois de três dias de negociações, na noite do dia 03 de outubro as partes chegam a um acordo no tocante dos serviços de segurança (ROCCA, 2012, p. 55-56; HUME, 1994, p. 134-137).

A cerimônia de assinatura do Acordo Geral de Paz ocorreu na manhã seguinte, nas imediações do Ministério das Relações Exteriores da Itália, onde estavam presentes diversas autoridades. Presidente Mugabe faz a fala inicial, salientando a importância de tal acontecimento para a história do continente africano. Chega então o momento da assinatura dos documentos. Armando Guebuza e Raul Domingos, representando respectivamente Frelimo e Renamo, assinam os protocolos IV, V, VI e VII, que tratavam das questões militares, das garantias, do cessar-fogo e da conferência de doadores, concluindo assim a agenda acordada em 28 de maio de 1991. Em seguida, Chissano e Dhlakama assinam o Acordo Geral de Paz. Pela primeira vez, em muitos anos, Moçambique alcança formalmente a paz (ROCCA, 2012, p. 56-57; HUME, 1994, p. 137-138).

Os acordos assinados em Roma são um reflexo de todo o processo de diálogos, como descrito por Lundin (2004, p. 4),

O caminho para a paz foi difícil, longo e problemático, mas bem sucedido no final. O tempo que levou e os contratempos que experimentou, foi parte de um processo de maturidade exigido por um caso interno entre dois lados diferentes pertencentes a uma casa comum. O processo de paz foi o resultado de um compromisso para encontrar um caminho para um diálogo construtivo que levasse finalmente à conclusão de que todos tinham mais a ganhar com a paz do que com a guerra.

O trabalho dos mediadores foi principalmente o de organizar o processo de reconciliação entre dois atores que compartilhavam muito entre si, com o mérito de conseguir tê-lo feito através do diálogo, apesar de todos os percalços que se apresentaram durante as negociações.

3.7 Implementação dos acordos e a sociedade pós-conflito

Em 9 de outubro de 1992 Boutros Boutros-Ghali, Secretário Geral das Nações Unidas na ocasião, notificou ao Conselho de Segurança da ONU acerca dos principais pontos do AGP. Em 3 de novembro foi proposto o mandato da ONUMOZ, oficialmente Operação das Nações Unidas em Moçambique, que seria baseado nos acordos de Roma e que tinha como objetivos:

- Acompanhar e verificar o cessar-fogo, a separação e concentração de forças, a sua desmobilização e a recolha, armazenamento e destruição de armas;
- Acompanhar e verificar a retirada total das forças estrangeiras e proporcionar segurança nos corredores de transporte;
- Monitorar e verificar a dissolução de grupos armados privados e irregulares;
- Autorizar arranjos de segurança para infraestruturas vitais e fornecer segurança para as Nações Unidas e outras atividades internacionais em apoio ao processo de paz;
- Prestar assistência técnica e acompanhar todo o processo eleitoral;
- Coordenar e monitorar as operações de assistência humanitária, em particular as relativas a refugiados, deslocados internos, militares desmobilizados e população local afetada. (UNSCR, 1992).

No dia 16 de dezembro, a resolução 797 (1992) do Conselho de Segurança estabelece oficialmente a ONOMUZ e nomeia Aldo Ajello como seu representante especial.

Por conta de atrasos provocados por questões internas dos partidos moçambicanos, as eleições inicialmente previstas para outubro de 1993 foram

adiadas em um ano. Dentre as principais questões endereçadas pela ONUMOZ em 1993 estavam: a administração civil dos diversos territórios moçambicanos, a retirada de tropas militares do Zimbábue e do Malawi, a manutenção do cessar fogo por ambos partidos moçambicanos, a implementação de sua força militar de mais de 6 mil indivíduos e a coordenação das agências humanitárias responsáveis pelo reassentamento de refugiados, pessoas deslocadas e soldados desmobilizados (LUNDIN, 2004, p. 14).

Ao longo do ano de 1994 as partes ajustaram e renegociaram as diversas formas de implementação dos vários pontos determinados no AGP. Nos dias 27 e 28 de outubro de 1994 acontecem as eleições gerais em Moçambique, os dias que antecederam o pleito foram marcados por uma tensão nas relações entre Frelimo e renamo, com Dhlakama convocando um boicote alegando irregularidades, apesar das autoridades eleitorais e dos observadores internacionais não terem identificado desvios. A população compareceu em massa para a votação, demonstrando uma vontade de mudança nacional, ao perceber que não tinha apoio popular o líder rebelde cancelou o boicote e reconheceu a legitimidade das eleições que declararam Joaquim Chissano como presidente do país. À meia noite de 9 de dezembro de 1994 o mandato da ONUMOZ chega ao fim e toda a administração de Moçambique é oficialmente confiada ao novo governo eleito (HUME, 1994, p. 137-138; MASCHIETTO, 2020, p. 5-6).

Na instauração efetiva da paz foi muito importante não só a fundamentação legal do Acordo Geral de Paz, mas também diversos agentes locais e atores da sociedade civil. Moçambique abre mão de uma comissão da verdade e busca o perdão como forma de reintegração social, contando com a atuação de diversas organizações para alcançar tal objetivo, como o CCM, a Associação dos Parlamentares Europeus na África e a Igreja Católica que organizaram seminários para explicar o AGP. Como explicado por Maschietto, “o raciocínio para isso foi o entendimento geral de que a punição apenas atrasaria a paz e era muito difícil, nessa fase, separar claramente as vítimas e os perpetradores da violência” (MASCHIETTO, 2020, p.6). É interessante ainda pontuar os diversos processos locais que envolviam práticas espirituais de origem africana para a reinserção social, principalmente de antigos combatentes. Pelo fato das práticas tradicionais estarem fortemente inseridas nas atividades diárias da população moçambicana, localizada majoritariamente no ambiente rural, ela

ofereceram um importante ponto de partida para o processo de cura da sociedade que não tinha presente a linguagem legal dos acordos (HONWANA, 1998, p. 75-80).

4 UMA MEDIAÇÃO ROMANA PARA UM CONFLITO AFRICANO

A decisão por parte da Frelimo e da Renamo de darem início às negociações pela paz no início da década de 1990 deriva, em parte, da noção mútua de que nenhum dos lados conseguiria sobrepujar militarmente o outro, sendo mais viável uma negociação, mesmo que essa significasse ter de abrir mão de algumas demandas (LUNDIN, 2004, p. 8). Contribuiu também para que as partes se prestassem a negociar as mudanças no contexto global, o fim da URSS e as mudanças de governo na África do Sul, retiraram os principais apoios da Frelimo e da Renamo, respectivamente (EDIS, 1999, p. 5). Mas não se pode creditar somente às circunstâncias internacionais a mudança de posicionamento de Chissano e Dhlakama, o conflito moçambicano se estendia por anos e tornara-se interno, não era mais uma guerra por procuração. A condição decenal de inimigos não se supera graças ao relaxamento das disputas internacionais, como afirmado por Roberto Morozzo della Rocca,

Um conflito enquistado, como o moçambicano, não cessaria pela simples modificação do quadro internacional. Era necessário agir sobre aqueles elementos que tinham determinado e alimentado a guerra, como as motivações tribais, as experiências dolorosas de grande parte da população, o ódio entre os contendentes. Em Moçambique a guerra tinha-se tornado num facto endémico. Há anos que a Renamo era praticamente independente dos apoios externos e o conflito em Moçambique já se tinha transformado numa guerra civil gangrenada, com dinâmicas próprias, sobre as quais a diplomacia tradicional pouco podia incidir (ROCCA, 2017, p.6).

Houve diversas tentativas de uma mediação tradicional para trazer fim à guerra civil. Exemplo disso foram as conversas de 1984 entre Moçambique e África do Sul em Nkomati. Ademais, houve também a investida que a missão portuguesa no Malawi fez por uma cúpula entre Frelimo e Renamo em Lisboa em janeiro de 1990. Por fim, foi feita ainda uma última tentativa de encontro entre Chissano e Dhlakama, em junho de 1990, protagonizada pelo governo do Quênia e do Malawi. Tais exemplos se enquadram na chamada diplomacia tradicional, no entanto, nenhuma dessas iniciativas foram bem sucedidas em estabelecer uma via de diálogo estável e constante. Foi a atuação de uma organização não governamental, de cunho religioso, que mostrou-se eficaz em colocar à mesa governo e rebeldes para tratar de condições para a paz.

Mas porque a opção de conversas mediadas por uma organização religiosa, foi a que vingou frente às demais tentativas organizadas por agentes tradicionais na mediação? Como uma abordagem fora dos padrões da prática internacional foi mais efetiva que as condutas de Estados ou então de organizações internacionais como as Nações Unidas ou a Organização da Unidade Africana? Alguns fatores dão indícios da razão pela qual agentes religiosos tiveram mais eficácia do que outros atores, trataremos deles a seguir.

O primeiro dos fatores é o histórico da Frelimo e da Renamo e também do próprio conflito entre elas. O surgimento dos dois grupos, assim como a evolução das tensões entre eles, está intrinsecamente ligado a outros Estados. A Frelimo surge como um ator contrário à dominação colonial portuguesa que perdurava por séculos no território moçambicano, a afirmação da Frelimo enquanto organismo político passa pela negação à Portugal, à quem combateu ativamente no período da independência na década de 1970. Uma vez independente de Portugal, o governo moçambicano vê-se em meio um cenário político internacional dividido entre ocidente e oriente no contexto da Guerra-Fria, ao alinhar-se com o bloco soviético a Frelimo nega relações com os EUA. Já no contexto da África Austral, o novo governo de Moçambique é mal visto por países vizinhos controlados por regimes racialmente segregacionistas, tendo assim a inimizade de países como a Rodésia e a África do Sul. Quando surge a Renamo, apoiada por governos apartheidistas, e defendendo a bandeira de reformas estatais aos moldes ocidentais, o tabuleiro de influências se complica ainda mais (MANNING, MALBROUGH, 2009, p.81).

Tal histórico de relações conflituosas da Renamo e da Frelimo com os países interessados em seu processo de paz, sejam eles os países vizinhos, antiga metrópole colonial ou então potências internacionais, fez com que todas as iniciativas de diálogo que os governos de tais países estivessem envolvidos fossem vistas com muita desconfiança. Quando o governo e os rebeldes dispuseram-se a dialogar o caráter institucional diminuto de uma organização religiosa como a Comunidade de Sant'Egidio mostrou-se uma opção muito mais viável do que Estados Nacionais há muito envolvidos em diversas disputas de interesses (ROCCA, 2012, p.6).

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o histórico de relações que a Frelimo e a Renamo tinham com líderes e grupos religiosos. Pelo lado do governo, apesar da religião ter sido um tema delicado durante o processo de independência, o conflito com Portugal não tinha caráter religioso, era uma guerra emancipatória dentro

de um contexto colonial (HEGERTUN, 2010, p.47). A perseguição sofrida pelos atores religiosos no pós-independência foi uma consequência do processo de determinação nacional moçambicano. Deste modo, por mais que atores religiosos tenham sofrido com o governo da Frelimo, sua atuação nunca foi de fato um problema muito grande para o governo, tanto que quando o conflito civil escalou, as instituições religiosas já realizavam muitas ações em prol da sociedade moçambicana. Tanto o governo quanto os rebeldes se beneficiaram de ações humanitárias promovidas por atores religiosos, que atuavam em áreas como saúde e educação, além de providenciar alimentos e conforto espiritual para a população. Tratando-se especificamente da comunidade de Sant'Egídio, esta gozava de boas relações, históricas e pessoais, com ambas as partes, seja por meio da atuação humanitária, seja pela proximidade de seus membros nas comunidades de base nas diversas regiões moçambicanas.

Vale ainda mencionar os exemplos internacionais de mediação que ocorreram em épocas próximas ao período em que Frelimo e Renamo iniciaram seus diálogos. Um dos exemplos é o processo que deu fim à guerra civil angolana em 1991. Guiado por governos ocidentais como mediadores, às partes beligerantes angolanas foram impostos documentos, prazos e soluções pré-estabelecidas por atores externos ao contexto local. Tanto o governo quando os rebeldes tinham conhecimento do que acontecera com a nação irmã lusófona e buscavam evitar tal intervenção (ROCCA, 2012, p.6).

A escolha de Roma como sede para as conversas contava com diversas vantagens frente às demais opções. Moçambique tinha uma boa relação com o governo italiano pelo histórico de cooperação para o desenvolvimento, além disso, as conversas serem realizadas na sede de uma instituição religiosa e não em uma em prédios de organismos internacionais não conferiam grande visibilidade e reconhecimento político e institucional à Renamo, o que era de interesse da Frelimo. Já do lado dos rebeldes, a escolha de Roma e da Sant'Egídio significava uma oportunidade única de fortalecer-se no cenário internacional, além de ser uma opção politicamente neutra em um cenário internacional que favorecia o governo (GUJAMO, 2016, p.160).

Como mencionado anteriormente, ainda que o cenário internacional fosse propício para arrefecimento do conflito, os mediadores tiveram de encontrar soluções e estratégias para levar adiante o processo que culminou no Acordo Geral de Paz. Acerca do desfecho das negociações, muito deve ser creditado à habilidade,

persistência, criatividade e paciência dos mediadores italianos, clericais e leigos, para que as negociações não fracassassem (EDIS, 1999, p. 6). A seguir serão discutidos os trunfos e as dificuldades que os mediadores tiveram durante os dois anos de conversas em Roma.

4.1 Críticas à atuação da Sant'Egidio e outros atores religiosos

Apesar de, indiscutivelmente, a Comunidade de Sant'Egidio ter desempenhado um papel central, assim como descrito nos tópicos anteriores, é necessário igualmente identificar e avaliar os pontos fracos ou as críticas levantadas em relação ao envolvimento da organização de base religiosa no processo de negociação da paz em Moçambique.

Um primeiro ponto amplamente defendido por diversos pesquisadores do tema, tem relação com a dissociação existente entre as ações da Comunidade e a sua conexão com o catolicismo. Em nenhum momento foi interesse da organização utilizar diretamente dos princípios cristãos para promover os diálogos, evangelizar comunidades ou aumentar a influência católica no território. "Ainda que Sant'Egidio tenha conseguido explorar vários de seus pontos fortes baseados na fé nestes conflitos, estava longe de ser suficiente" (HEGERTUN, 2010, p. 100).

Nesse sentido,

[...] Mario Giro explica que Sant'Egidio raramente se refere aos valores religiosos normativos em sua mediação: Nós geralmente não apelamos aos valores religiosos, mesmo que eu tenha um católico à minha frente. Não é a questão; a religião não era uma questão específica. O ponto é o aspecto humano. A religião pode se tornar pertinente. É depende. Mas em Moçambique isto não foi importante [...]. (HEGERTUN, 2010, p. 47)

Tal fato pode ser interpretado a partir de algumas lentes. Uma delas, negativa, enxerga a atuação de maneira secularizada da Sant'Egidio como algo que faria deles um grupo como qualquer outro, envolvido no trabalho de construção da paz. Em outras palavras, a religião seria um fator irrelevante no cenário. Nesse sentido, não seria correto se referir ao caso como um exemplo de mediação na qual o aspecto religioso teve um papel decisivo (HAMPSON, CROCKER & AALL, 2007, p.39).

Outro aspecto importante que é colocado como crítica ao processo desenvolvido pela instituição é justamente a posição imparcial assumida, que

conseguia transitar criando relações de confiança com ambas as partes conflitantes. Ao mesmo tempo que essa característica auxiliou na criação de um ponto de partida compartilhado entre todos e de maior abertura justamente pela percepção de que a Comunidade não possuía outros interesses ou estava apoiando um dos lados, a capacidade de ignorar as atrocidades cometidas pela Renamo, em especial, é um ponto que leva ao questionamento sobre o sucesso do processo.

Segundo Armon (1998, p.96):

Muitos criticaram a abordagem rigorosamente imparcial de Sant'Egídio e o fracasso de longa data de suas negociações em trazer um cessar-fogo confiável. Em última análise, no entanto, a comunidade proporcionou um ambiente genuinamente "neutro" que foi essencial para as partes resolverem algumas diferenças significativas e chegarem a uma acomodação política.

É importante compreender que mesmo alcançando o objetivo, isto é, a assinatura do acordo entre Renamo e Frelimo, a ausência de posicionamento claro por parte do ator mediador ainda durante os diálogos, pode levar ao retorno do conflito posteriormente. Isso se dá exatamente porque injustiças e ataques violentos diretos aconteceram sem que houvesse o reconhecimento, a responsabilização e a restauração das relações, com foco nas vítimas.

Além disso, conectado ao ponto anterior, percebe-se a partir do estudo realizado por vários autores, que houve de fato um atraso para alcançar um cessar-fogo. Ao instituir que o único modo de gerar um ambiente favorável ao diálogo seria não tomar parte, perdeu-se a possibilidade de impor limites ou determinar que um primeiro passo seria a interrupção dos ataques.

Esse aspecto, na realidade, vai se desenrolar em outras problemáticas relacionadas à qualidade da paz alcançada com o auxílio da comunidade Sant'Egídio. A ausência de posicionamento gerou um acordo de pequena amplitude, isto é, que não conseguiu dar conta das raízes do conflito, porque isso significaria colocar em questão o modelo de dominação das elites do país, o modus-operandi da Frelimo e da Renamo, além de gerar a necessidade de medidas no período pós-acordo que dessem a garantia de reparação a todos os afetados pela guerra civil.

Analisando a conexão entre tais parcelas ricas da sociedade moçambicana, que não pretendiam ter seu status-quo alterado no processo de construção da paz, e o modelo colonial que definiu a estrutura social do país, é possível perceber que em certo nível a manutenção do poder e da dominação podem também ser identificados

no envolvimento mesmo que de modo indireto da Igreja Católica – representante do antigo sistema europeu.

Sobre o assunto, pode-se afirmar que apesar de contar com a face da Comunidade Sant'Egidio enquanto ator, em certa medida secular, que buscava soluções mutuamente aceitáveis para construção de uma nova relação entre as partes e agia sem interesses próprios, ainda assim se tratava da Igreja Católica Apostólica Romana, com seus objetivos a serem alcançados. Ao atuar no nível informal, com certo nível de dissociação entre os dois atores, foi possível assumir uma imagem mais flexível e desapegada de regras ou dogmas. No entanto, críticas a esse modelo colocam em relevo a impossibilidade de assumir,

[...] aprioristicamente, que existem mediadores verdadeiramente desinteressados, ou seja, que agem por puro altruísmo. No caso da Comunidade Santo Egídio, poder-se-á argumentar que a Igreja Católica tinha um interesse específico, que era o de aumentar a sua visibilidade e prestígio em Moçambique, contrabalançado, deste modo, a crescente influência islâmica, ou outras correntes religiosas. (PAVIA, 2012, p.22)

Em outras palavras, não seria correto assumir automaticamente que a Comunidade agiu separadamente da vontade do Vaticano e apenas por altruísmo, ao se envolverem nas conversas de paz. Tendo em vista a influência histórica do catolicismo ligada à presença portuguesa em Moçambique e a mudança nas condições de exercício das atividades religiosas a partir do início do governo pós-independência, poderia ser reconhecida a necessidade de fortalecimento da sua posição no país.

Assim como outros movimentos nascidos nas últimas décadas, Sant'Egidio atua até certo ponto de maneira independente tanto religiosamente quanto em relação aos organismos governamentais. Por outro lado, também não se identifica enquanto organização não governamental, e por isso não faz parte do sistema internacional enquanto ator reconhecido. Esse status pode apresentar ganhos, na medida em que proporciona maior transitabilidade entre os diversos níveis, formais ou informais, porém também confunde os motivos reais para sua atuação, deixando dúvidas sobre os níveis de influência das ideias a partir das quais nasceu.

Segundo os membros do grupo de mediadores da Sant'Egidio, sua atuação era meramente altruísta.

Nós só queremos paz. Essa é a nossa motivação. Queremos paz, e acreditamos na paz porque ela está no evangelho. E isso é tudo. Não temos mais interesses. Além disso, não temos que mediar. Vimos no Burundi e em Darfur que os mediadores que medeiam para viver podem, às vezes, esticar o processo de paz, porque se o conflito for resolvido rapidamente, eles ficarão sem emprego. Sem conflito, não há necessidade de que eles existam. Isto não se aplica a nós. A pacificação não é nosso objetivo principal. É apenas um dos frutos de nosso trabalho com os pobres. Portanto, sempre teremos outras coisas a fazer (GIALLORETI, 2010).

Gialloreti afirma ainda que:

Nós nos entendemos, não como parte de uma cidade ou de uma nação, mas como parte do mundo. De fato, a Igreja é um dos mais antigos organismos globalizados. Ao mesmo tempo, acreditamos que, para ser global, é preciso estar profundamente enraizado em um lugar local. A base local de uma comunidade africana de Sant' Egidio, dá também ao povo de Sant' Egidio em Roma credibilidade nessa sociedade (GIALLORETI, 2009).

Entretanto, como parcerias óbvias, encontrava-se o governo do Vaticano e da Itália. Mesmo que de maneira indireta, ao financiar as atividades desenvolvidas pela Comunidade, é possível que existissem maneiras de determinar as decisões e vias de ação escolhidas, a partir da exigência de *outcomes* específicos como indicadores de sucesso, já que havia historicamente ambições claras do governo italiano em Moçambique.

No período em que os movimentos de independência começaram a ganhar força, durante os anos 1960, a estratégia diplomática e geopolítica da Itália consistia na busca por aumento de áreas de influência para além do continente europeu, buscando ocupar com isso os espaços vazios deixados pelos antigos impérios coloniais. Nesse cenário, houve um apoio direto ao governo da FRELIMO, por meio do estreitamento dos laços políticos e econômicos entre as duas nações. Sendo assim, era interesse do governo italiano garantir a estabilidade interna de Moçambique para garantir um clima de confiança comercial (GERECHT, 2015, p.75).

Por outro lado, com o Vaticano as conexões aconteceram muito mais por meio das ligações religiosas. Os princípios de difusão do evangelho, expansão das comunidades católicas e a busca pela unidade como resposta ao conflito, estavam na base das ações desenvolvidas tanto pela Comunidade Sant'Egidio, quanto por outros líderes religiosos locais que se envolveram de alguma forma na mediação do conflito (GERECHT, 2015, p.75). A diplomacia da Santa Sé como um todo, a partir desse momento, com o Concílio Vaticano II, no qual foram tomadas decisões que

modernizaram a Igreja, promovendo o diálogo inter-religioso e direcionando a sua atuação para o ser humano e suas necessidades, estava buscando novos caminhos e outras maneiras de atuação, substituindo a ideia de igreja hierarquizada pela de uma igreja horizontalizada (BOLINHAS, 2005, p. 6).

Ainda, com os movimentos de independência responsáveis por gerar os Estados mais recentes no sistema internacional, localizados na África e em partes da Ásia, houve uma crescente preocupação com o desenvolvimento econômico, político e social. Esse foco nas temáticas relacionadas ao crescimento das nações também incentivou o ativismo da Igreja católica, que aumentou grandemente suas ações para redução da pobreza, estabelecimento da democracia e garantia de acesso aos direitos básicos. Ocorre, portanto, uma maior separação entre a fé e as ações no nível da diplomacia pontifícia, gerando, conseqüentemente, um processo de descentralização das atividades de mediação. Aconteceu, em geral, uma maior valorização do trabalho que poderia ser realizado localmente pelos bispos e movimentos leigos (GERECHT, 2015, p.75).

Ademais, nos anos seguintes, houve a multiplicação dos movimentos de leigos, que passaram a contribuir de maneira não hierarquizada com as estruturas formais de apostolado além de possibilitar uma clara transformação que expandiu as redes de atuação internacional. "A mensagem de João Paulo II ia no sentido de que todos abraçassem a causa do homem; seria exactamente este o espírito que a Comunidade de Santo Egídio assumiria nas negociações de paz" (BOLINHAS, 2005, p. 6).

Entretanto, mesmo com a abertura e interesse em dividir o poder anteriormente concentrado na figura do Papa, isso não necessariamente significa que os interesses de representantes católicos, como no caso da Sant'Egídio, estão excluídos da histórica busca pela dominação. De outra maneira talvez, alguns autores argumentam que essa atuação reafirmava aquilo que se nomeou como colonialidade. Isto é, a continuação da presença ocidental em países do sul global, direcionando os passos a serem tomados nesses países, sem, no entanto, existir a preocupação em sanar as raízes dos conflitos, e tratando as questões de desigualdade e pobreza apenas de maneira assistencialista.

A justiça e a paz nem sempre andam juntas. Hoje existe o trade-off entre justiça e paz. A paz para mim é uma justiça maior, a justiça última. Na África do Sul, eles precisavam da comissão de verdade e reconciliação. Isso teria sido um absurdo em Moçambique. Nós não nos concentramos no passado, mas no futuro. Coisas horríveis tinham sido feitas, mas isso era parte da

guerra. As pessoas simplesmente pararam de lutar de um dia para o outro. Tivemos processos de cura locais nas igrejas, mas não em associação com o acordo. Seguimos a sugestão do Papa: Buscamos o que unia o povo ao invés do que os dividia. Quando em Roma, em julho de 1990, poderia ter sido muito fácil e tentador dizer: quem matou isto e aquilo em 1979? E por que o senhor fez o massacre em 1983? Tivemos que evitar o passado. Esta foi a escolha das partes e nós a seguimos (Gianturco 05.02.2010). (HEGERTUN, 2010, p.74)

Finalmente, uma última crítica ao modelo implementado no processo de negociação realizado sob mediação da Comunidade Sant'Egidio, faz referência a baixa possibilidade de replicar aquilo que se realizou no caso, já que esse grupo tem características muito específicas que não são facilmente encontradas entre atores de base religiosa. Isso quer dizer então que,

Talvez seja necessário fazer uma distinção mais clara entre atores religiosos externos como Sant'Egidio, e líderes religiosos locais que podem ter interesses maiores em conflitos. Este fato levanta a questão se Sant'Egidio é representativo dos pacificadores religiosos em geral? Tais generalizações podem ser feitas? Afinal, a capacidade de Sant'Egidio de entender o jogo político provavelmente não é uma característica generalizada para os atores religiosos. (HEGERTUN, 2010, p.100)

Dessa forma, com esse último aspecto negativo da atuação da comunidade, retorna-se a questão inicial sobre o que faz da atuação religiosa algo único, no sentido de compreender os ganhos ou lições que este modelo trás e que pode ser utilizado em outros casos, ou mesmo para gerar debates dentro dos Estudos para a Paz. Se considerado como um caso *ad hoc*, o sistema de sucesso utilizado em Moçambique não poderia ser considerado como algo alcançado por um ator religioso, ou como consequência disso, e sim, simplesmente porque especificamente Sant'Egidio possuía ferramentas seculares que propiciaram o diálogo.

Diante do que foi apresentado, é importante igualmente considerar e analisar os pontos positivos do processo de paz em Moçambique, no tocante à atuação do ator religioso central na abertura de canais de comunicação. Tais pontos serão aprofundados no tópico seguinte.

4.2 Méritos da “Fórmula Italiana”

Como discutido anteriormente, a atuação da Comunidade de Sant'Egidio difere da abordagem tradicional de mediação, nesta sessão se discutirá quais foram as

contribuições únicas deste modelo de mediação que envolveu representantes religiosos. A começar, o sucesso da CSE nas negociações está intimamente ligado ao estreito relacionamento que a organização desenvolveu com as partes conflitantes. Em diversos momentos do processo os quatro mediadores dispuseram-se a viajar para a África encontrar pessoalmente com Chissano e Dhlakama, ou com os representantes do governo e dos rebeldes, para tratar dos pontos de discórdia no processo de formulação dos documentos. Essa disposição de colocar-se como mediadores, no sentido de fazerem o papel do meio entre os dois lados do conflito, favoreceu a sua capacidade de manter o processo de paz nos trilhos, “melhorou significativamente a sua capacidade de manter o processo de paz nos trilhos, apesar do rompimento regular do diálogo entre o governo e a Renamo” (VINES, 1998, p.32).

Outro ponto em que a mediação com aspectos religiosos se difere da mediação tradicional efetuada por estados nacionais é o envolvimento que as organizações religiosas têm com as comunidades de base da sociedade. A capacidade de agir no *grassroots* permite aos atores religiosos uma penetração na sociedade e uma flexibilidade dificilmente alcançadas por atores estatais (APPLEBY, 2000, p. 241-242). No caso moçambicano, a rede construída desde às paróquias, passando por atores regionais, nacionais e internacionais até chegar à altos escalões como a Santa Sé ou o Governo Italiano, só foi possível porque a Comunidade de Sant’Egidio dispunha de membros envolvidos com o processo de paz nas diversas camadas da sociedade. De fato, John Paul Lederach afirma que em um processo de implementação de acordos de paz, líderes religiosos são especialmente importantes por conseguirem ser o elo entre a base da sociedade e o alto escalão político. Sobre as líderes religiosos em processos de paz, Lederach diz:

(...) eles estão conectados tanto ao nível superior quanto ao nível de base. Eles têm contato com líderes de alto nível, mas não estão vinculados aos cálculos políticos que governam cada movimento e decisão tomada nesse nível. Da mesma forma, eles conhecem indiretamente o contexto e a experiência das pessoas que vivem no nível de base, mas não estão sobrecarregados pelas demandas de sobrevivência que muitos enfrentam neste nível (LEDERACH, 1997, p.41-42. Tradução nossa).

O papel desempenhado por Dom Jaime Gonçalves é um exemplo desta atuação, ele foi essencial para o estabelecimento dos contatos com a Renamo, sua presença junto ao povo moçambicano garantia uma legitimidade local e seu papel como mediador ligava todas as esferas anteriores à esfera internacional da alta

política. Essa rede de apoio interna e externa é um diferencial dos atores religiosos, reflexo direto do fato das religiões serem fenômenos que ultrapassam os limites políticos do sistema estatal moderno.

A Comunidade de Sant'Egidio não agiu sozinha, pelo contrário, o modelo de mediação levado a frente pela organização era pautado pela participação nas negociações de todos aqueles que queriam ajudar e que podiam ser úteis ao processo (ROCCA, 2012, p.4). Os exemplos da variedade dos atores que atuaram no processo são muitos. No caso de atores estatais tem-se a participação da diplomacia dos EUA que colocou à disposição técnicos desde as primeiras rodadas de negociações, o governo do Quênia, do Malawi e da África do Sul na figura de seus chefes de governo; como atores da sociedade civil pode-se citar a participação de organizações humanitárias como o CICV e o envolvimento da empresa LONRHO através de "Tiny" Rowland; além de atores internacionais como as diversas agências do sistema ONU. Essa abertura para ajudas (quando bem-vindas e necessárias) diferencia a "fórmula italiana"¹⁹ de outros processos da diplomacia tradicional.

De fato, a "fórmula italiana" mostrou-se única se comparada com o modelo vigente em processos de mediação até então.

A Comunidade de Santo Egídio desenvolveu técnicas que são diferentes mas ao mesmo tempo complementares das usadas pelos pacificadores profissionais. Em Moçambique, a Comunidade trabalhou discretamente durante anos para proporcionar o encontro entre as duas partes. Usou bem os seus contactos. Foi particularmente eficaz no envolvimento de outros para que contribuíssem para uma solução. Pôs em prática as suas técnicas caracterizadas pela discrição e informalidade, em harmonia com o trabalho oficial feito pelos governos e pelos organismos inter-governamentais (ROCCA, 2012, p.7).

Os mediadores do processo de paz moçambicano, através de suas próprias habilidades e contando com a ajuda de atores externos, conseguiram unir cultura histórica, política e jurídica, psicologia e competências específicas para construir instrumentos refinados de mediação. Paradoxalmente, a falta de experiência como mediadores profissionais possibilitou que transitassem entre as diversas possibilidades de mediação para construírem o melhor cenário possível.

¹⁹ Na época da assinatura do Acordo Geral de Paz, o então Secretário Geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali definiu o processo que levou ao fim do conflito de "Paz Italiana", em referência ao fato de três dos quatro mediadores terem tal nacionalidade e das negociações terem ocorrido em Roma. Desde então utiliza-se também o termo "fórmula italiana" para descrever a atuação dos mediadores no processo de paz moçambicano.

Quesitos econômicos também desempenharam um papel importante nas negociações e foram um diferencial da atuação coordenada pela Comunidade de Sant'Egídio. Apesar do apoio financeiro do governo italiano no que dizia respeito aos custos com as delegações da Frelimo e da Renamo durante as negociações e dos apoios tanto de outros governos como o Quênia ou de indivíduos como “Tiny” Rowland para o transporte das delegações, os quatro mediadores não dispunham de instrumentos econômicos para barganhar. Deste modo, os quatro mediadores não podiam “comprar” a paz ao oferecer compensações econômicas aos lados combatentes por um armistício, isso fez com que a mediação tivesse que desenvolver um processo refinado de compreensão e diálogo entre as partes. De fato, o processo de negociações em Roma custou muito pouco se comparado com outros processos contemporâneos, sendo gastos apenas 1,35 milhões de dólares americanos, dos quais 1 milhão foi gasto pelo governo da Itália e 350 mil foi custeado pela CSE através de campanhas de doações (ROCCA, 2012, p.4). Além disso, o fato dos mediadores trabalharem de forma voluntária, sem nenhuma remuneração, fortaleceu a posição de que a Sant'Egídio não buscava vantagens para si e trabalhava pelo bem maior da obtenção da paz.

Tratando-se da possibilidade de vantagens, o envolvimento da Comunidade de Sant'Egídio com o processo de paz moçambicano foi alvo de críticas por conta da estreita ligação da instituição com a Igreja Católica. O histórico de apoio da Igreja Católica à dominação colonial portuguesa fez surgirem questionamentos acerca da real motivação do envolvimento da Sant'Egídio na mediação em Moçambique. No entanto, diversos autores (APPLEBY, 2000, p. 163; HEGUERTUN, 2010, p. 71-72) defendem que um dos trunfos das negociações foi a atuação desinteressada de vantagens políticas ou econômicas da CSE, reflexo do apartidarismo das religiões no contexto moçambicano.

A ausência de interesses estratégicos no seio da Comunidade de Santo Egídio relacionados com a conquista, manutenção ou expansão de poder e influência, característica típica da intervenção dos estados em processos de resolução de conflitos e o caráter assumidamente imparcial daquela organização religiosa em relação ao conflito concorreram para a elevação da sua credibilidade e confiança perante o governo moçambicano e a RENAMO (GUJAMO, 2016, p.160).

Esta rejeição às vantagens políticas ou econômicas da Comunidade de Sant'Egídio está ligada à maneira como os membros dessa organização acreditam

que devam viver. “Temos isso de nossa formação cristã: você recebe de graça e dá de graça” afirma Leone Gianturco, membro da CSE entrevistado por Heguertun (HEGUERTUN, 2010, p. 72). Essa reciprocidade é um dos muitos princípios cristãos que marcam o processo de paz moçambicano e que diferenciam a “fórmula italiana” de mediações tradicionais.

Como mencionado anteriormente, o *ethos* da Comunidade de Sant’Egidio, seu modo fundamental de enxergar o mundo, é inclusivo. As ações que guiam os membros da CSE partem da ideia evangélica de fraternidade universal, de que todas as pessoas estão ligadas umas às outras, tal ligação não é legitimada por um batismo ou pela profissão de determinada fé, mas advém ideia de que toda a humanidade forma “o povo de Deus” (APPLEBY, 2000, 162). A visão advinda dos preceitos cristãos de que todos os humanos são suscetíveis ao pecado permitiu aos mediadores lidar com questões complicadas como os diversos relatos de violações dos direitos humanos que ocorriam em Moçambique. Após a divulgação do Relatório Gersony, que descrevia as atrocidades cometidas pela Renamo, a CSE foi duramente criticada por sua posição de neutralidade e por não condenar publicamente as ações do grupo liderado por Dhlakama (ARMON, 1998, p. 96). Uma resposta de Andrea Riccardi exemplifica esse comprometimento com o diálogo, independente do interlocutor:

Como cristãos, acreditamos que ser nosso dever respeitar a dignidade humana de um Slobodan Milosevic não menos do que a de pessoas muito menos culpadas por derramamentos de sangue. (...) Nosso objetivo é entender seu ponto de vista – não aprovar ou condenar – mas também buscar o grão de razão e bondade que acreditamos persistir até mesmo no criminoso mais difícil (BARTOLLI apud. APPLEBY, 2000, p. 163).

Essa declaração também é exemplo de outro princípio cristão que a Sant’Egidio tem como pilar ao lidar com atores envolvidos em um conflito, “Amai seu inimigo”. Por isso, para os membros da Comunidade, é função de todos seus membros acolher e tratar da mesma maneira todas as pessoas. Vale frisar que a CSE não deslegitima que o Estado faça cumprir suas leis, e que aqueles que agem contra as normas sejam punidos por seus comportamentos. Os membros da Sant’Egidio acreditam que todas as pessoas são pecadoras e seu papel não é julgar as partes envolvidas no conflito, mas sim compreendê-las.

A mediação romana proposta pela Comunidade de Sant’Egidio ao mesmo tempo que utilizou-se de ferramentas e atores tradicionais o fez de modo tão particular

que inaugurou uma nova via de mediação, a “fórmula italiana”. A modesta posição de Sant’Egídio de que não ofereciam um conjunto de soluções, mas que faziam o papel de ponte entre duas partes separadas (RICCARDI, 2008, p. 152), talvez seja a principal razão pela qual o processo de paz em Moçambique manteve-se estável por mais de 20 anos.

4.3 Que tipo de paz foi construída em Moçambique?

Tomando como base os pontos negativos e os positivos do processo de paz em Moçambique apresentados nos tópicos anteriores, é possível desenvolver uma análise acerca da qualidade da paz gerada no país com a assinatura de um acordo formal. Para isso, os conceitos apresentados no primeiro capítulo da dissertação devem ser considerados, enquanto guias ou parâmetros do que será considerado como tipo de paz alcançada.

É certo que não existe um único modelo de condução de negociações, no entanto, para compreender o sucesso ou não dos diálogos, é necessário não apenas observar as decisões tomadas na mesa de negociações, mas também suas consequências nos momentos posteriores. Em geral, diante dos diversos casos de conflito no continente africano, as transições em direção à paz não aconteceram de maneira completa ou sustentável (BUSSOTTI, 2021, p.2). Isso quer dizer que apesar de formalmente haver um tratado entre as partes, as transformações sociais necessárias para alcançar as raízes do conflito não aconteceram.

A busca por resultados imediatos e mensuráveis, como no caso do acordo entre Frelimo e Renamo, caracteriza a atuação de mediadores que têm como base a ideia liberal da paz, e está muito presente entre atores internacionais, como a Organização das Nações Unidas. Entretanto, assim como aprofundado na primeira sessão deste trabalho, a paz não pode ser definida de acordo como um conceito de face única. Na realidade existem interpretações que enxergam a paz não apenas como o momento no qual cessam as hostilidades, mas é um processo ativo, que “[...] deve influenciar positiva e diretamente a vida quotidiana das pessoas, introduzindo uma cultura de respeito pela justiça, direitos humanos e benefícios econômicos para toda a população” (ADETULA, MURITHI, BUCHANAN-CLARKE, 2018, p.4).

Essa interpretação que considera outros fatores e busca endereçar questões mais profundas, vai ressaltar que:

O resultado pode ser um acordo de paz, mas amplos setores da sociedade civil sentem-se excluídos sem a difusão de uma cultura de paz positiva em toda a sociedade. Assim, o resultado é uma "paz negativa", uma democracia fraca com uma atitude permanentemente destrutiva em relação ao "outro", com o risco substancial de novos conflitos (Galtung, 1967). (BUSSOTTI, 2021, p.2)

Assim sendo, o sucesso ou não do tratado assinado no caso moçambicano, depende inteiramente das lentes escolhidas. Na maioria das análises realizadas a partir da comunidade internacional, que tem como foco uma paz de cunho liberal, vai posicionar Moçambique como um modelo, com o qual se pode aprender e inclusive replicar em outros casos do continente. Segundo argumentado por Morozzo della Rocca o Acordo Geral de Paz gerou "as seguintes consequências positivas: primeiro, a paz, desde que a guerra terminou e o conflito militar cessou; segundo, uma implementação rápida e eficaz; terceiro, as primeiras eleições livres em 1994 [...]" (BUSSOTTI, 2021, p. 5).

Nessa linha, Hume (1994, p.144) vai elencar lições a serem tiradas a partir da realidade vivenciada nas negociações no país. Um primeiro ponto trazido pelo autor é que a atuação em Moçambique reforça a ideia de que o Processo de Paz deve sempre estar voltado para o cerne do conflito. Ele explica que

Embora este conflito tivesse ligações internacionais e regionais, foi fundamentalmente um conflito doméstico travado por moçambicanos. [...] A discussão era sobre quem deveria governar e como. Este conflito doméstico teve que ser separado de outros conflitos. [...] Em 1990, os mediadores foram sensatos ao optar por um primeiro acordo que gradualmente removeu as forças do Zimbábue do conflito entre moçambicanos. Este acordo, ainda que implementado de forma imperfeita no terreno, abriu uma base para o diálogo. [...] o seu objetivo era a reconciliação entre os moçambicanos. [...] o objetivo das negociações era ajudar as partes a viverem juntas em uma comunidade. (HUME, 1994, p. 144)

Em outras palavras, os autores que defendem o sucesso do processo destacam que foi exatamente por causa da concentração nas questões visíveis que estavam gerando o conflito direto, isto é, a abordagem estreita de resolução do conflito, que possibilitou uma maior compreensão do cenário e posteriormente a assinatura do acordo.

Conectado ao aspecto anterior, encontra-se o argumento de que o processo de paz deve ocorrer dentro de uma estrutura projetada e construída unicamente para a situação localmente vivenciada, tratando cada caso como ele é, com suas

características e especificidades. Hume (1994, p.145-146) identifica exatamente essa maneira de atuar, naquilo que foi realizado pela Sant'Egídio em Moçambique. Foram incluídos no processo atores de diversos níveis. Com isso construiu-se uma mesa de negociações segundo o que ficaria definido como *multi-track diplomacy*²⁰, isto é, uma atuação com várias frentes. Dessa maneira, a estrutura montada nesse processo de paz buscava atender às necessidades locais, diferenciando-o de experiências anteriores em outros territórios africanos.

Outro ponto que pode ensinar e servir como exemplo tem conexão com a capacidade dos mediadores, especialmente a Comunidade Sant'Egídio, que era responsável por guiar as partes dentro do processo, de gradualmente adaptar e mudar os rumos das negociações para assegurar os ganhos.

Variáveis surgem e outras desaparecem ao longo de um processo de paz e isso precisa inevitavelmente ser manejado de modo que o objetivo final seja mantido, continuando a beneficiar todos os atores envolvidos. Para isso, "[...] os mediadores concentraram-se em desenvolver o reconhecimento e o respeito mútuos, em vez de depender de influência externa para unir as partes. O primeiro passo foi iniciar um diálogo que pudesse abrir caminho para a reconciliação" (HUME, 1994, p.147). Ao advogar pela noção de "construção do ideal de família moçambicana", Sant'Egídio criou um terreno comum e assegurou que mesmo com a intervenção de novos acontecimentos, a conexão gerada na mesa de negociações permanecesse firme.

Entretanto, é igualmente importante para os Estudos para a Paz, sublinhar os pontos fracos do modelo desenhado em Moçambique a partir da ação do mediador de base religiosa. Deve-se salientar que existem grandes diferenças entre os acordos no *high level* e a paz do dia a dia, e isso fica claro quando se observa o período do processo e os anos seguintes. Além disso, esse caso trouxe à luz a extrema fragilidade das análises focadas apenas no cessar-fogo, já que estariam determinando o sucesso sem abordar o quadro completo.

Segundo Bussotti (2021), na prática, a paz nunca se tornou realidade para o povo moçambicano.

²⁰ "A *Multi-track Diplomacy* é uma abordagem formulada com o estabelecimento do *Institute of Multi-Track Diplomacy* em 1992, que descreve actividades interconectadas levadas a cabo por indivíduos ou instituições que cooperam com vista a prevenir ou resolver conflitos através de sessões de negociação. A *Multi-track Diplomacy* privilegia a entrada de novos actores e dinâmicas no processo de resolução de conflitos. Como tal, esta abordagem promove a participação, não apenas de representantes oficiais do Estado (*Track-one Diplomacy*), mas também de actores não-governamentais (*Track-two Diplomacy*)." (BENE, 2021, p.24)

Isto tem sido demonstrado pelo facto de, desde 1992 até à data, terem sido assinados três acordos de paz. Além disso, o país enfrenta duas frentes de guerra: uma contra a separação do principal partido da oposição, a Renamo, a autoproclamada Junta Militar da Renamo, liderada pelo General Mariano Nhongo; e a outra contra os supostos terroristas islâmicos no norte do país (província de Cabo Delgado) [...]. Isto confirma a fragilidade da paz moçambicana, e que o "sucesso moçambicano" era um mito. (BUSSOTTI, 2021, p.6)

Retomando a discussão realizada por Lederach (1999, p.32), a violência direta seria apenas a ponta do *iceberg*, isto é, aquilo que é visível não expressa tudo o que está escondido ou que foi invisibilizado propositalmente. Portanto, sem atuar no nível mais profundo, endereçando questões relativas à justiça e aos direitos humanos, as chances de existirem novas erupções violentas são consideravelmente altas. Os acordos assinados teriam apenas validade jurídica, sem nenhum sinal de implementação e de impacto positivo nas vidas dos indivíduos do local.

No caso de Moçambique, Bolinhas (2005, p.7) defende que

[...] efetivamente, a paz duradoura não foi plenamente conseguida. Dez anos após as primeiras eleições livres, não significa que exista paz em Moçambique, dado que esta «[...] implica a superação das causas da guerra e a autêntica reconciliação entre os povos» [...]. A paz não resulta da apatia, da resignação, mas da atividade consciente e intencional para construção de relações permeadas pela justiça [...].

O que pode ser percebido diante daquilo que foi exposto é que houve, sem dúvidas, uma contribuição única por parte da Comunidade Sant'Egídio, na medida em que atuou para estabelecer o ambiente propício e as noções de interconexão entre os adversários no conflito. Por outro lado, é verdade também que não houve interesse ou preocupação por parte da instituição em atingir as bases do conflito. Ocorreu apenas a alteração das dinâmicas conflitantes no país, que manteve uma estrutura e uma cultura violenta.

É crucial notar que,

Em suma, as mudanças no "topo" não levam necessariamente a mudanças na "base", muito menos em termos de empoderamento. Pelo contrário, ao adaptar os mecanismos de mudança, é possível às elites manipular as oportunidades de transformação em nível local [...]. (MASCHIETTO, 2016, p.153)

Dessa maneira, o que ocorreu, na prática, é que o desenvolvimento econômico-social continuou a estar concentrado no sul do território. Ademais, os líderes da FRELIMO acreditavam poder alcançar um estágio no qual conseguiriam se beneficiar do nível de vida do ocidente sem levarem em conta que isso exigiria a transformação da totalidade do tecido social moçambicano e um desenvolvimento integral do país. Isso fica visível diante da inflexibilidade demonstrada para com a oposição em cenários eleitorais, ou mesmo ao perceber as distintas interpretações existentes em relação ao Acordo Geral de Paz. Segundo Chissano,

Aqui deparamo-nos com um problema de interpretação e que essa interpretação vai chegando tardiamente. Quando a gente pensa que tudo correu bem, depois aparece uma interpretação diferente daquilo que foi o entendimento das duas partes quando assinaram o acordo (CHISSANO In CADANGUE, 2019).

Assim sendo, é essencial perceber a dualidade nas ações da Sant'Egidio e não apenas descrever o caso como um sucesso a ser replicado. Ao mergulhar mais profundamente nas dinâmicas sociais do país, para além das disputas entre dois pólos ideologicamente distintos, serão identificadas as questões de disputa entre as diferentes identidades presentes em Moçambique, a exclusão social sofrida por alguns grupos e os problemas estruturais que privam parcelas de se desenvolverem em todo o seu potencial. Esses pontos serão melhor aprofundados nas considerações finais, que serão apresentadas no próximo ponto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como determinado na introdução, este trabalho se propôs analisar o caso da mediação organizada pela Comunidade de Sant'Egidio que culminou na assinatura do Acordo Geral de Paz. O processo de paz mediado pela organização de base religiosa foi responsável por encerrar, no nível formal, o conflito civil moçambicano entre Frelimo e Renamo. Diante disso, buscou-se compreender no processo de construção da pesquisa, quais foram os elementos que favoreceram o sucesso da atuação da Comunidade de Sant'Egidio no processo de paz moçambicano.

Partiu-se da ideia de que o caso moçambicano representava um completo sucesso, e poderia ser inclusive visto como um exemplo no qual um ator religioso contribuiu de maneira fundamental para a construção da paz, contradizendo o senso comum que conecta tal aspecto à violência. Tal hipótese se baseou em diversas pesquisas que apontavam para a ação da comunidade católica como sendo terminantemente positiva para a cessação das hostilidades. Entretanto, ao aprofundar a temática, olhando tanto para a história do país, quanto para o momento posterior à assinatura dos acordos, percebe-se que o cenário apresenta outros fatores, modificando também o resultado ou a maneira como deve ser interpretado.

Para chegar a tais conclusões passou-se por um primeiro capítulo teórico no qual foram apresentados os conceitos centrais para o desenrolar da análise proposta, abrindo também um questionado em direção ao modelo liberal de paz e resolução de conflitos. Foi estabelecido então o terreno do qual se parte neste trabalho, isto é, da visão crítica da paz. Uma paz que não é somente a ausência de conflitos, mas sim uma paz que ligada ao conceito de justiça, construída juntamente com atores locais e que se insere no seio da sociedade anteriormente conflitante. Posteriormente, foram retomados aspectos importantes da história da nação além de realizar uma descrição também dos períodos de conflito vividos pela sociedade moçambicana, seguidos pelo processo de negociações que levou à assinatura do Acordo Geral de Paz.

Deste modo, baseando-se no que foi discutido nos capítulos anteriores, é possível afirmar que a mediação da Comunidade de Sant'Egidio foi bem sucedida em estabelecer um modelo de mediação muito positivo para a situação moçambicana. Porém, como discutido anteriormente, isso não significa que a paz foi estabelecida na sociedade, o sucesso nas mesas de negociações devem ser seguidos por transformações sociais que atuem nas raízes dos conflitos.

É importante reconhecer que muitos méritos devem ser dados à “fórmula italiana”, dentre os quais, deve ser destacado, a inserção de múltiplos atores no processo. Essa abordagem *multi-track*, que atuava em várias frentes e níveis, utilizando-se de atores estatais, religiosos, empresas, governantes, entre outras lideranças, foi um grande avanço no campo da resolução de conflitos e mediação. Reconhece-se, portanto, que a utilização de uma *multi-track diplomacy* foi essencial para o sucesso das negociações e para o estabelecimento do Acordo Geral de Paz. Mesmo esse não tendo sido o foco desta pesquisa, é importante perceber que o papel dos atores religiosos, no caso específico da Comunidade de Sant’Egidio, só pôde ser desenvolvido porque existiam outros poderes atuando no cenário.

Segundo Hegertun (2010, p.64), nessa sinergia entre vários níveis e atores,

O percurso informal e o papel de Sant’Egidio pareciam essenciais para levar as partes à mesa: tanto porque tinham a confiança das partes, como devido às soluções convenientes que este meio termo oferecia à espinhosa questão do reconhecimento. No entanto, as negociações tomaram um rumo mais formal à medida que o processo avançava. Este desenvolvimento é natural tendo em conta a importância das garantias, a implementação do acordo, e o período de transição até a eleição.

Assim sendo, algumas características da organização, que na realidade podem ser encontradas, de maneira similar, em outras instituições de base religiosa, foram determinantes para preparar o espaço e construir os primeiros momentos do diálogo. O seu “[...] status não oficial e capacidade de sobreviver apenas com doações. Isto deu-lhe margem para se envolver em manobras diplomáticas informais, que ajudaram na resolução bem sucedida da guerra de Moçambique” (VINES, 1998, p.32).

Outro aspecto único deste caso, e muito bem utilizado pela Comunidade Sant’Egidio, foi a associação das duas linguagens religiosas: de primeira e segunda ordem. Appleby (2000, p. 150-151) explica que aquilo que se nomeou como primeira ordem, pode ser descrito, em linhas gerais, como uma maneira de comunicação oposta ao pluralismo, ou seja, voltada aos preceitos e dogmas internos de cada denominação religiosa. Originalmente ela não foi criada “[...] com o propósito de promover a tolerância cívica e não-violenta. De fato, alguns estudiosos afirmam que [...] é inerentemente hostil às pessoas de fora [...]”.

O segundo tipo de linguagem, de maneira distinta, busca identificar e salientar pontos em comum com outros grupos ou credos em geral. Por esse motivo, ela teria como base a busca pela utilização de “um vocabulário transcultural comum que facilita

o diálogo enquanto permanece fiel às reivindicações teológicas primárias de cada comunidade participante" (APPLEBY, 2000, p. 151).

Ao utilizar como ferramenta ambas as faces da comunicação religiosa, a atuação da comunidade católica se coloca como um exemplo interessante que, até certo ponto, pode ensinar algumas lições para casos semelhantes. No cenário moçambicano, Sant'Egidio conseguiu ter sucesso exatamente porque foi capaz de identificar quais eram os maiores anseios e entraves para que as conversações pudessem ocorrer de maneira positiva.

Além disso, algumas características da instituição beneficiaram uma aceitação geral, por todos aqueles que estavam envolvidos nas negociações. Por ser uma organização externa, de integridade moral enraizada em sua base de valores católicos, que expressava um compromisso a longo prazo e uma atitude aberta ao conflito, ganhou, ao longo do tempo, a confiança de ambas as partes (APPLEBY, 1996, p.835).

"Os representantes de Sant'Egidio viram seu papel como facilitadores, e se familiarizaram pessoalmente com líderes de ambas as partes em conflito e outros atores externos implícita ou explicitamente envolvidos na tentativa de atravessar as linhas de conflito" (HARPVIKEN e RØISLIEN, 2005, p.25). A atuação da Comunidade partiu de um interesse pessoal por parte dos mediadores em se aproximar, aprender a língua, compreender as problemáticas históricas, conhecer o povo e a cultura local.

Assim como descrito anteriormente, em uma intervenção para transformação de conflitos, é essencial compreender quais são realmente as necessidades das partes conflitantes, buscando conhecê-las com maior profundidade. Esse modo de atuação adotado pela Sant'Egidio foi responsável não só por apontar a necessidade de conexão com as necessidades reais dos envolvidos, como também por evidenciar a necessidade de envolver outros atores, para além daqueles oficiais, nos processos de paz. "Entendendo que o conflito era doméstico, os mediadores viram que qualquer solução tinha que ser encontrada em uma nova relação entre as partes, não em modelos de dissuasão ou de política de poder" (HEGERTUN, 2010, p. 52).

Dessa maneira, o sucesso alcançado em Moçambique e apontado como modelo a ser replicado, tem estreita ligação com um conjunto complexo de fatores. Mas, especialmente, ressalta-se a capacidade de compreender e oferecer ferramentas adaptadas às necessidades que eram apresentadas pelos próprios envolvidos no conflito. Della Rocca (2012, p.8) aponta, por fim, a característica

paciente e de aproximação pessoal dos facilitadores, como aspectos que geraram frutos muito importantes e que devem ser tomados como parâmetro para atuação em outras situações conflituosas.

Por outro lado, é essencial enxergar que a paz, assim como definida no primeiro capítulo e adotada nesta pesquisa, não foi alcançada. Se observada em sua totalidade, a experiência moçambicana não proporcionou a inclusão dos atores nos momentos decisórios dentro das negociações. Grupos representativos, porém excluídos por sua caracterização enquanto grupo minoritário, como por exemplo as mulheres, foram sistematicamente afastados da mesa onde os diálogos aconteciam.

Não foi considerado, portanto, que a implementação dos acordos só poderia acontecer com o apoio massivo da sociedade. Ao excluir grupos essenciais, e concentrar as decisões nas mãos das elites, arriscou-se também a possibilidade de alcançar uma paz real, que fosse fruto das relações, a ser estabelecida apenas no momento posterior à assinatura do tratado juntamente com outras formalidades.

Nesse sentido, é certo afirmar que

Muitas das características de um clima de paz negativa se mantiveram, com [...] as desigualdades entre o sul e o norte e entre diferentes grupos étnicos do norte, com o domínio de uma política fechada e a elite econômica representada pelos Makonde, em detrimento de grupos como os Kimwane e Makhuwa. Esta não é outra história, mas uma [...] manifestação mais violenta dos mesmos problemas [...]. (BUSSOTTI, 2021, p.13, tradução nossa)

De maneira conclusiva, percebe-se que, diante do que foi estudado nesse caso e partindo das bases teóricas escolhidas, o fenômeno será visto como de maior ou menor sucesso de acordo com as lentes de observação escolhidas. Assim como a religião é um conceito ambíguo (APPLEBY, 2000), a atuação de atores religiosos pode ou não ter sido essencial para o processo de paz moçambicano e para o estabelecimento de um modelo de paz duradouro na sociedade nos anos seguintes. Se observada pela lente liberal, o caso moçambicano representa um sucesso, e à participação de agentes religiosos, como a Sant'Egídio, devem ser dados os louros pelo processo, pois efetivamente conseguiu-se que dois lados conflitantes assinassem um acordo de paz formal reconhecido por instituições internacionais.

Por outro lado, se utilizada uma lente crítica, que leve em consideração um impacto em níveis mais profundos da sociedade, com mudanças não somente no nível legislativo e político, mas nas bases locais, a atuação da Comunidade de Sant'Egídio

neste aspecto mostrou-se ineficiente, uma vez que não participaram ativamente da implementação do que foi acordado. De fato, como apresentado por diversos pesquisadores (MASCHIETTO, 2020; BUSSOTTI, 2021; BOLINHAS, 2005), a paz efetiva não foi alcançada em Moçambique, que tem enfrentado o ressurgimento de diversos conflitos, relacionados aos partidos políticos e também à grupos religiosos extremistas.

Deste modo, a “fórmula italiana” não deve ser tida como um modelo de mediação universal, que funcionaria em diversos casos. A atuação religiosa protagonizada pela Comunidade de Sant’Egidio cumpriu bem o seu “papel de ponte” em um cenário que “as duas partes estavam separadas por um abismo” (RICCARDI, 2008, p. 152), e por isso deve ser aplaudida e ter suas ações reconhecidas. Mas não é possível afirmar que a mesma atuação logrou estabelecer uma sociedade pacífica em Moçambique, tampouco que seu caráter religioso tenha tido qualquer efeito sobre o nível de paz alcançado pela sociedade em Moçambique nos anos que se seguiram à assinatura dos tratados.

REFERÊNCIAS

ABU-NIMER, M. *Nonviolence and Peace Building in Islam: Theory and Practice*. University Press of Florida, 2003.

ADETULA, Victor; MURITHI, Tim; BUCHANAN-CLARKE, Stephen. *Peace Negotiations and Agreements in Africa - Why They Fail and How to Improve Them*. NAI Policy Note n. 8. 2018.

AFRICA WATCH. *Conspicuous Destruction: War, Famine and the Reform Process in Mozambique*. New York: Human Rights Watch, 1992.

APPLEBY, R. Scott. *The ambivalence of the sacred: religion, violence, and reconciliation*. New York: Rowman and Littlefield Publishers, 2000.

_____. Building sustainable peace: The roles of local and transnational religious actors. In BANCHOFF, T. (Ed.), *Religious Pluralism, Globalization, and World Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 125–154.

ARMON, Jeremy; HENDRICKSON, Dylan; VINES, Alex. *Accord: The Mozambican Peace Process in Perspective*. London: Conciliation Resources, 1998.

BARASH, D.P., WEBEL, C.P. *Peace and conflict studies*. 2. ed. USA: Sage Publications, 2009.

BARTOLLI, Andrea. The role of religion is the role of its actors. *New Routes*, v. 10, n. 3, p. 3-7, 2005.

BALDWIN, David A. The concept of security. In *Review of International Studies*. V. 23, 1997, p.5-26.

BENE, Timóteo. *Processo de Resolução de Conflitos em Moçambique: análise da participação da Igreja Católica na mediação de conflitos político-eleitorais (1994-2019)*. TCC. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2021.

BENTO, Fábio R. *Relações Internacionais e Religião - Hipóteses sobre possíveis causas de uma negligência investigativa no Brasil*. In CARLETTI, Anna; NOBRE, Fábio; FERREIRA, Marcos S. V. *Relações Internacionais e Religião: Reflexões rumo a um contexto pós-laicista*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 13-38.

BEZERRA, Catarina R. *Transformação de conflitos e os movimentos pela paz na Colômbia: uma pesquisa comparada dos processos de paz durante os Governos Pastrana (1998-2002) e Santos (2010-2016)*. Dissertação (Mestrado). UEPB - Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa: 2017.

BOLINHAS, Inês A. *Mediação da Comunidade de Santo Egídio no Conflito Moçambicano*. In *Revista Militar*, v. 57, n. 4, 2005, p. 393-411.

BUSSOTTI, Luca. Peace and Democracy in Mozambique: An Endless Transition. In *Africa Development*, v. 56, n. 2, 2021, p. 1-16.

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal. *A CONCP – A internacionalização da luta pela independência das colónias portuguesas*. 15 jun. 2016. Disponível em: <http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concp-a-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h30-18h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BOUTA, T. et all. *Faith-Based Peace-Building: Mapping and Analysis of Christian, Muslim and Multi-Faith Actors*. The Hague: Netherlands Institute of International Relations, 2005.

CADANGUE, Carlitos. 'Há problema de interpretação variada' no desarmamento da Renamo. *O País*. 28 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.opais.co.mz/ha-problema-de-interpretacao-variada-no-desarmamento-da-renamo/>>. Acesso em: 04 junho 2022.

CARLETTI, Anna; NOBRE, Fábio; FERREIRA, Marcos S. V. *Relações Internacionais e Religião: Reflexões rumo a um contexto pós-laicista*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020

COLLINS, John S. *An Analysis of the Voluntariness of Refugee Repatriation in Africa*. Winnipeg: University of Manitoba, 1996.

CSE – Comunità di Sant'Egídio. *Pace*. Disponível em: <<https://www.santegidio.org/pageID/30056/langID/it/PACE.html>>. Acesso em 14 maio 2022.

DAHL, Elizabeth. Oil and Water? The Philosophical Commitments of International Peace Studies and Conflict Resolution. *International Studies Review*, v. 14, 2012, p. 240–272.

DARCH, C. *Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018.

DOYLE, Michael W. *Liberal Peace: Selected Essays*. New York: Routledge, 2011.

EDIS, Richard. Mozambique's Successful Peace Process: An Insider's View. In *Cambridge Review of International Affairs*. V. 9, N. 2, 1995, p. 5-21.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

FISAS, V. *Handbook of Peace Process*. Icaria Editorial, 2010.

FERREIRA, Marcos S. V.; NOGUEIRA, Silvia. Identidade, Cultura e Religião nos Estudos para a Paz. In FERREIRA, Marcos S. V.; MASCHIETTO, Roberta;

KUHLMANN, Paulo. *Estudos para a Paz: Conceitos e Debates*. São Cristóvão: Editora UFS, 2019, p. 395-396.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. In *Journal of Peace Research*. V. 6, N. 3, 1969, p. 167-191.

_____. Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses. In *Journal of Peace Research*. V. 22, N. 2, 1985, p. 141–158.

_____. Cultural Violence. In *Journal of Peace Research*. V. 27, N. 3, 1990, p. 291-305.

GARCIA, Francisco Proença. *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Porto: Universidade Portucalense, 2001.

GARRED, Michelle; ABU-NIMER, Mohammed (Eds). *Making Peace with Faith The Challenges of Religion and Peacebuilding*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018

GREMINGER, Thomas. *Mediation & Facilitation in Today's Peace Processes: Centrality of Commitment, Coordination and Context*. Swiss Federal Department of Foreign Affairs, 2007.

GUJAMO, Rufino Carlos. *A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004*. Tese (Doutorado) - Programa Interuniversitário de Doutoramento em História. Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Lisboa, 2016.

HAMPSON, Fen Osler, CROCKER, Chester A. & AALL, Pamela R. Negotiation and international conflict. In GALTUNG, Johan & WEBEL, Charles. *Handbook of Peace and Conflict Studies*. New York: Routledge, 2007.

HARPVIKEN, Kristian Berg; RØISLIEN, Hanne Eggen. *Mapping the Terrain: The Role of Religion in Peacemaking*. Oslo: PRIO - International Peace Research Institute, 2005.

HAYNES, Jeffrey. *An Introduction to International Relations and Religion*. New York: Routledge, 2013.

_____. *Religion and Development: Conflict or Cooperation?*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HEGERTUN, N. *Faith-based Mediation? Sant'Egidio's peace efforts in Mozambique and Algeria*. Oslo: Universitetet i Oslo, 2010.

HOLENSTEIN, A.-M. 'Role and significance of religion and spirituality in development co-operation. A reflection and working paper'. Bern: Swiss Agency for Development and Co-operation, 2005.

HONWANA, Alcinda. Sealing the Past, Facing the Future: Trauma Healing in Rural Mozambique. In ARMON, Jeremy; HENDRICKSON, Dylan; VINES, Alex. *Accord: The Mozambican Peace Process in Perspective*. London: Conciliation Resources, 1998, vol. 3, p. 75-80).

HUME, Cameron. *Ending Mozambique's War. The Role of Mediation and Good Offices*. Washington: United States Institute of Peace Press, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HUTH, Paul K., and TODD L. Allee. *The Democratic Peace and Territorial Conflict in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *População Moçambicana para 2021*. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/noticias/populacao-mocambicana-para-2021>>. Acesso em 09 abril 2022.

JAKELIĆ, Slavica. Secular-Religious Encounters as Peacebuilding. In OMER, Atalia; APPLEBY, Scott; LITTLE, David. *The Oxford handbook of religion, conflict, and peacebuilding*. New York: Oxford University Press, 2015. p. 124-145.

JUTILA, M., PEHKONEN, S., VÄYRYNEN, T. Resuscitating a Discipline: An Agenda for Critical Peace Research. *Millennium: Journal of International Studies*, vol 36 n. 3, p. 623 – 640, 2008.

KING, G., KEOHANE, R. O., VERBA, S. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton University Press. 1994

KRATOCHWIL, Petr. The Religious Turn in IR: A Brief Assessment. *Perspectives*, vol. 17, n. 2, p. 5-12, 2009.

KRIESBERG, L. Convergences between international security studies and Peace studies. In: BRECHER, M.; HARVEY, F.P. (Eds). *Conflict, security, foreign policy, and international political economy: past paths and future directions in international studies*. Michigan, USA: University of Michigan Press, 2009. p. 91-108.

KUBÁLKOVÁ, Vendulka. A 'Turn to Religion' in International Relations? *Perspectives*, vol. 17, n. 2, pp. 13-42, 2009.

LEDERACH, J. Paul. *Building Peace. Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. Washington D.C.: United States Institute of Peace Press, 1997.

_____. *A Imaginação Moral: Arte e Alma na construção da paz*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2011.

_____. Justpeace: The Challenge of the 21st Century. In VAN TONGEREN, Paul. *People Building Peace*. Utrecht: European Centre for Conflict Prevention, 1999, p. 27-38.

LEITENBERG, Milton. *Deaths in Wars and Conflicts in the 20th Century*. Ithaca: Cornell University, 2006.

LUNDIN, Iraê Baptista. The Peace Process and The Construction of Reconciliation Post Conflict – The Experience of Mozambique. In *International Seminar “Experiences of Penal Alternatives in Peace Processes”* 2004, Barcelona.

MAC GINTY, R. Hybrid Peace: The Interaction Between Top-Down and Bottom-Up Peace. *Security Dialogue*. Vol. 41, no. 4. Sage Publications, 2010. p. 391–412.

MANNING, C., MALBROUGH, M. Learning the Right Lessons from Mozambique’s Transition to Peace. *Taiwan Journal of Democracy*, v. 5, n.1, p. 77-91, 2009.

MARTÍNEZ, M. L.; MUÑOZ, F.A. *Historia de la Paz: tiempos, espacios y actores*. Granada: Colección Monográfica Eirene, No. 12, 2000.

MASCHIETTO, Roberta. Mozambique. In RICHMOND, Oliver; VISOKA, Gëzim. *The Palgrave Encyclopedia of Peace and Conflict Studies*. Palgrave Macmillan, 2020.

MORIER-GENOUD, Eric; ANOUILH, Pierre. Revolution, War and Democracy: The Catholic Church in Mozambique. In MANUEL, Paul Christopher; LYON, Alynna; WILCOX, Clyde. *Religion and Politics in a Global Society: Comparative Perspectives from the Portuguese-Speaking World*. Lanham: Lexington, 2013. p. 185-203.

NEWITT, Malyn. *A Short History of Mozambique*. Oxford: Oxford University Press. 2017.

NEWMAN, E; PARIS, R. & RICHMOND, O. P. (Eds). New Perspectives on Liberal Peacebuilding. *Journal of Peace Research*. Vol. 47, no. 4. New York: United Nations University Press. 2009.

OWEN, John M. How Liberalism Produces Democratic Peace. *International Security*. Vol. 19, No. 2, 1994, p.87-125.

PALHARES, Marcelo Fadori Soares; SCHWARTZ, Gisele Maria. A violência. In: *Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol?* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 11-26.

PORTA, D. D., KEATING, M. *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *Informação Geral*. Disponível em: <<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Informacao-Geral>>. Acesso em 09 abril 2022.

PUREZA, José Manuel, CRAVO, Tereza. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.71, p. 5-19, 2005.

RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T., MIAL, H. *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Polity Press, 2005.

RICCARDI, Andrea. *A Paz Preventiva: Esperanças e Razões num Mundo de Conflitos*. São Paulo: Editora Cidade Nova, 2008.

RICHMOND, O. P. *The Transformation of Peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

_____. *Peace in international relations*. London/New York: Routledge, 2008.

ROCCA, Roberto M. della. *A Paz: Como Moçambique Saiu da Guerra*. Maputo: Central Impressora e Editora de Maputo, SARL, 2012.

RUPIYA, M. Historical context: War and Peace in Mozambique. In J. ARMON, In ARMON, HENDRICKSON, & VINES (Eds.), *Accord: The Mozambican Peace Process in Perspective*. London: Conciliation Resources, 1998, vol. 3, p. 10–17.

RUSSETT, Bruce. *Grasping the Democratic Peace: Principles for a Post–Cold War World*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SANDAL, Nukhet A; FOX, Jonathan. *Religion in international relations theory: interactions and possibilities*. Londres e Nova York: Routledge, 2013.

SEIPLE, C. From Ideology to Identity: Building a Foundation for Communities of the Willing. In JAMES, P. (Ed.), *Religion, Identity, and Global Governance*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

SILVA, Cristiane N. “*Viver a fé em Moçambique*”: *As relações entre a Frelimo e as confissões religiosas (1962-1982)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História. Niterói, 2017

SILVESTRI, Sara; MAYALL, James. *The Role of Religion in Conflict and Peacebuilding*. London: The British Academy, 2015.

SOARES, Pedro G. C. O secular, o secularismo e a secularização: conceitos análogos e concepções divergentes. In CARLETTI, Anna; NOBRE, Fábio; FERREIRA, Marcos S. V. *Relações Internacionais e Religião: Reflexões rumo a um contexto pós-laicista*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 39-59.

STENSVOLD, Anne & VIK, Ingrid. Religious Peacemakers on the International Scene: Hopes and Motivations. In *The Review of Faith & International Affairs*, v. 16, n.3, 2018, p. 9-22.

UN IATF-R - UN Interagency Task Force on Religion and Sustainable Development. Annual Report of the United Nations Interagency Task Force on Religion and Sustainable Development - Engaging with Religion and Faith-based Actors on the 2030 Sustainable Development Agenda. 2020. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/36318/UNIATFR20.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

UNITED NATIONS GEOSPATIAL. Mozambique. 20 de mai. 2020. Disponível em: <<https://www.un.org/geospatial/content/mozambique-0>>. Acesso em 27 maio 2022.

UNSCR - UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS. Resolution 797. 16 dez. 1992. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/797>>. Acesso em 04 junho 2022.

VINES, Alex. Sant'Egidio and the Mozambican Peace Process. In ARMON, HENDRICKSON, & VINES (Eds.), *Accord: The Mozambican Peace Process in Perspective*. London: Conciliation Resources, 1998, vol. 3, p. 32.

ZAMBAKARI, C. Challenges of Liberal Peace and Statebuilding in Divided Societies. *Conflict Trends*. Vol. 4. *Accord*, 2016. p. 18-24.

Anexo – Cronologia da guerra e da paz em Moçambique

Retirado integralmente de: ARMON, D. HENDRICKSON, & A. VINES (Eds.), *Accord: The Mozambican Peace Process in Perspective*. London: Conciliation Resources, 1998. p. 82-88. Tradução e adaptação própria.

Luta Nacionalista

- **1962** - A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) é fundada na capital da Tanzânia Dar-es-Salaam com o Dr. Eduardo Mondlane como seu primeiro presidente.
- **1964** - A Frelimo inicia uma luta armada ao norte de Moçambique a fim de alcançar a independência de Portugal.
- **1969** - Mondlane é assassinado por uma carta-bomba em Dar-es-Salaam. A suspeita recai sobre dissidentes da Frelimo e o Serviço Secreto Português.
- **1970** - Após uma luta interna pelo poder, Samora Machel é eleito presidente da Frelimo.
- **1972** - Guerrilheiros do *Zimbabwe African National Liberation Army* (Zanla) iniciam operações contra o governo minoritário branco da Rodésia a partir de bases em áreas controladas pela Frelimo em Moçambique.
- **1974** - Um golpe de estado militar em Portugal traz ao poder oficiais que defendem a independência das colônias africanas do país. Um governo de transição em Moçambique é formado com Joaquim Chissano servindo como primeiro-ministro a fim de preparar o país para a independência.

Realinhamento Regional

- **1975** - Moçambique declara a sua independência, com Samora Machel empossado como Presidente e Chissano nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. O governo põe em movimento suas primeiras e ambiciosas reformas que envolvem nacionalização, “aldeamentos” e políticas para reduzir a influência da Igreja e de opositores políticos.
- **1976** - Moçambique fecha a sua fronteira com a Rodésia em apoio a Zanla e aplica sanções da ONU contra o regime minoritário do país. O movimento África Livre, com certo apoio do Malawi, inicia ataques a estabelecimentos governamentais no norte de Moçambique.
- **1977** - A Frelimo declara-se um partido de vanguarda marxista-leninista e volta-se para a União Soviética em busca de apoio. A Resistência Nacional de Moçambique (RNM, mais tarde Renamo) é criada pelo governo rodesiano e inicia atividades dentro de Moçambique para desestabilizar o governo da Frelimo e atacar os guerrilheiros do Zanla.
- **1978** - Guerrilheiros leais ao *African National Congress* (ANC) intensificam seus ataques à África do Sul apartheidista a partir de bases no sul de Moçambique. Com a ascensão de figuras militares ao poder no governo sul-africano, a política externa muda visando desestabilizar os

"*Front Line States*" (FLS) da África Austral para forçá-los a entrar na esfera econômica sul-africana e puni-los por apoiar o ANC.

- **1979** - O primeiro líder da Renamo, André Matsangaissa, é morto por soldados do governo num confronto em Gorongosa, na província de Sofala. Após uma violenta luta pela sucessão, Afonso Dhlakama torna-se o novo líder da Renamo. O Acordo Lancaster House põe fim à guerra civil na Rodésia.
- **1980** - O controle da Renamo é transferido para os militares sul-africanos que começam a fortalecer o movimento rebelde. O novo governo de maioria negra do Zimbábue (antiga Rodésia) assina um acordo de cooperação em segurança com Moçambique visando defender suas rotas comerciais ao Oceano Índico e destruir a Renamo. Primeira reunião da *Southern African Development Co-ordination Conference* (SADCC) é realizada em Maputo.

A Guerra se intensifica

- **1981** - Após um ano de relativa calma, uma Renamo revitalizada começa a se infiltrar a partir da África do Sul, com o tempo, torna-se ativa em nove das dez províncias moçambicanas. Os rebeldes têm como alvo símbolos de serviços governamentais, incluindo clínicas e escolas. A *South African Defence Force* (SADF) também lança incursões em Moçambique, atacando a infraestrutura econômica e bases do ANC. A África Livre é absorvida pela Renamo.
- **1982** - A guerra e a seca crescente trazem a ameaça de fome generalizada nas províncias do sul e centro de Moçambique, deslocando um grande número de pessoas. A guerra aumenta nas províncias de Gaza, Inhambane e Zambézia, paralisando os corredores de transporte que ligam Malawi e Zimbábue ao mar. O Zimbábue envia 1.000 soldados para proteger o corredor da Beira. Subsidiárias da multinacional Lonrho, com sede no Reino Unido, assinam acordos secretos com líderes da Renamo para proteger os seus bens.
- **1983** - A Frelimo lança a "Operação Produção", deslocando forçadamente dezenas de milhares de desempregados urbanos para áreas rurais. Apesar de suas credenciais marxistas, Moçambique é recusado como membro do Comecon, o órgão de cooperação econômica do bloco soviético. Com a ameaça de fome crescente no sul, o governo, sob pressão dos EUA, inicia negociações de paz com a África do Sul. Orlando Cristina, primeiro secretário-geral da Renamo, é assassinado numa base da Renamo na África do Sul. Após uma amarga luta pelo poder, ele é substituído por Evo Fernandes, um goense com fortes conexões portuguesas e sul-africanas.
- **1984** – Estima-se que dezenas de milhares de moçambicanos morrem devido à fome. Moçambique e África do Sul assinam o 'Pacto de Não-Agressão de Nkomati', cada um compromete-se a garantir que o seu território não seja utilizado como base para ataques contra o outro. As negociações entre o governo e a Renamo falham e o grupo rebelde intensifica as suas atividades em Moçambique. O Conselho Cristão Moçambicano (CCM) cria a sua Comissão de Paz e Reconciliação e começa a explorar vias construtivas para o diálogo.

- **1985** - Diante a diminuição de apoio externo, a Renamo muda suas estratégias e adota atividades mais cruéis contra civis. Zimbábue aumenta suas forças em Moçambique para 10.000. Os esforços iniciais do CCM para assegurar o apoio governamental para um diálogo inicial com a Renamo falham. Apesar da África do Sul se dissociar publicamente da Renamo, surgem evidências do apoio contínuo de militares e indivíduos conservadores de dentro do governo.
- **1986** - Sob pressão dos *Front Line States*, o Malawi expulsa as forças da Renamo que operam em seu território. O fluxo de rebeldes nas províncias do norte de Moçambique provoca um aumento da violência, forçando dezenas de milhares de refugiados a fugirem para o Malawi. O governo da Frelimo assina novos acordos com a Tanzânia e o Zimbabué levando a um aumento do destacamento militar de ambos os países dentro de Moçambique. Embora continuem a desfrutar de níveis significativos de ajuda soviética, as forças do governo também recebem treinamento militar britânico no Zimbábue. Em seu retorno de uma cúpula da FLS, o Presidente Machel é morto em um misterioso acidente de avião sobre a África do Sul. Joaquim Chissano, que o substitui, continua comprometido, pelo menos publicamente, com uma solução militar para a guerra.
- **1987** - As Nações Unidas arrecadam 330 milhões de dólares em assistência emergencial para Moçambique, agora classificado como o país mais pobre do mundo. Grandes massacres nas províncias de Inhambane e Gaza são atribuídos à Renamo. Uma ofensiva conjunta da Renamo e África do Sul na província da Zambézia leva o país à beira do colapso, mas é repelida pelo exército moçambicano com apoio do Zimbabué e da Tanzânia. Chissano rechaça publicamente os apelos da Igreja ao diálogo com a Renamo, mas explora secretamente a possibilidade de os líderes religiosos estabelecerem contato com os rebeldes. Face ao impasse militar e à catástrofe econômica iminente, Moçambique lança um duro programa de “ajuste estrutural” sob a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

À Procura de um Acordo

- **1988**
 - Janeiro-Março - O CCM e o Arcebispo Católico de Maputo encontram-se com a ala americana da Renamo numa tentativa de iniciar o diálogo, mas encontram-na fora de contato com o desenrolar no campo de batalha.
 - Abril - Um relatório do Departamento de Estado dos EUA culpa a Renamo pela morte de 100.000 moçambicanos. Evo Fernandes, secretário-geral da Renamo, é assassinado em Lisboa pelo serviço secreto moçambicano. Bethuel Kiplagat, enviado do presidente queniano Moi, consulta Chissano sobre o possível envolvimento do Quênia no processo de paz.
 - Maio - O governo recusa-se a dar reconhecimento político à Renamo mas retoma conversações com a África do Sul sobre questões comuns de economia e segurança. Os líderes do CCM e da Igreja Católica procuram diálogo com a Renamo através das autoridades

quenianas. Clérigos moçambicanos, incluindo Jaime Gonçalves, Arcebispo Católico da Beira, encontram Dhlakama, sem o consentimento de Chissano, na sua sede em Gorongosa.

Junho-Agosto - Com uma grande ofensiva moçambicana/zimbabueana/tanzaniana em curso na Zambézia, os clérigos informam Chissano que somente negociações com a ala interna da Renamo poderia gerar frutos. A Frelimo anuncia a devolução de todas as propriedades da igreja nacionalizadas na década de 1970.

Setembro-Outubro - Em Moçambique, o Papa João Paulo II ecoa o apelo de Gonçalves à reconciliação, mas Chissano continua publicamente contrário às conversas presenciais com a Renamo. O presidente sul-africano P. W. Botha repete formalmente a promessa de seu governo de cumprir o acordo de Nkomati; intensifica-se a cooperação econômica e militar entre Moçambique e a África do Sul.

Novembro - A iniciativa de paz das igrejas torna-se pública e Chissano incumbe a Comissão de Paz e Reconciliação, chefiada pelo Bispo Anglicano de Lebombo, Dínis Sengulane, a falar com os líderes da Renamo sobre aceitar anistia.

Dezembro - Moi envia Kiplagat ao encontro de Dhlakama em Gorongosa. Logo depois, o CCM viaja a Nairóbi para solicitar formalmente uma reunião com Dhlakama. Tanzânia retira a maioria das suas tropas de Moçambique.

1989

Janeiro-Fevereiro - Na presença de facilitadores quenianos, o CCM e clérigos católicos encontram-se com representantes da Renamo enviados a Nairóbi por Dhlakama. Também ocorrem reuniões informais em Harare entre Renamo e autoridades do Zimbabué. À medida que a iniciativa em Nairóbi ganha força, as propostas do Ministro do Exterior da África do Sul, "Pik" Botha, para negociações formais de paz envolvendo África do Sul, Moçambique, EUA e URSS são arquivadas.

Março-Maio - Com o número de pessoas necessitadas de auxílio emergencial à fome subindo para cerca de sete milhões, a Renamo anuncia um cessar-fogo unilateral em algumas áreas para permitir acesso às agências de auxílio. No Zimbabué, cresce a oposição ao envio de tropas para Moçambique.

Junho - Renamo convoca o seu primeiro "Congresso do Partido" em Moçambique, iniciando a lenta tarefa de se transformar de exército rebelde em partido político.

Julho - No seu V Congresso do Partido, a Frelimo abandona a sua designação marxista-leninista e alarga o seu programa de reforma política e econômica. Emite o documento contendo os "12 Princípios para o Diálogo" que são pré-condições para conversas diretas com a Renamo. Os presidentes Mugabe e Moi tornam-se facilitadores conjuntos nas conversas de Nairóbi entre a delegação de Dhlakama e os clérigos. Na véspera da sua partida para Nairóbi,

Dhlakama quase é morto num ataque conjunto à Gorongosa por tropas moçambicanas e zimbabueanas.

Agosto - Após adiamento de cinco meses, Dhlakama lidera uma delegação da Renamo a Nairóbi. Os rebeldes negam responsabilidade pelas atrocidades aos direitos humanos e respondem aos 12 princípios para a paz do governo com sua própria “Declaração de 16 Pontos”. Com o pouco avanço destas conversas e de uma segunda rodada, o executivo-chefe da Lonrho, “Tiny” Rowland, encontra-se com Kiplagat para promover sua própria iniciativa de diálogo direto entre a Renamo e a Frelimo. Na África do Sul, a posse do Presidente FW. de Klerk enfraquece o papel dos militares no apoio à Renamo e o grupo rebelde fica ainda mais isolado.

Setembro-novembro - Rowland ganha apoio português em seu papel no processo de paz e transporta Kiplagat à África do Sul para conversas com o Ministro do Exterior “Pik” Botha. Aproveitando as ligações com o Arcebispo Gonçalves e o governo italiano, a comunidade leiga Sant’Egídio começa a promover em Roma conversas diretas entre a Renamo e o governo.

Dezembro – “Pik” Botha voa em um jato da Lonrho para se encontrar com Moi em Nairóbi. Separadamente, representantes do governo moçambicano e da Renamo também mantêm conversas com o governo queniano. Em Nairóbi, funcionários do Departamento de Estado dos EUA apresentam a Dhlakama uma nova proposta de paz com sete pontos. Embora inicialmente rejeitado, posteriormente ressurgiu como base de uma nova proposta de conversas diretas apresentada a Dhlakama e Chissano em uma comunicação secreta de Moi e Mugabe.

1990

Janeiro-Fevereiro - Chissano faz circular o projeto de uma nova constituição, para revisão pública, em antecipação à eleições livres em 1991. Uma missão portuguesa no Malawi não consegue assegurar um encontro Chissano-Dhlakama em Lisboa. Na África do Sul, o ANC é legalizado e seu líder, Nelson Mandela, é libertado da prisão.

Março - Kiplagat acompanha Dhlakama ao Malawi para discussões com o presidente Hastings Banda. Dhlakama então viaja à Roma para conversar com membros da Sant’Egídio e funcionários do Ministério das Relações Exteriores italiano. Sant’Egídio garante a Dhlakama paridade de status em qualquer diálogo que possa facilitar, enquanto o governo italiano expressa sua disposição em financiar as negociações de paz realizadas em seu solo. Chissano encontra-se com o Presidente dos EUA, George Bush, em Washington e afirma sua disponibilidade para falar diretamente com a Renamo.

Abril-Junho - Chissano volta a rejeitar Lisboa como local para conversas diretas, enquanto a Renamo continua a favorecer Nairóbi. Dhlakama e Kiplagat voam para Blantyre no Malawi, num jato da Lonrho em 11 de junho para conversas com uma delegação moçambicana. Essa conversa não se concretiza, devido às reservas de Dhlakama sobre segurança e a neutralidade das autoridades do Malawi.

Julho – Realiza-se em Roma o primeiro encontro direto entre delegações do governo moçambicano e a Renamo desde Nkomati. O Arcebispo Gonçalves atua como observador nestas conversas, juntamente com dois representantes de Sant'Egídio e um parlamentar socialista italiano. Os dois lados adotam um comunicado conjunto expressando seu interesse comum em acabar com a guerra.

Agosto-Outubro - Uma segunda rodada de conversas faz surgir, por insistência da Renamo, a ideia para que o Quênia mediasse futuras negociações. As partes eventualmente concordam em elevar os quatro “observadores” existentes ao status oficial de mediadores. Os EUA oferecem suporte técnico a Sant'Egídio para as negociações. A Renamo promete ao Malawi cessar os ataques ao corredor de transporte de Nacala.

Novembro - A legislatura moçambicana aprova a nova constituição que estabelece as bases para um sistema político multipartidário, sufrágio universal, judiciário independente, liberdade de imprensa, direito de greve e economia de mercado. À medida que uma terceira rodada de negociações começa em Roma, o secretário adjunto de Estado para assuntos africanos dos EUA, Herman Cohen, pressiona Dhlakama a se envolver de forma mais significativa.

Dezembro - É assinado um acordo que estabelece um cessar-fogo parcial em Moçambique e que autoriza o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) a realizar operações humanitárias em todo o país. Uma Comissão Conjunta Internacional de Verificação (CCV) é criada em Maputo para monitorar o acordo. O progresso na quarta rodada de conversas em Roma é dificultado pelas queixas da Renamo de que o governo avança “unilateralmente” com as reformas políticas. O presidente da Zâmbia, Kaunda, pressiona Dhlakama a se encontrar pessoalmente com Chissano. Dhlakama se recusa, mas dá a Kaunda uma lista de suas condições para tais conversas.

1991

Janeiro-Abril - Após ser acusada de violações ao cessar-fogo, a Renamo põe em questão a neutralidade da CCV. Os rebeldes também recusam o acesso do CICV ao corredor de Tete. A quinta rodada de negociações em Roma termina em impasse. Dhlakama apela pela retirada de todas as tropas do Zimbabué de Moçambique e ameaça romper o cessar-fogo de forma decisiva. Novos ataques no corredor de Nacala levam à retomada das conversas entre a Renamo e o governo do Malawi.

Mai-Julho - Início da sexta rodada de negociações. Os mediadores esboçam um protocolo de princípios básicos para futuras conversas após ser acordada uma agenda que defere a pressão da Renamo por abordar questões militares depois de resolvidas as questões políticas centrais. O CICV pressiona pelo estabelecimento de “portos seguros” para operações humanitárias nos territórios controlados pela Renamo.

Agosto-Setembro - A sétima rodada de conversas é suspensa após o governo alegar que o protocolo dos mediadores violaria a soberania nacional moçambicana. A delegação da

Renamo regressa à Gorongosa manifestando desilusão com o processo de paz. Uma reunião é convocada no Malawi entre dois dos mediadores, funcionários do Malawi e Dhlakama. A Renamo abandona a sua insistência num governo de transição pós-cessar-fogo, mas propõe que os principais ministérios governamentais fiquem sob controlo da ONU até às eleições. A ONU rejeita esta proposta.

Outubro-Novembro - Os clérigos moçambicanos apelam por um cessar-fogo imediato, culpando ambos os lados por prolongar o conflito. A oitava rodada de conversas em Roma produz dois protocolos que estabelecem o reconhecimento político mútuo, a ONU com o papel de monitorar o cumprimento do acordo de paz, a autoridade exclusiva do governo para supervisionar a organização das eleições e o direito da Renamo de iniciar atividades político-partidárias com a assinatura de um Acordo Geral de Paz (AGP).

Dezembro - A Renamo realiza o seu segundo congresso do partido em Gorongosa, financiado pelo governo italiano. Face à seca extrema, a moral e as estruturas de comando do exército moçambicano entram em colapso em diversas áreas. Na nona rodada de conversas em Roma, os mediadores apresentam o projeto de uma proposta de protocolo para legislação eleitoral. Enquanto isso, autoridades dos EUA incentivam discussões informais entre as partes sobre questões militares, mas não conseguem garantir uma trégua de fim de ano.

1992

Janeiro-Maio - O terceiro protocolo do AGP é assinado em Roma. Com o encorajamento dos EUA, Dhlakama concorda em adiar a discussão da nova constituição até que as questões militares tenham sido abordadas. Dhlakama continua a resistir à pressão dos EUA por uma trégua para facilitar a distribuição de ajuda, temendo que o exército moçambicano a explore militarmente. "Tiny" Rowland facilita um encontro entre Dhlakama e Mugabe no Malawi, mas uma segunda tentativa de reunir os dois em Londres é frustrada. O CCM pressiona Dhlakama e Chissano pela "culminação" das conversas em Roma.

Junho - Na décima primeira rodada das conversas em Roma, França, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos e Nações Unidas recebem o status de observadores. A Renamo é assegurada de que as questões constitucionais serão abordadas antes da negociação de um cessar-fogo final, mas continua a queixar-se de que a CVV é tendenciosa a favor do governo.

Julho - Sob pressão do CICV, a Renamo e o governo assinam um acordo que permite o uso de todas as estradas e espaço aéreo moçambicano para operações humanitárias. É criada uma comissão para supervisionar a implementação deste acordo, mas a mesma é adiada porque o membro da Renamo não consegue ocupar o seu lugar. As conversas em Botswana, facilitadas por Rowland e pelo Presidente Masire, levaram a uma reaproximação entre Mugabe e Dhlakama. Este último expressa a vontade de uma conferência com Chissano e Mugabe promete ajuda para a transformação política da Renamo.

Agosto - Chissano e Dhlakama encontram-se pela primeira vez em Roma, inicialmente na presença de Mugabe e Rowland, mas depois com os mediadores e observadores oficiais. Dhlakama recebe garantias pessoais de segurança e apoio contínuo à Renamo por Mugabe. Posteriormente, ele e Chissano assinam uma declaração conjunta comprometendo-se com o espírito dos protocolos estabelecidos e asseguram que as garantias constitucionais acordadas serão adotadas como lei antes que um acordo de paz final seja assinado. A décima segunda e última rodada de negociações chega a um impasse sobre a dimensão do novo exército e o estatuto do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), que a Renamo quer abolir. Os mediadores enviam cartas a Chissano e Dhlakama, assinadas pelos seus representantes em Roma, solicitando medidas urgentes.

Setembro – “Tiny” Rowland, com o apoio de Mugabe, concebe um segundo encontro Chissano-Dhlakama em Botswana, no qual é alcançado um avanço nas questões políticas pendentes. Chissano pede apoio financeiro da ONU para reintegrar refugiados, desmobilizar soldados, formar o novo exército e organizar eleições.

Outubro - Com Dhlakama, Chissano e Mugabe em Roma, as delegações realizam uma revisão linha a linha de todos os protocolos acordados. O Acordo Geral de Paz (AGP) é então assinado em 4 de outubro. A ONU é convidada a monitorar e verificar a implementação e, depois de reportadas violações do cessar-fogo, envia duas equipes de observadores militares para Nampula e Beira.

Novembro-Dezembro - É criada a Comissão de Supervisão e Monitorização (CSC), incluindo tanto o governo como os delegados da Renamo e incumbida da responsabilidade geral de supervisionar a implementação do AGP. Dhlakama concorda com a presença contínua de tropas do Zimbábue ao longo do corredor da Beira até a chegada das forças da ONU. Uma reunião de doadores em Roma promete quase US\$ 400 milhões em assistência humanitária e de reconstrução para apoiar o processo de paz. A Renamo busca fundos adicionais com o governo italiano. A Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) é formalmente estabelecida com um mandato amplo, que inclui a organização de eleições, inicialmente marcadas para outubro de 1993.

Restabelecendo a estabilidade política

1993 - À medida que as unidades da ONUMOZ são gradualmente mobilizadas para verificar o cessar-fogo, as tropas do Zimbábue e do Malawi são totalmente retiradas de Moçambique. Os líderes da Renamo pressionam por mais assistência financeira e concessões políticas, paralisando o processo de paz por três meses. A pedido da Itália, é criado um fundo fiduciário da ONU para financiar a transformação da Renamo. As promessas internacionais de assistência à reconstrução chegam a US\$ 520 milhões. Face às tensões entre Renamo e Frelimo e o lento desdobramento da ONUMOZ, as eleições são adiadas para Outubro de 1994. O aquartelamento dos combatentes anteriores à desmobilização começa em áreas de concentração estratégicas. As igrejas moçambicanas continuam a desempenhar um papel fundamental na mediação do cessar-fogo local e no alívio das tensões comunitárias.

- ↓ **1994** - Apesar de difíceis condições e protestos, a desmobilização dos combatentes de ambos os lados é finalmente concluída e um novo exército é formado. Estima-se que 81% dos possíveis eleitores estejam registrados para as eleições. Uma ameaça de última hora feita por Dhlakama para boicotar as eleições é revertida após pressões da ONU, do CSC, Mugabe e do recém-eleito presidente da África do Sul, Nelson Mandela. As eleições acontecem de 27 a 29 de outubro. A Frelimo obtém uma pequena maioria na Assembleia, enquanto Chissano é reeleito Presidente. É nomeado um gabinete inteiramente da Frelimo, ainda dominado pelos sulistas, mas com qualificações técnicas mais elevadas do que as administrações anteriores e um melhor equilíbrio entre idade, etnia e gênero. O mandato da ONUMOZ expira em dezembro.